



QUALIDADE DE VIDA

RJ 2023

RELATÓRIO DA QUALIDADE DE VIDA DA
POPULAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO





EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador

Claudio Bomfim de Castro e Silva

Secretaria de Estado da Casa Civil

Nicola Moreira Miccione

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ

Presidente

Izabel Maria Brito Toledo

Vice-Presidência

Raphael de Souza Ferreira

Centro de Estatísticas Estudos e Pesquisas - CEEP

Diretora

Nathalia Emygdia de Andrade

Coordenadoria de Políticas Econômicas - COOPE

Coordenador

Pedro Amaral Serra

Equipe Técnica

Gabriel Vale Napoleão

Jaqueline Pereira de Oliveira

Nicole Aparecida Monteiro Giori

Nicole Marques dos Santos

Pedro Amaral Serra

Samara Sthefani Oliveira Marques Martins

maio/2025

Projeto Gráfico, Diagramação e Design

Antonio Matos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
REFERENCIAL TEÓRICO	8
ESTRUTURA DO TEXTO	10



1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	11
1.1 População do estado do Rio de Janeiro	12
1.2 Taxa de crescimento populacional	13
1.3 Distribuição da população no território do estado	14
1.4 População residente por faixa etária	15
1.4.1 Participação dos grandes grupos etários na população	15
1.4.2 População residente por sexo e faixa etária	17
1.5 Razão de dependência	18
1.6 Esperança de vida ao nascer	19
1.7 Índice de envelhecimento da população	20
1.8 Natalidade e taxa bruta de natalidade	21
1.9 Fecundidade	22
1.10 Mortalidade e taxa bruta de mortalidade	23
1.11 Mortalidade infantil	24



2. EDUCAÇÃO BÁSICA	25
2.1 Educação Básica: estabelecimentos escolares e matrículas	26
2.2 Taxa de distorção idade-série para o Ensino Médio e Ensino Fundamental	29
2.3 Taxa de abandono escolar no Ensino Médio	32
2.4 Taxa de reprovação escolar no ensino médio	34
2.5 Média de alunos por turma na Educação Básica	36



3. SAÚDE	38
3.1 Estabelecimentos de saúde	39
3.1.1 Tipos de estabelecimento	42
3.2 Leitos hospitalares	43
3.3 Perfil dos profissionais de saúde de nível superior	45
3.4 Morbidade hospitalar	47

SUMÁRIO



4. SEGURANÇA PÚBLICA

50

4.1 Registro de Ocorrência	51
4.2 Letalidade Violenta	52
4.3 Roubos de Rua	54
4.4 Roubo de Veículos	55
4.5 Roubo de Carga	56
4.6 Total de Roubos	57
4.7 Total de Furtos	58
4.8 Violência contra a mulher	59
4.8.1 Femicídio	59
4.8.2 Estupro	61



5. POBREZA, DESIGUALDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

63

5.1 Rendimento médio (R\$)	64
5.2 População em situação de pobreza e extrema pobreza, segundo o PPC	65
5.3 Desigualdade de renda	67
5.3.1 Coeficiente de Gini	67
5.4 Assistência social	69
5.4.1 Pessoas inscritas no Cadastro Único	69
5.4.2 Programa Bolsa Família	70



6. MERCADO DE TRABALHO

73

6.1 Condição em relação à força de trabalho	74
6.2 Condição na ocupação	77
6.3 Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	79

SUMÁRIO



7. HABITAÇÃO/CONDIÇÕES DE MORADIA

82

7.1 Abastecimento de água

83

7.2 Escoamento sanitário

84

7.3 Coleta de lixo

85

7.4 Energia elétrica

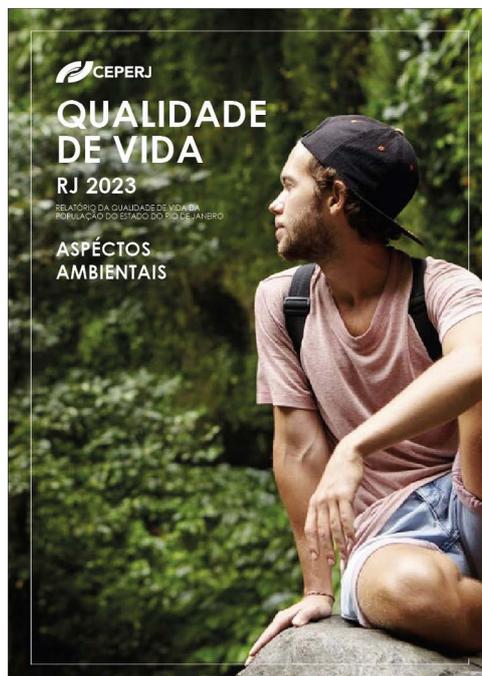
86

CONSIDERAÇÕES FINAIS

87

Conheça
também o
relatório de
**QUALIDADE
DE VIDA
AMBIENTAL**

Clique e acesse!





SOLUÇÕES PARA A GESTÃO PÚBLICA

Há mais de meio século, a Fundação CEPERJ se destaca como uma das principais instituições voltadas para o desenvolvimento da gestão pública no Rio de Janeiro. Sucessora da FESP-RJ e herdeira do legado da Fundação CIDE, a CEPERJ é referência em capacitação, recrutamento, estudos, pesquisas e organização de concursos públicos de todos os portes.

A CEPERJ é um parceiro estratégico para gestores públicos que buscam inovação, eficiência e transparência. A Escola de Gestão e Políticas Públicas oferece cursos de pós-graduação lato sensu e capacitações sob medida, presenciais ou on-line, para aprimorar habilidades técnicas e estratégicas no setor público e privado.

Reconhecida pela excelência em concursos públicos, a CEPERJ realiza processos seletivos completos, com transparência e eficiência, garantindo a escolha dos melhores talentos. Além disso, a instituição prioriza a produção de conhecimento, com estudos e pesquisas em áreas como meio ambiente, economia, políticas sociais e geociências, apoiando decisões estratégicas.

Por meio do Ceperj Dados e da infraestrutura de dados espaciais IDE.RJ, a Fundação disponibiliza informações atualizadas e soluções inovadoras em geoprocessamento.

A Fundação CEPERJ está comprometida em elevar a qualidade da gestão pública, transformando desafios em oportunidades e construindo um futuro mais eficiente e transparente para o Rio de Janeiro.



INTRODUÇÃO

A Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj) desempenha um papel fundamental na realização de pesquisas, produção e disseminação de informações, capacitação e prestação de serviços. Essas atividades são essenciais para prover ao estado do Rio de Janeiro um amplo acervo de dados e informações básicas que possibilitam a compreensão e acompanhamento de suas realidades física, econômica, demográfica e social.

Este Relatório de Qualidade de Vida tem por objetivo analisar como os aspectos citados anteriormente impactam a população fluminense, dando continuidade à série anual de publicações iniciada em atendimento aos decretos que entre 2015 e 2019¹ regulamentaram a prestação de contas do governador do estado, a publicação tornou-se uma das atividades centrais da Ceperj, constituindo um produto técnico-científico voltado tanto para gestores públicos quanto para a sociedade em geral.

Este documento sintetiza e apresenta um conjunto relevante de informações coletadas, sistematizadas e tratadas estatisticamente, sendo um instrumento essencial para o monitoramento da qualidade de vida no estado; o que reflete o compromisso da Fundação com dois eixos estratégicos: a promoção da transparência e do cumprimento das normas administrativas e financeiras, e o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltadas à formulação de políticas públicas sociais que possam impactar positivamente a vida da população.

A elaboração deste relatório segue diretrizes metodológicas que envolvem um referencial teórico sólido e uma estrutura analítica bem definida. O referencial teórico busca contextualizar a relevância do tema e explorar diferentes abordagens conceituais sobre qualidade de vida. Já a estrutura organizacional do relatório estabelece os principais temas analisados, a escala territorial e a periodicidade dos dados, garantindo uma visão abrangente e contínua sobre os indicadores que refletem o bem-estar da sociedade fluminense.

1 A saber: Decreto nº 44.967, de 24 de setembro de 2014; Decreto nº 45.404, de 14 de outubro de 2015; Decreto nº 45.811, de 04 de novembro de 2016; Decreto nº 46.139, de 30 de outubro de 2017; Decreto nº 46.472, de 24 de outubro de 2018; e Decreto nº 46.816, de 01 de novembro 2019.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estado do Rio de Janeiro apresenta um vasto domínio da população urbana sobre a rural. Na década de 1970, a população urbana representava cerca de 77,06% do total. Segundo dados do IBGE, esse percentual atingiu 96,71% em 2010 e 97,90% em 2022, de acordo com o Censo Demográfico. No entanto, o crescimento urbano acelerado não foi assistido por uma infraestrutura social e urbana capaz de fornecer suporte básico adequado e igualitário à população.

Os resultados desse processo de concentração populacional no ordenamento do espaço urbano demonstraram uma defasagem entre as necessidades fundamentais da sociedade e a formulação de políticas públicas capazes de atendê-las. Nessa disjunção, compreender os significados da qualidade de vida da população, como mensurá-la e, evidentemente, fomentá-la, tornou-se cada vez mais relevante, quando não, imprescindível.

Na década de 1990, a Organização Mundial de Saúde definiu o conceito de qualidade de vida como a “percepção do indivíduo sobre sua posição na vida no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive”, bem como em relação aos seus horizontes de possibilidades e expectativas. Herculano (2000)² sugeriu entender a qualidade de vida como “a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades.” Nahas (2005)³ faz referência ao conceito de qualidade de vida como conectado à “noção de equidade na distribuição e acesso da população a bens de cidadania”. Observa-se em Nahas et al. (2016)⁴ que esse conceito não pode prescindir da noção de qualidade ambiental, uma vez que a qualidade de vida está intimamente associada às condições socioambientais em que as pessoas vivem.

2 HERCULANO, Selene. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, Selene et al. (org.). Qualidade de vida e riscos ambientais. Niterói: Eduff, 2000.p.26

3 NAHAS, Maria. Indicadores Intra-Urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: discussões metodológicas. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, Projeto Governança Democrática, 2005.

4 NAHAS, Maria et al. Metodologia de construção do índice de qualidade de vida urbana dos municípios brasileiros (IQVU-BR). In: 15. Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2016.

Com o objetivo de facilitar a operacionalização desse conceito, reduzindo o impacto da diversidade das necessidades e aspirações individuais, optou-se pela abordagem que distingue as necessidades humanas objetivas das subjetivas. Segundo Vitte (2010)⁵, o aspecto objetivo está ligado a políticas públicas e à disponibilização de equipamentos urbanos, seu alcance e sua cobertura – ou seja, atende às necessidades básicas afeitas à condição humana, independente do tempo ou do lugar.

Contudo, a visão subjetiva enfrenta uma concepção social do termo, envolvendo, portanto, variáveis históricas, culturais e interpretações individuais sobre o que é um padrão de bem-estar. Apesar de não existir um conceito único e definitivo sobre qualidade de vida, a análise objetiva do termo possibilita uma compreensão mais quantitativa de seus elementos, considerando fatores que podem ser modificados a partir de intervenção de um agente externo – por exemplo: o Estado, a partir das políticas públicas. Essa perspectiva permite estabelecer perfis socioeconômicos de regiões com base na existência e/ou qualidade do acesso a bens e serviços. Ressalta-se que, do ponto de vista do planejamento público, a abordagem adotada não ignora as questões individuais, uma vez que as condições oferecidas pelo ambiente delimitam a margem de escolha do cidadão em relação ao seu estilo de vida.

A concepção das variáveis que compõem o conceito de infraestrutura social e urbana evolui conforme o processo de construção e conquista de direitos humanos e sociais. À medida que o entendimento acerca da composição dos direitos sociais é ampliado, devendo ser disponibilizado de forma universal, novas infraestruturas passam a ser demandadas pela sociedade, encontrando respaldo progressivo na legislação nacional. A existência de um amplo conjunto de suportes básicos para o cotidiano urbano que o poder público é capaz de disponibilizar de maneira adequada e efetiva, seja por meio de serviços públicos, equipamentos urbanos, políticas ou programas, torna-se um indicador de qualidade de vida urbana. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

A infraestrutura social e urbana envolve um amplo conjunto de bens e serviços sociais, equipamentos comunitários e redes de suporte à vida cotidiana das pessoas, das famílias, das comunidades e das cidades, com forte impacto sobre o desenvolvimento econômico, a promoção do bem-estar social e a garantia dos direitos humanos. (IPEA, 2010, p. 31)

5 VITTE, C. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. In: População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. BAENINGER, R. (Org.). Campinas: Núcleo de Estudos de População-NEPO/UNICAMP; Brasília: UNFPA, 2010.

ESTRUTURA DO TEXTO

A análise da qualidade de vida no estado do Rio de Janeiro, apresentada neste relatório, baseia-se na avaliação da infraestrutura social e urbana essencial para atender às necessidades básicas da população. Para isso, foram selecionadas variáveis que abrangem diferentes dimensões da realidade fluminense, incluindo aspectos como demografia, educação básica, saúde, segurança pública, pobreza, desigualdade e assistência social, mercado de trabalho, além de fatores sobre habitação e condições de moradia.

A seleção desses temas considerou a disponibilidade e a relevância dos dados em nível estadual. Cada capítulo do relatório se apoia, prioritariamente, em microdados, registros administrativos, estatísticas oficiais e indicadores extraídos de bases de dados públicas.

Entre as principais fontes de informação utilizadas estão a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Anual e Contínua, o Censo Escolar da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o DATASUS do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP DADOS) do estado do Rio de Janeiro e o VISDATA do Ministério da Cidadania, entre outros.

Vale destacar que alterações nas fontes de dados podem impactar a estrutura do relatório, tornando sua revisão anual fundamental para aprimorar sua função como referência para o desenvolvimento de políticas públicas. Dessa forma, o documento busca oferecer uma análise atualizada e precisa, contribuindo para a compreensão das condições de vida da população e subsidiando a tomada de decisões estratégicas no estado do Rio de Janeiro.

01



ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

O capítulo que se inicia tem por objetivo apresentar os principais indicadores demográficos do estado do Rio de Janeiro para o ano de 2023, os quais permitirão compreender as dinâmicas e transformações populacionais fluminenses. Indicadores como Evolução e Distribuição da População, Índice de Envelhecimento, Taxa de Crescimento Populacional, de Natalidade e de Mortalidade são excelentes referenciais para orientar uma alocação eficiente dos recursos públicos, pois eles evidenciam tanto as mudanças estruturais que requerem maior atenção do poder público (como os impactos do envelhecimento populacional na previdência social e na saúde, como observa o Gráfico 1.3), quanto os resultados positivos alcançados (como o aumento da Esperança de Vida ao Nascer e a redução da Mortalidade Infantil no estado).

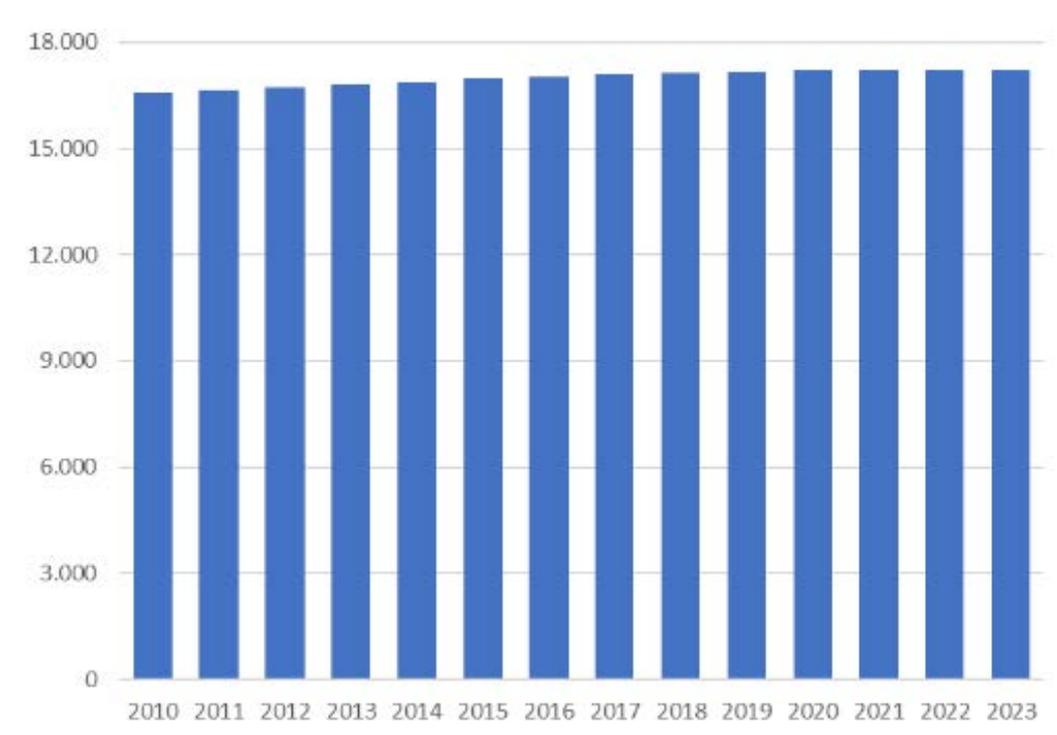
Metodologicamente a abordagem dos conceitos ocorre a partir das variáveis contidas nas Estimativas e Projeções Populacionais, Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílio (PNAD contínua) e no Censo 2022, todas publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD contínua, desde o primeiro trimestre de 2012, produz informações trimestrais e mensais sobre a população brasileira e permite acompanhar a evolução de diferentes indicadores a curto, médio e longo prazo.

1.1 População do estado do Rio de Janeiro

A contagem populacional e as Projeções da População⁶ feitas pelo IBGE são de suma importância para o cálculo de indicadores sociodemográficos, dado que servem de subsídio para implementação de políticas públicas e tomadas de decisão para investimentos da iniciativa privada. Além do mais, as projeções populacionais também são o principal parâmetro para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O Rio de Janeiro é o 3º estado mais populoso do país com uma projeção de 17.213.813 pessoas residentes em 2023. Observando o Gráfico 1.1, composto pelas projeções definidas pelo IBGE, é possível identificar uma expectativa de crescimento de 3,85% entre 2010 e 2023.

Gráfico 1.1: População Residente do Estado do Rio de Janeiro (mil pessoas) - 2010 a 2023



Fonte: IBGE, Projeções da População: Brasil e Unidades da Federação, de 2000 a 2017. Revisão 2024

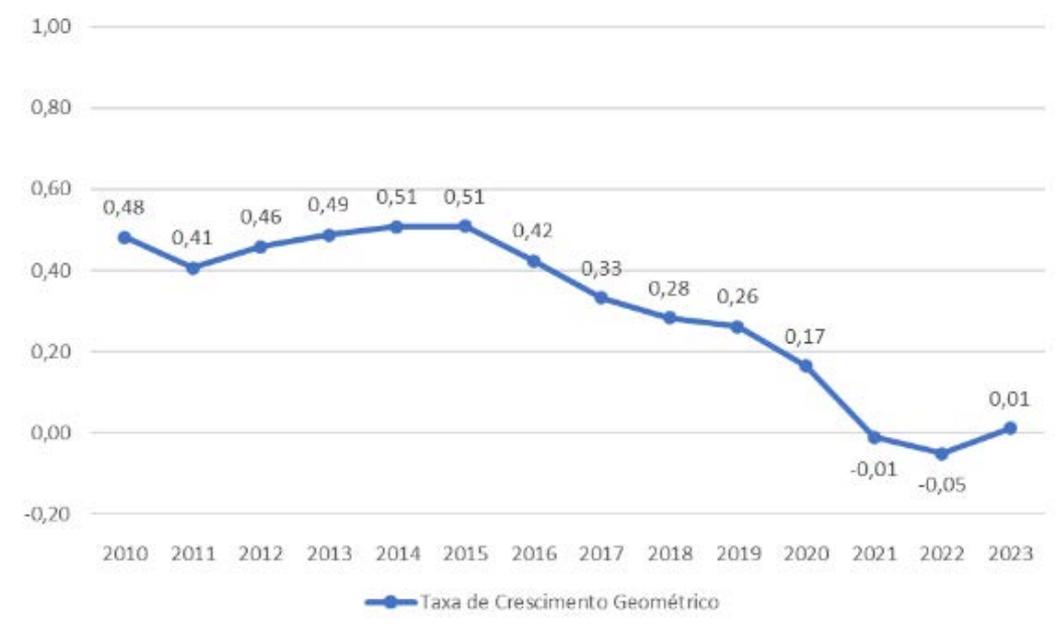
6 Nota técnica: Sobre as Projeções da População feitas pelo IBGE e sua metodologia acessar o link: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=o-que-e>

1.2 Taxa de crescimento populacional

A taxa de crescimento populacional refere-se à média anual do aumento ou redução da população residente em uma determinada região, sendo um indicador essencial para prever o ritmo de expansão ou declínio demográfico. Esse índice está diretamente vinculado às taxas de natalidade e mortalidade. No estado do Rio de Janeiro, a evolução dessa taxa entre os anos de 2010 e 2023 pode ser observada no Gráfico 1.2.

A taxa de crescimento populacional do estado do Rio de Janeiro apresentou uma tendência de desaceleração entre 2010 e 2023. Em 2010, a taxa foi de 0,48%, atingindo o pico de 0,51% em 2014 e 2015. A partir de 2015 houve uma queda gradual que se intensificou durante a pandemia de COVID-19, culminando em um declínio de -0,05% em 2022. A pandemia impactou as taxas de mortalidade e migração, além de afetar as taxas de natalidade devido às incertezas econômicas e sociais. Em 2023, obteve uma leve recuperação para 0,01%, refletindo o início de uma estabilização após os efeitos desse período.

Gráfico 1.2: Taxa de Crescimento Populacional no Estado do Rio de Janeiro - 2010 a 2023



Fonte: IBGE, Projeções da População: Brasil e Unidades da Federação, de 2000 a 2017
Revisão 2024

A análise desse indicador é crucial para o planejamento de políticas públicas, especialmente em áreas como saúde, educação e infraestrutura, que são diretamente impactadas pelas mudanças na população.

1.3 Distribuição da população no território do estado

A distribuição da população do território é um dado importante para saber como estão distribuídas as pessoas em um determinado espaço. Como pode-se ver na Tabela 1.1, a distribuição da população do estado do Rio de Janeiro é bastante desigual entre suas regiões de governo. A Região Metropolitana concentra a maior parte da população, com 12.021.871 habitantes, representando 74,88% do total do estado. Em seguida, as regiões do Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas têm participações menores, com 5,74% e 5,41% da população, respectivamente.

As demais regiões apresentam percentuais ainda mais reduzidos: Médio Paraíba (5,39%), Região Serrana (3,25%), Noroeste Fluminense (2,02%), Centro-Sul Fluminense (1,74%) e Costa Verde (1,58%). Essa concentração populacional na Região Metropolitana reflete a importância econômica e social dessa área, que inclui a capital Rio de Janeiro, e seus arredores. As outras regiões, apesar de menos populosas, desempenham papéis significativos na economia e na cultura do estado.

Tabela 1.1: População Residente e Participação Percentual da População no Estado do Rio de Janeiro, por Regiões de Governo - 2022⁷

Região de Governo	População	Participação
Metropolitana	12.021.871	74,88%
Norte Fluminense	920.826	5,74%
Baixadas Litorâneas	868.285	5,41%
Médio Paraíba	865.130	5,39%
Região Serrana	522.500	3,25%
Noroeste Fluminense	324.037	2,02%
Centro-Sul Fluminense	278.628	1,74%
Costa Verde	253.897	1,58%
TOTAL	16.055.174	100,00%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022

3 Os dados do Censo 2022 foram divulgados em 2023.

1.4 População residente por faixa etária

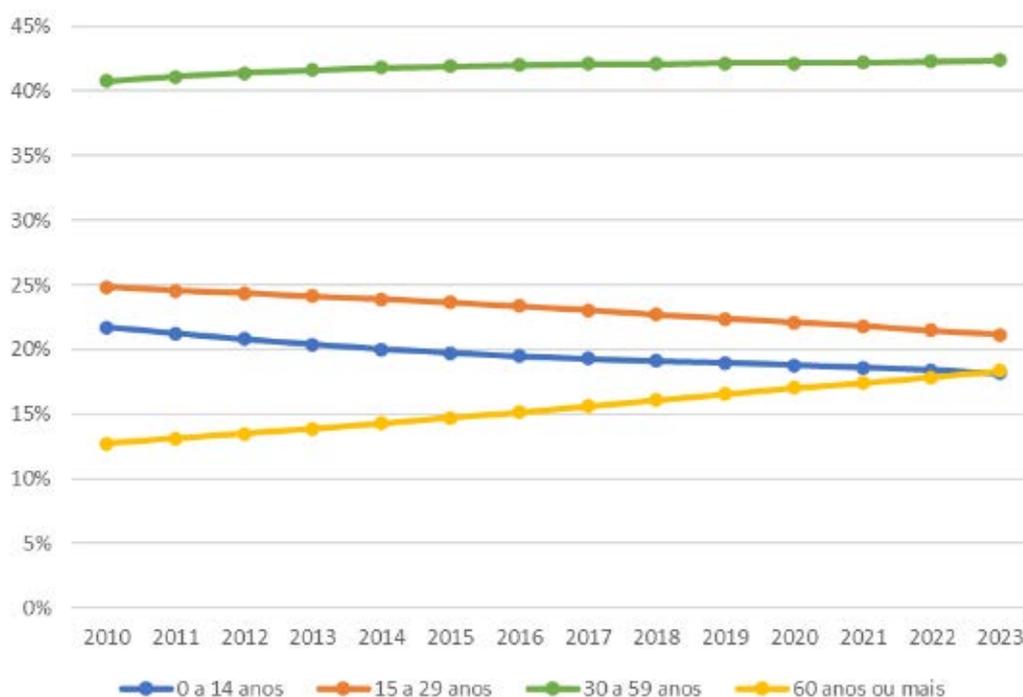
1.4.1 Participação dos grandes grupos etários na população

Para entender melhor o perfil da população do Estado por idade, a série histórica abaixo está dividida em quatro grupos etários: crianças (de 0 a 14 anos), jovens (de 15 a 29 anos), adultos (de 30 a 59 anos) e idosos (60 ou mais), conforme o Gráfico 1.3 a seguir.

Como pode-se observar no Gráfico 1.3, o grupo predominante é o de adultos na faixa etária de 30 a 59 anos, representando cerca de 42% da população. Esse grupo apresentou um aumento de 1,6% entre 2010 e 2023, mas demonstra tendência à estabilização. Por outro lado, a porcentagem de crianças e jovens (0 a 14 anos e 15 a 29 anos) mostra uma projeção de redução equivalente a 3,5% e 3,7% no mesmo período, respectivamente.

Em contraste, a população idosa (60 anos ou mais) teve um aumento de 5,7% entre 2010 e 2023, refletindo o envelhecimento populacional. Essas mudanças demográficas sugerem a necessidade de políticas públicas específicas, como por exemplo na área da saúde para os idosos, na educação para grupos etários em idade escolar e empregos para os grupos em idade ativa.

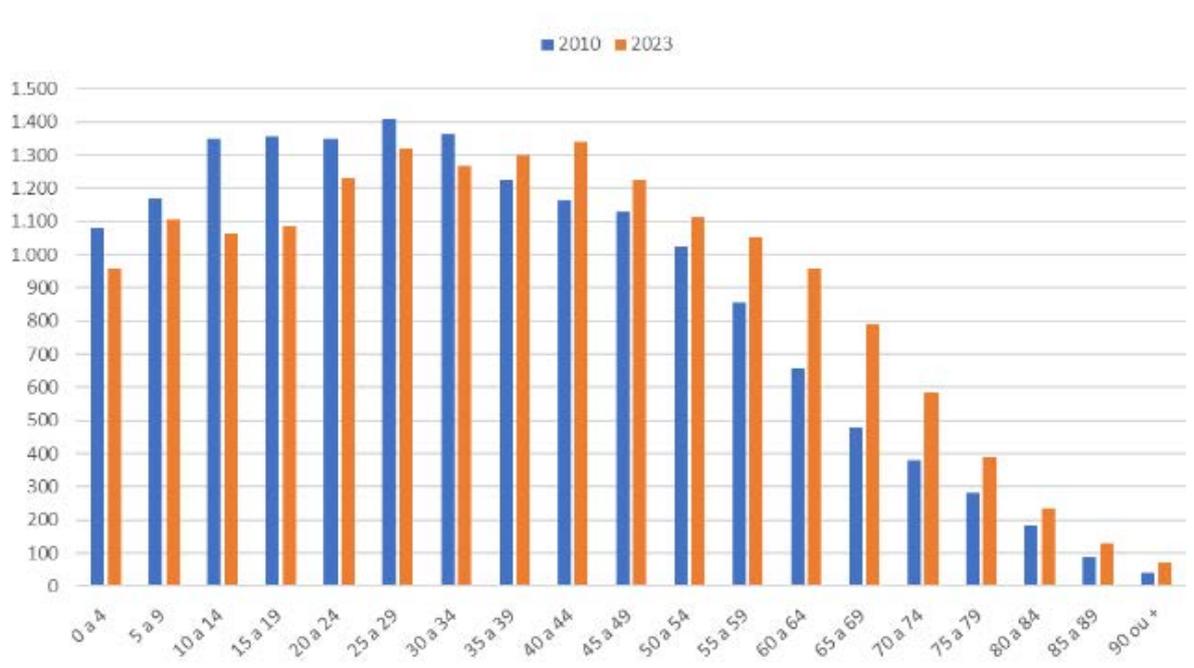
Gráfico 1.3: Participação dos Grupos Etários na População do Estado do Rio de Janeiro - 2010-2023



Fonte: IBGE, Projeções da População: Brasil e Unidades da Federação, de 2000 a 2017. Revisão 2024

O gráfico comparativo entre os anos de 2010 e 2023 evidencia um envelhecimento da população. As faixas etárias a partir dos 35 anos apresentaram aumento no número de pessoas, com destaque para os grupos de 65 anos ou mais, que cresceram de forma significativa. Já as faixas entre 5 e 34 anos registraram queda no contingente populacional, sendo mais acentuada nas idades entre 10 e 14 anos e 15 a 19 anos. A faixa de 0 a 4 anos também apresentou leve redução em comparação a 2010. Essa mudança na estrutura etária reflete uma transição demográfica marcada pela diminuição das taxas de natalidade e pelo aumento da longevidade, com impactos diretos nas políticas públicas de saúde, previdência e educação.

Gráfico 1.4: População Residente Total por Faixa Etária no Estado do Rio de Janeiro (mil pessoas) - comparação entre 2010 e 2023



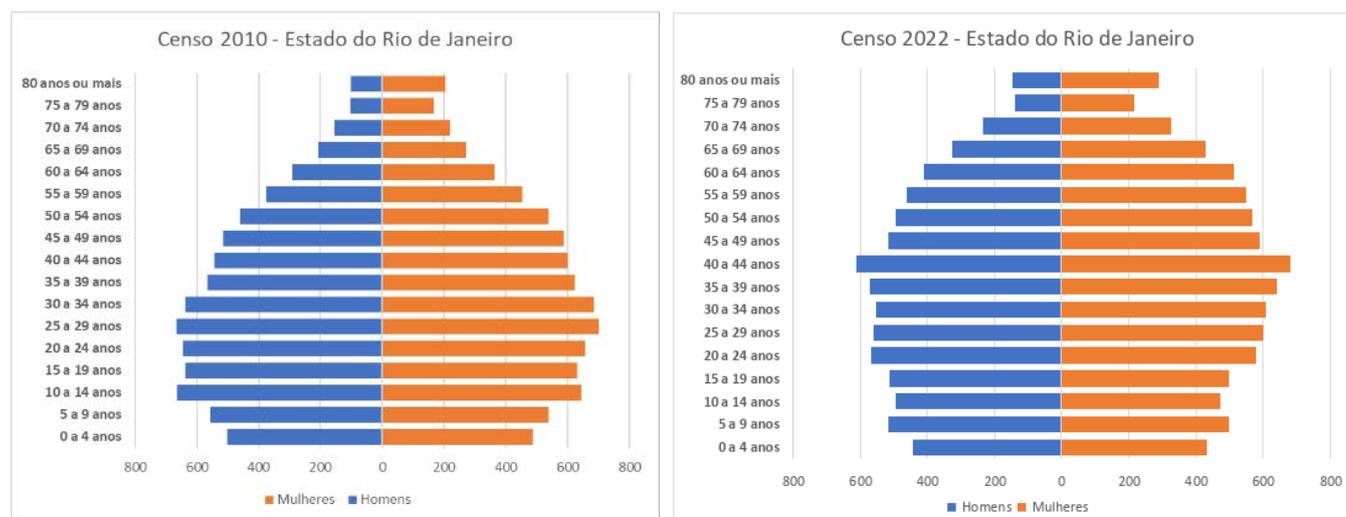
Fonte: IBGE, Projeções da População: Brasil e Unidades da Federação, de 2000 a 2017. Revisão 2024

1.4.2 População residente por sexo e faixa etária

A intersecção entre sexo e faixa etária da população residente é uma medida fundamental para compreender o perfil da população e pode-se ver no Gráfico 1.5, o qual mostra as projeções referentes ao estado.

De acordo com a pirâmide etária, verifica-se que até os 24 anos a quantidade de homens e mulheres é bastante próxima, com uma pequena vantagem para os homens. A partir dessa faixa etária, as mulheres passam a predominar. Na comparação entre 2010 e 2022, as projeções indicam uma tendência semelhante para ambos os sexos, com uma diminuição populacional até os 34 anos e um aumento progressivo nas faixas etárias seguintes. Nas faixas etárias mais altas, como 80 anos ou mais, as mulheres continuam a ser maioria, indicando uma maior longevidade feminina.

Gráfico 1.5: População Residente por Sexo e Faixa Etária no Estado do Rio de Janeiro - comparação entre os censos 2010 e 2022⁸



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

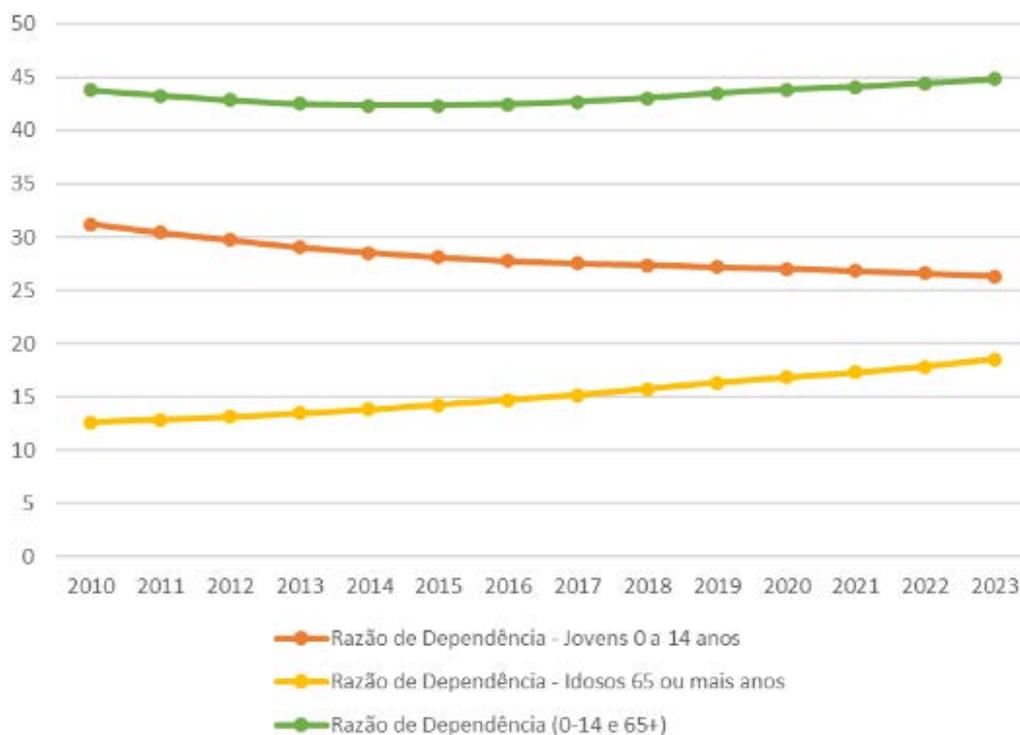
8 Os dados do Censo 2022 foram divulgados em 2023.

1.5 Razão de dependência

A razão de dependência se caracteriza como um indicador que calcula a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (crianças de 0 a 14 anos e idosos com 65 anos ou mais) e o segmento etário potencialmente produtivo, definido como População em Idade Ativa (PIA, considerando jovens e adultos de 15 a 64 anos).

O Gráfico 1.6 apresenta a evolução da razão de dependência no estado do Rio de Janeiro entre 2010 e 2023, dividida em três categorias: jovens (0 a 14 anos), idosos (65 anos ou mais) e o total (soma de ambas as faixas). A razão de dependência total manteve-se relativamente estável ao longo do período, com uma queda até 2020 e uma pequena recuperação nos anos seguintes. Essa estabilidade ocorreu devido à redução da dependência de jovens, que apresentou um declínio significativo, reflexo da queda nas taxas de fecundidade. Por outro lado, a dependência de idosos cresceu de forma contínua, acompanhando o aumento da expectativa de vida e o envelhecimento da população. Conclui-se que, embora a razão total tenha se mantido equilibrada, o crescimento da dependência de idosos representa um desafio futuro, demandando políticas públicas voltadas para a sustentabilidade econômica e social diante do envelhecimento populacional.

Gráfico 1.6: Razão de Dependência de Jovens, Idosos e Total no Estado do Rio de Janeiro - 2010 a 2023



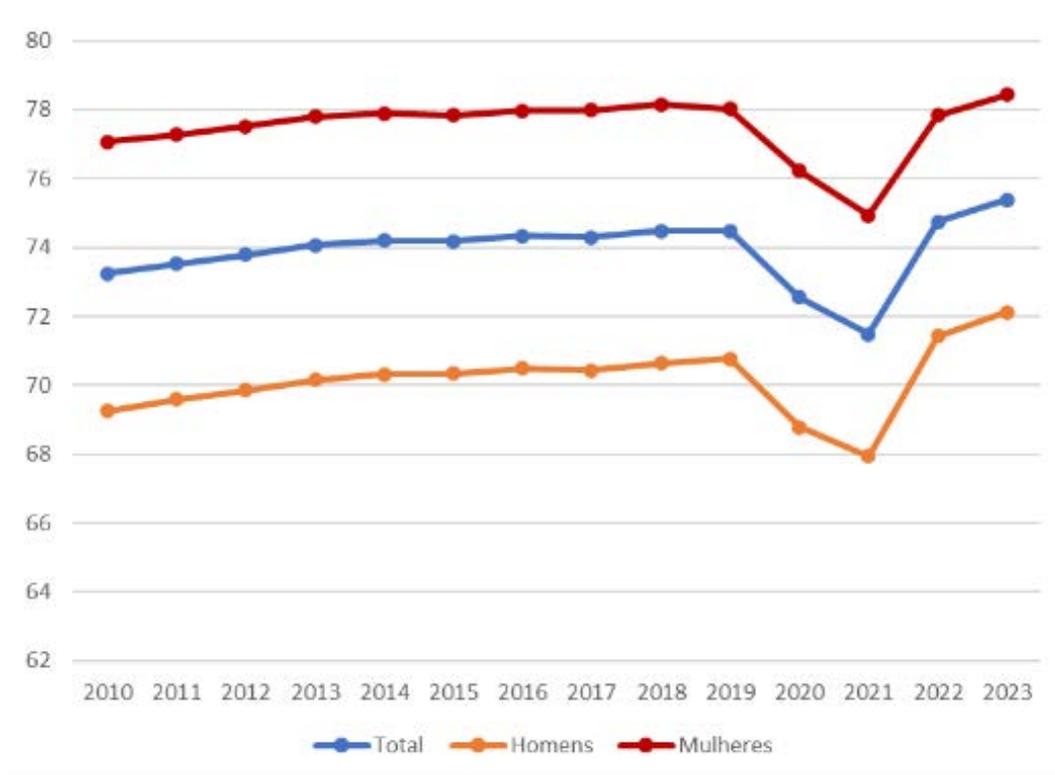
Fonte: IBGE, Projeções da População: Brasil e Unidades da Federação, de 2000 a 2017. Revisão 2024

1.6 Esperança de vida ao nascer

A expectativa de vida ao nascer, ou esperança de vida ao nascer representa a estimativa do número médio de anos que um recém-nascido pode viver, levando em conta os índices de mortalidade, em determinado local e período. Esse indicador traz à luz informações sobre a longevidade da população e permite refletir sobre as condições de saúde e sobrevivência na sociedade.

Como é possível observar no Gráfico 1.7, em 2023, a expectativa de vida ao nascer apresentou uma recuperação significativa, retomando a trajetória de crescimento após a queda observada nos anos de 2020 e 2021.

Gráfico 1.7: Esperança de Vida ao Nascer, por Sexo e Total no Estado do Rio de Janeiro - 2010 a 2023



Fonte: IBGE, Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação.

No caso dos homens, a expectativa de vida aumentou para aproximadamente 72 anos, enquanto para mulheres atingiu cerca de 78. No total, a média da população chegou a aproximadamente 74,3 anos, demonstrando uma continuidade na tendência de crescimento observada antes da pandemia e no ano de 2022. Esse aumento reflete uma melhora nas condições de saúde e sobrevivência. Além disso, a diferença entre os gêneros, que historicamente se mantém em torno de oito anos, apresentou uma leve redução, diminuindo para cerca de 6 anos, o que sugere um avanço na recuperação da longevidade dos homens.

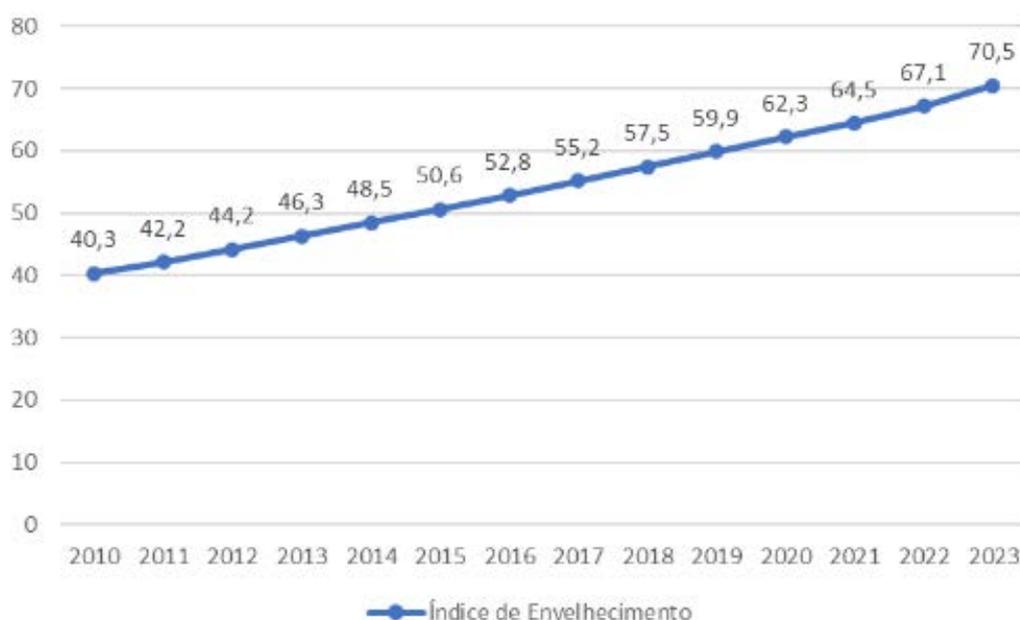
Com esses números, 2023 consolida a recuperação da esperança de vida ao nascer, sinalizando uma retomada da tendência de crescimento contínuo observada na década anterior.

1.7 Índice de envelhecimento da população

O índice de envelhecimento corresponde à relação entre o número de indivíduos com 60 anos ou mais e cada grupo de 100 pessoas com menos de 15 anos em uma determinada população e região. Sua evolução ao longo do período de 2010 e 2023 pode ser observada no Gráfico 1.8

Em 2023, o índice de envelhecimento manteve sua trajetória de crescimento contínuo atingindo aproximadamente 70 pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 indivíduos menores de 15 anos. Esse aumento reflete a consolidação do processo de envelhecimento populacional, que já vinha se intensificando ao longo da última década. Em comparação com 2022, observa-se um crescimento consistente, alinhado à tendência de aumento médio anual registrado entre 2010 e 2022, quando o índice cresceu cerca de 2,24 pontos por ano, o que indica uma redução progressiva da população jovem em relação à população idosa. Este cenário reforça a necessidade de adaptação socioeconômica para lidar com as demandas crescentes de uma sociedade que caminha para um perfil etário mais envelhecido.

Gráfico 1.8: Índice de envelhecimento da População do Estado do Rio de Janeiro - 2010 a 2023

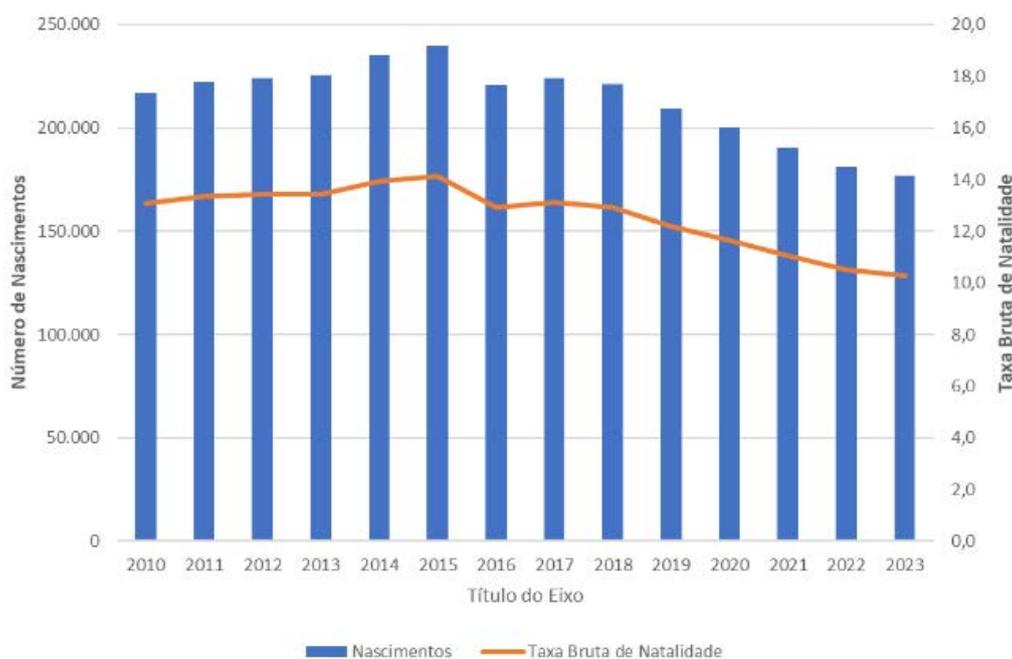


Fonte: IBGE, Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação

1.8 Natalidade e taxa bruta de natalidade

Observa-se no gráfico 1.9 que no ano de 2023, a tendência de queda na taxa bruta de natalidade e no número absoluto de nascimento se manteve. O número de nascimentos continuou a cair, ficando abaixo dos 160.00 registros, enquanto a taxa bruta de natalidade, observada desde 2015, parece se acentuar nos anos mais recentes, indicando um ritmo cada vez mais lento de renovação da população. Esse movimento demográfico pode gerar impactos em áreas como o mercado de trabalho e sistema previdenciário, exigindo políticas públicas para lidar com uma população progressivamente mais envelhecida.

Gráfico 1.9: Número de Nascimentos e Taxa Bruta de Natalidade (por mil habitantes) no Estado do Rio de Janeiro - 2010 a 2023



Fonte: IBGE, Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação.

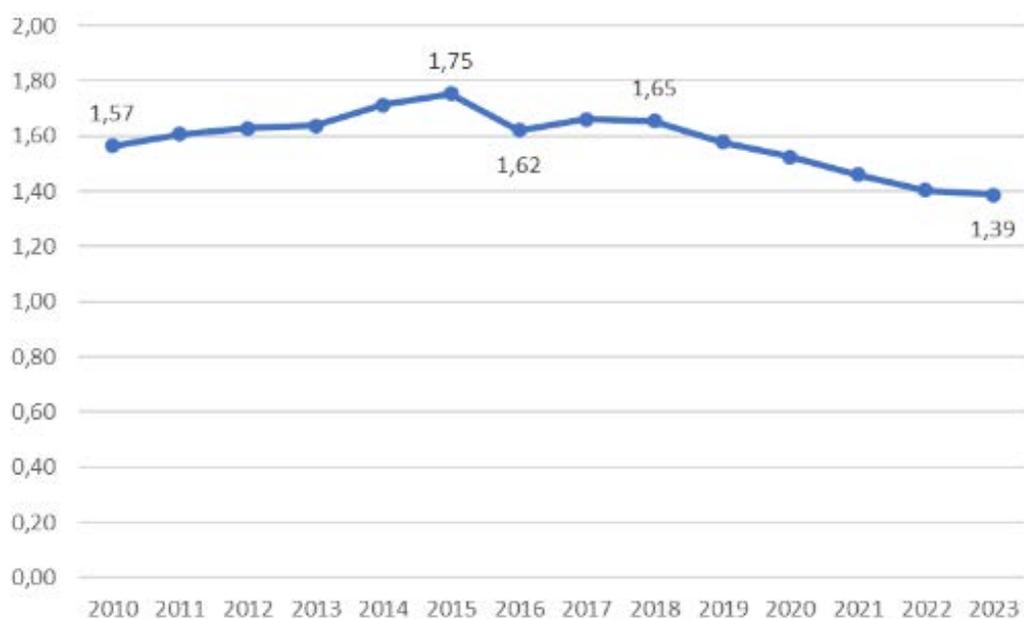
1.9 Fecundidade

A taxa de fecundidade é a média de filhos nascidos vivos, gerados por mulheres que residem em determinado local de 15 a 49 anos de idade ao final do período reprodutivo.

Em 2023, a taxa atingiu 1,39, sendo o menor valor da série histórica analisada, como é possível observar no Gráfico 1.10, a seguir. Essa queda reflete uma continuidade da tendência observada desde 2016, quando a taxa entrou em declínio após um período de crescimento até 2015.

Comparando o pico de 1,75 em 2015 com 2023, há uma redução significativa de 0,36 pontos, aproximadamente 20%. Isso indica uma queda sustentada na fecundidade ao longo dos últimos anos, o que pode estar relacionado a fatores como mudanças sociais ocorridas nos campos políticos e culturais.

Gráfico 1.10: Taxa de Fecundidade Total no Estado do Rio de Janeiro - 2010 a 2023



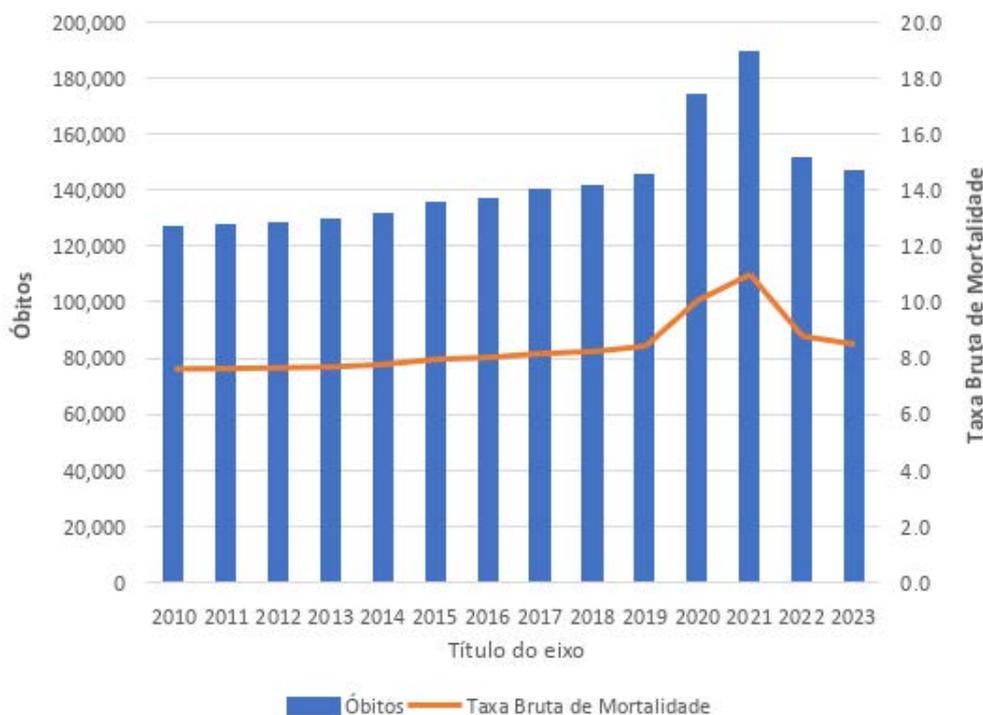
Fonte: IBGE, Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação.

1.10 Mortalidade e taxa bruta de mortalidade

A taxa bruta de mortalidade é o número total de óbitos, por mil habitantes, na população que reside em determinado local e ano, expressando a intensidade de atuação da mortalidade sobre determinado povo. No Gráfico 1.11 é possível ver o recorte temporal entre os anos de 2010 e 2023 no estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o Gráfico 1.11, observa-se que as projeções de mortalidade apresentaram um aumento de 0,9 pontos percentuais entre 2010 e 2023. Ao analisar a série histórica, nota-se que a taxa se manteve estável, com exceção de 2021, quando a taxa atingiu seu pico de 11,1 devido ao aumento no número de óbitos durante o auge da pandemia de COVID-19. Nos anos seguintes, 2022 e 2023, as taxas de mortalidade apresentaram uma redução de aproximadamente 2,5 pontos percentuais em comparação com o pico de 2021, voltando a níveis próximos aos valores pré-pandêmicos, embora ligeiramente superiores. Além disso, em 2023 observou-se uma diminuição de 4.887 óbitos em relação ao ano anterior.

Gráfico 1.11: Número de Óbitos Totais e Taxa Bruta de Mortalidade (por mil habitantes) do Estado do Rio de Janeiro - 2010 a 2023



Fonte: IBGE, Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação.

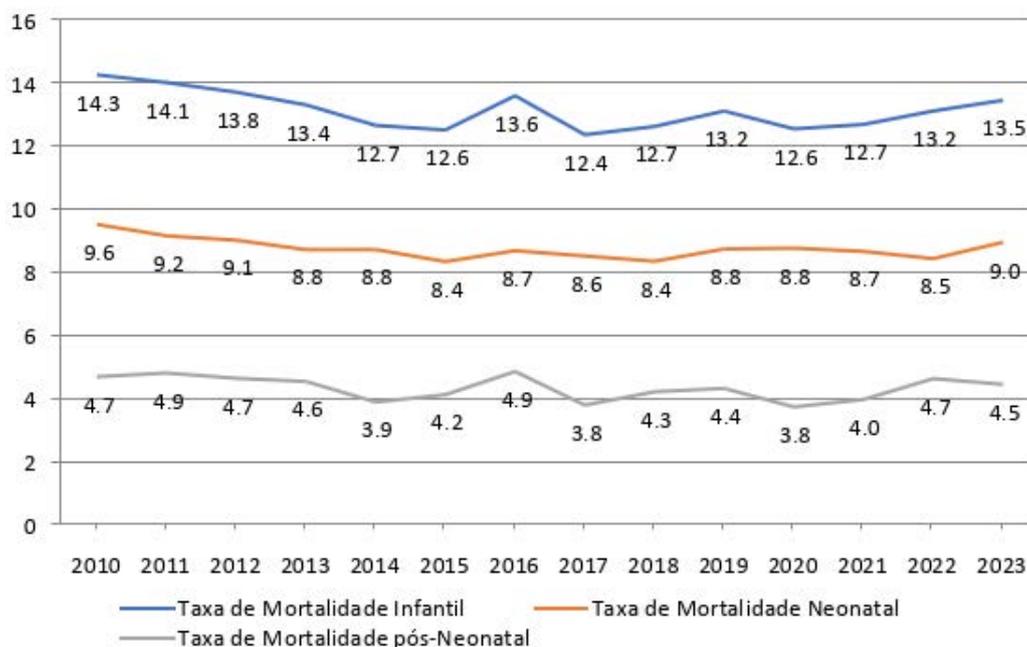
1.11 Mortalidade infantil

A Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) é o número de óbitos de crianças menores de 1 ano, por mil nascidos vivos, entres os residentes de determinada região e ano.

O Gráfico 1.12, apresenta a evolução da taxa de mortalidade infantil, neonatal e pós-neonatal no estado do Rio de Janeiro entre 2010 e 2023, evidenciando uma tendência inicial de queda, seguida por oscilações e um aumento recente. A taxa de mortalidade infantil (óbitos até um ano) caiu de 14,3 para 12,7 entre 2010 e 2014, mas apresentou oscilações desde 2015, com um pico em 2016 (13,6) e crescimento recente, atingindo 13,5 em 2023, a maior taxa em sete anos.

A taxa de mortalidade neonatal (óbitos até 27 dias) acompanhou essa tendência, caindo de 9,6 em 2010 para 8,4 em 2014, mas voltou a crescer nos últimos anos, chegando a 9,0 em 2023. Já a taxa da mortalidade pós-neonatal (óbitos entre 28 dias e 364 dias) apresentou maior variação, caindo de 4,7 para 3,9 até 2014, mas registrando picos em 2016 (4,9) e 2022 (4,7), reduzindo levemente para 4,5 em 2023.

Gráfico 1.12: Taxa de mortalidade infantil, taxa de mortalidade neonatal e taxa de mortalidade pós-neonatal no estado do Rio de Janeiro - 2010 a 2023



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).

02



Neste capítulo, serão analisados os indicadores educacionais referentes ao estado do Rio de Janeiro, com foco na evolução desses indicadores ao longo do período de 2010 a 2023. Este capítulo está dividido em cinco tópicos:

- Estabelecimentos escolares e matrículas na Educação Básica: Exploração da quantidade de escolas e o número de alunos matriculados nos diferentes níveis da Educação Básica, como Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, ao longo do tempo.
- Taxa de distorção idade-série para os Ensinos Médio e Fundamental: Análise da discrepância entre a idade do aluno e a série que ele frequenta. Altas taxas de distorção indicam alunos fora da série correspondente à sua idade.
- Taxa de abandono escolar no Ensino Médio: Avaliação da proporção de estudantes que deixaram os estudos antes de concluir o Ensino Médio.
- Taxa de reprovação escolar no Ensino Médio: Exame da percentagem de alunos reprovados em uma ou mais disciplinas durante o Ensino Médio.
- Média de alunos por turma na Educação Básica: Análise da quantidade média de alunos por sala de aula nos diferentes níveis da Educação Básica.

Os dados utilizados provêm do Censo Escolar da Educação Básica, conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esse censo é realizado em duas etapas, em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação, visando coletar informações abrangentes sobre escolas, alunos, professores e a infraestrutura educacional.

É importante destacar que, para os dados referentes a 2020, a data de referência da primeira etapa da pesquisa do Censo foi 11 de março, anterior à suspensão das aulas presenciais devido à pandemia de COVID-19. Essa situação excepcional pode ter impactado os resultados.

2.1 Educação Básica: estabelecimentos escolares e matrículas

O primeiro tópico deste módulo tem por fim apresentar o tamanho da rede de estabelecimentos escolares do estado do Rio de Janeiro por dependência administrativa e o número de matrículas por etapa de ensino.

A Tabela 2.1 indica o crescimento do número de estabelecimentos de ensino no estado do Rio de Janeiro, de 2008 a 2023. Nesse período, o total de estabelecimentos aumentou 10,45%, com um acréscimo de 1.082 unidades. O maior crescimento percentual ocorreu na rede federal, que expandiu 60,53%, seguida pela rede privada, com um aumento de 24,57%. A rede municipal teve um crescimento de 8,02%, enquanto a rede estadual apresentou uma redução de 18,42% no número de unidades.

Em relação ao início da série histórica, apenas os estabelecimentos estaduais tiveram uma diminuição no período analisado (2008 a 2023), com um decréscimo de 290 escolas. Contudo, é importante frisar que boa parte dessa redução pode estar associada à municipalização do Ensino Fundamental, estimulada pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1996 e pela implementação do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Consequentemente, no mesmo período, as escolas municipais tiveram um aumento de 399 unidades.

Tabela 2.1: Número de estabelecimentos de ensino por dependência administrativa no estado do Rio de Janeiro - 2008-2023

Ano	Estabelecimentos de ensino, por dependência administrativa				
	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
2008	38	1574	4978	3787	10357
2009	46	1523	4978	3701	10248
2010	48	1510	4963	3862	10383
2011	50	1492	4963	4123	10628
2012	52	1403	5044	4276	10775
2013	54	1357	5099	4665	11175
2014	54	1338	5149	4669	11210
2015	57	1335	5142	4506	11096
2016	58	1324	5174	4485	11041
2017	59	1294	5207	4590	11150
2018	62	1288	5198	4694	11242
2019	59	1275	5242	4749	11325
2020	60	1284	5272	4784	11400
2021	60	1285	5332	4761	11352
2022	61	1284	5377	4717	11438
2023	61	1284	5377	4717	11439

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica

Em 2023, as 11.439 escolas do estado do Rio de Janeiro registraram 3.448.019 matrículas, conforme apresentado na Tabela 2.2, refletindo uma redução de aproximadamente 1,58% em relação ao ano anterior. Entre as etapas de ensino, a Educação Especial teve o maior crescimento em relação a 2023, com um aumento de 13,66% em comparação a 2022. A Educação Infantil também teve um leve avanço de 2,69% no mesmo período.

Por outro lado, a Educação Profissional sofreu uma queda de 3,15% no número de matrículas. Entretanto, ao analisar a evolução histórica da Educação Profissional observa-se um crescimento acumulado de 132,77%.

Tabela 2.2: Número de matrículas da Educação Básica, por etapas de ensino no estado do Rio de Janeiro - 2009-2023

Ano	Matrículas na Educação Básica Total 1-4	Educação Infantil ³	Ensino Fundamental ⁶	Ensino Médio ⁸	Educação Profissional ¹⁰	Educação de Jovens e Adultos (EJA) ¹⁶	Educação Especial ¹⁸
2009	4 001 420	471 785	2 353 532	635 418	75 095	446 524	36 687
2010	3 928 912	472.550	2.318.963	623.706	139.549	428.528	41.096
2011	3 846 550	502658	2289349	609829	140062	355 452	44 804
2012	3.802.938	525.757	2.233.437	603.057	164.272	317.820	48.693
2013	3771316	554167	2222442	596879	171108	278 200	49 098
2014	3.715.402	581.639	2.148.840	599.352	192.692	235.104	51.471
2015	3607342	577 739	2 074 921	583 177	180 636	244 787	54 562
2016	3.592.755	592.768	2.047.208	591.882	168.328	246.652	56.654
2017	3563661	607 627	2 019 459	573 300	171 947	241 103	60 519
2018	3.558.698	619.058	2.003.315	572.899	170.870	243.803	67.681
2019	3 573 417	637 704	1 976 311	575 245	201.036	253 950	74 928
2020	3 555 949	620 839	1 967 998	600 032	176 046	254 985	79 329
2021	3 414 233	563 707	1 945 408	581 323	164 605	223 754	83 769
2022	3 503 285	621 508	1 960 826	596 206	180 494	206 322	96 773
2023	3 448 019	638 210	1 945 098	554 816	174 797	184 274	109 992

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica

2.2 Taxa de distorção idade-série para o Ensino Médio e Ensino Fundamental

A taxa de distorção idade-série é um indicador que expressa a porcentagem de estudantes em cada série com idade superior à recomendada para aquela etapa de ensino.

Com base na Tabela 2.3, observa-se uma redução de 6,78% no total de estudantes com distorção idade-série entre 2022 e 2023, mantendo a trajetória de queda registrada nos anos anteriores. No período de 2010 a 2023, essa redução acumulada no Ensino Médio foi de 36,55%.

Na comparação entre 2022 e 2023, as escolas privadas se destacaram, com uma queda de 27,78%. As instituições federais apresentaram um decréscimo de 14,24%, seguidas pelas municipais, com uma redução de 13,35%. As escolas estaduais registraram uma diminuição de apenas 3,52%.

Entretanto, ao analisar a série completa, as redes estaduais lideram a redução da distorção idade-série, com 36,31%, seguidas pelas municipais, com 19,83%. Apesar de ainda concentrarem o maior número de estudantes em situação de distorção, as escolas estaduais vêm demonstrando esforços consistentes para reverter esse quadro.

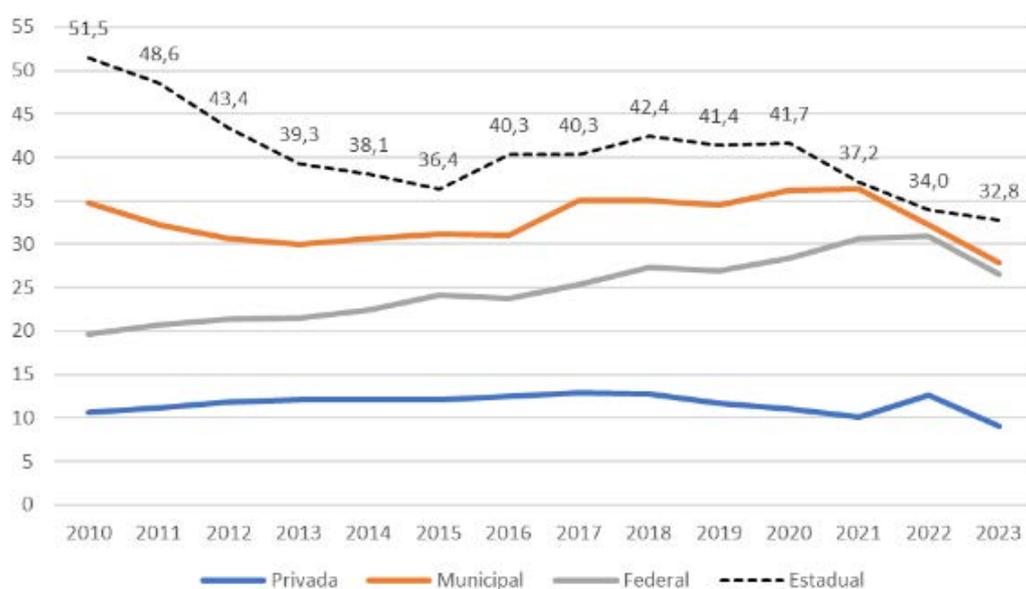
Tabela 2.3: Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio, segundo a dependência administrativa no estado do Rio de Janeiro - 2010-2023

Dependência Administrativa	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Estadual	51,5	48,6	43,4	39,3	38,1	36,4	40,3	40,3	42,4	41,4	41,7	37,2	34,0	32,8
Federal	19,7	20,7	21,4	21,5	22,4	24,2	23,8	25,4	27,4	26,9	28,4	30,7	30,9	26,5
Municipal	34,8	32,3	30,6	30,0	30,6	31,2	31,1	35,1	35,0	34,5	36,2	36,4	32,2	27,9
Privada	10,7	11,2	11,9	12,1	12,1	12,1	12,5	12,9	12,7	11,7	11,1	10,1	12,6	9,1
Pública	50,5	47,7	42,6	38,6	37,5	35,9	34,9	39,7	41,8	40,8	41,2	37,0	33,9	32,6
Total	43,5	40,5	35,9	32,6	31,8	30,7	28,4	33,9	35,7	34,9	35,4	31,6	29,5	27,6

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica

O gráfico abaixo apresenta de forma mais detalhada a evolução histórica das redes de ensino. As linhas que representam as instituições estadual e municipal seguem trajetórias semelhantes, com declínio entre 2010 e 2014/2015, uma leve reversão em 2016 e relativa estabilidade nos anos seguintes, tendo a rede estadual variação de 40,3% e 42,4%, antes de retornar a tendência de redução a partir de 2020. Já as demais categorias indicam padrões distintos: a federal mantém um crescimento quase contínuo ao longo da série, enquanto a privada, apesar de um avanço mais moderado, registrou uma breve queda entre 2018 e 2021, voltou a subir em 2022, mas apresentou nova redução em 2023.

Gráfico 2.1: Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio, por dependência administrativa no estado do Rio de Janeiro- 2010-2023



Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica

Conforme a Tabela 2.4 apresentada, observa-se um panorama distinto no Ensino Fundamental, com redução significativa na distorção idade-série em toda a rede pública, totalizando 38,89% de queda desde 2010.

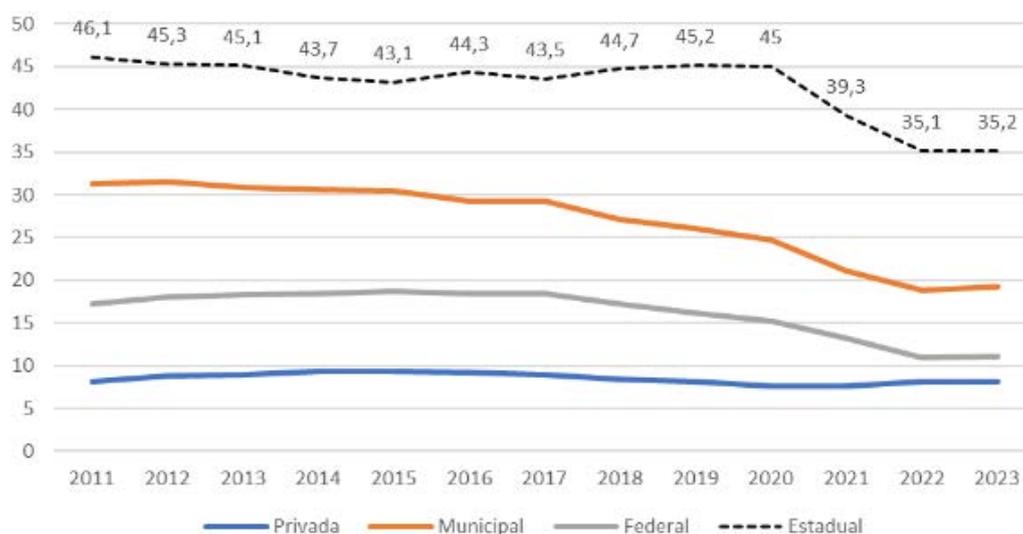
Tabela 2.4: Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental, segundo a dependência administrativa no estado do Rio de Janeiro - 2010-2023

Dependência Administrativa	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Estadual	46,3	46,1	45,3	45,1	43,7	43,1	44,3	43,5	44,7	45,2	45,0	39,3	35,1	35,2
Federal	15,7	17,2	18,0	18,3	18,5	18,7	18,4	18,4	17,2	16,2	15,2	13,2	10,9	11,1
Municipal	30,6	31,2	31,5	30,8	30,6	30,4	29,3	29,3	27,1	26,1	24,7	21,1	18,9	19,2
Privada	8,0	8,2	8,8	9,0	9,3	9,4	9,2	9,0	8,4	8,2	7,6	7,6	8,1	8,1
Pública	34,2	34,3	34,0	33,2	32,6	32,1	31,3	30,2	29,1	28,3	27,1	23,1	20,6	20,9
Total	28,0	27,6	27,2	26,3	25,7	25,3	24,6	23,7	22,7	22,0	21,2	18,6	16,9	17,1

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica

O Gráfico 2.2 exibe a taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental por dependência administrativa no estado do Rio de Janeiro. A rede estadual manteve índices elevados e estáveis até 2020, mas apresentou queda nos anos seguintes, chegando a 35,2 em 2023. A rede municipal seguiu tendência parecida com leve estabilidade até 2015 e redução contínua, atingindo cerca de 19,2 em 2023. As escolas federais tiveram um crescimento até 2017, seguido por uma leve queda, aproximando-se dos níveis da rede privada, que manteve os menores índices ao longo da série histórica.

Gráfico 2.2: Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental, por dependência administrativa no estado do Rio de Janeiro - 2010-2023



Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica

2.3 Taxa de abandono escolar no Ensino Médio

A Taxa de abandono escolar consiste em um indicador que relaciona alunos que abandonam a escola na vigência de determinado ano letivo sobre aqueles que permanecem até o final daquele ano.

Os dados da Tabela 2.5 mostram que a taxa de abandono escolar no Ensino Médio era maior na rede estadual até 2019, apesar de uma queda significativa de 15,5% em 2010 para 0,4% em 2020, representando uma queda de 97,42% em 10 anos e o menor resultado da série histórica. Em 2023, a rede estadual marcou 5,3%, enquanto a municipal reduziu para 3,8%. A rede federal apresentou oscilações, atingindo 2,3% em 2023, e a privada manteve os menores índices, chegando a 0,6%.

Tabela 2.5: Taxa de abandono escolar no Ensino Médio, por dependência administrativa no estado do Rio de Janeiro - 2010-2023

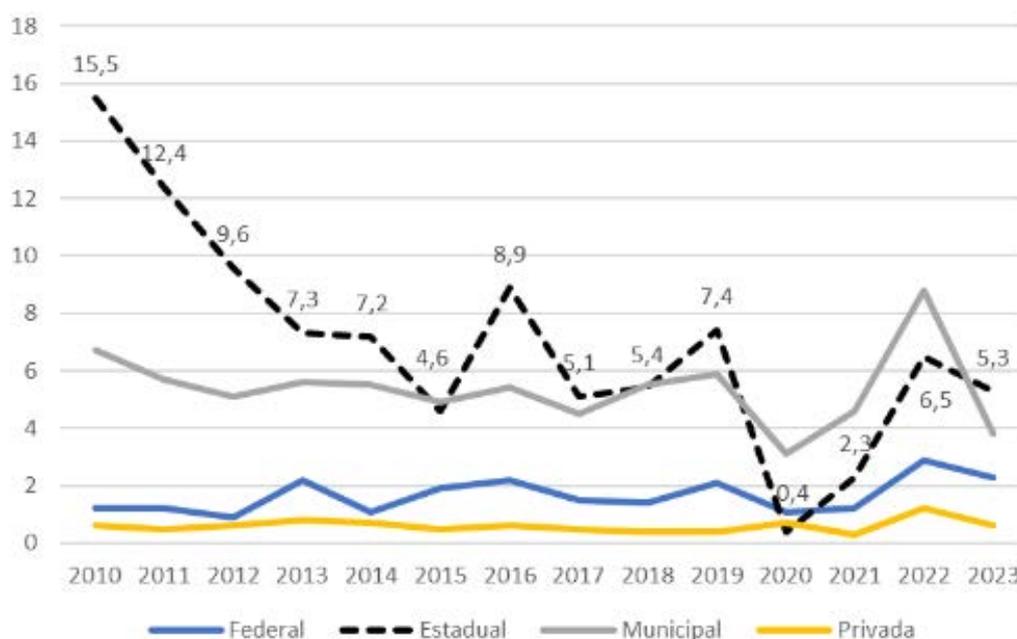
Ano	Estabelecimentos de ensino, por dependência administrativa				
	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
2010	12,8	1,2	15,5	6,7	0,6
2011	10,1	1,2	12,4	5,7	0,5
2012	7,4	0,9	9,6	5,1	0,6
2013	5,7	2,2	7,3	5,6	0,8
2014	5,6	1,1	7,2	5,5	0,7
2015	3,6	1,9	4,6	4,9	0,5
2016	6,9	2,2	8,9	5,4	0,6
2017	4,1	1,5	5,1	4,5	0,5
2018	4,3	1,4	5,4	5,5	0,4
2019	5,8	2,1	7,4	5,9	0,4
2020	0,5	1,1	0,4	3,1	0,7
2021	1,9	1,2	2,3	4,6	0,3
2022	5,3	2,9	6,5	8,8	1,2
2023	4,2	2,3	5,3	3,8	0,6

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Com base no Gráfico 2.3, que apresenta a dinâmica da taxa de abandono escolar no Ensino Médio entre 2010 e 2023, é possível observar que a pandemia de COVID-19 teve um impacto nas taxas de abandono. Em 2020, houve uma queda expressiva, possivelmente devido à adoção do ensino remoto e à flexibilização das políticas de frequência e aprovação. No entanto, com o retorno das aulas presenciais, os desafios escolares e socioeconômicos tornaram-se mais evidentes, resultando em um aumento progressivo dessa taxa nos anos seguintes.

As redes estadual e municipal foram as mais impactadas. A rede estadual, por exemplo, registrou uma redução drástica em 2020, caindo para 0,4% mas subsequentemente aumentou para 2,3% em 2021 e atingiu 6,5% em 2022. Já a rede municipal, que vinha em queda gradual, registrou seu ápice em 2022. Enquanto isso, as redes federais e privadas mantiveram relativa estabilidade, sentindo os efeitos da pandemia apenas em 2022. Em 2023, todas as redes apresentaram redução, indicando uma possível recuperação pós-pandemia.

Gráfico 2.3: Dinâmica da taxa de abandono escolar para o Ensino Médio, por dependência administrativa no estado do Rio de Janeiro - 2010 a 2023



Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

A pandemia de COVID-19 pode ter sido a principal razão para queda expressiva da taxa de abandono escolar em 2020, pois levou à adoção do ensino remoto e à flexibilização da frequência e aprovação. No entanto, com o retorno das aulas presenciais, os desafios acadêmicos e socioeconômicos ficaram mais evidentes, resultando em um aumento progressivo nos anos seguintes. Segundo o Gráfico 2.3, as redes estadual e municipal foram as mais impactadas, apresentando forte redução em 2020, seguido de um grave aumento nos anos seguintes. A rede estadual caiu para 0,4% em 2020, mas subiu para 2,3% em 2021 e atingiu 6,5% em 2022, seu maior índice no período analisado. Já a rede municipal, que vinha em queda gradual, também registrou seu ápice em 2022. Enquanto isso, as redes federal e privada mantiveram relativa estabilidade, sentindo os efeitos da pandemia apenas em 2022. Em 2023, todas as redes apresentaram redução, indicando uma possível recuperação pós-pandemia.

2.4 Taxa de reprovação escolar no ensino médio

Além da taxa de abandono, a taxa de reprovação faz parte do rendimento escolar dos alunos. Ao final do ano ela expressa a situação do aluno de acordo com sua matrícula – isto é, se ele foi aprovado, reprovado, ou se abandonou o ano letivo. A reprovação significa que o aluno não obteve êxito ao final do ano letivo, e, dessa forma, não poderá se matricular na próxima série no ano seguinte.

Os resultados apresentados na Tabela 2.6 indicam um declínio na taxa total de reprovação escolar no Ensino Médio de 37,57% entre 2010 e 2023. Até 2019, observou-se uma tendência de queda gradual, com uma diminuição de 33,86% na taxa total desde o início do período analisado. Em 2020, a atenuação foi ainda mais significativa, chegando a 37,60% em relação ao ano anterior, possivelmente devido à pandemia de COVID-19 e às medidas de flexibilização no ensino.

No entanto, em 2023, houve um aumento de 151,06% na taxa total de reprovação em relação a 2021, foi de 4,7 para 11,8. As redes federais e privadas registraram uma leve redução e em contrapartida as redes estaduais e municipais registraram um pequeno aumento.

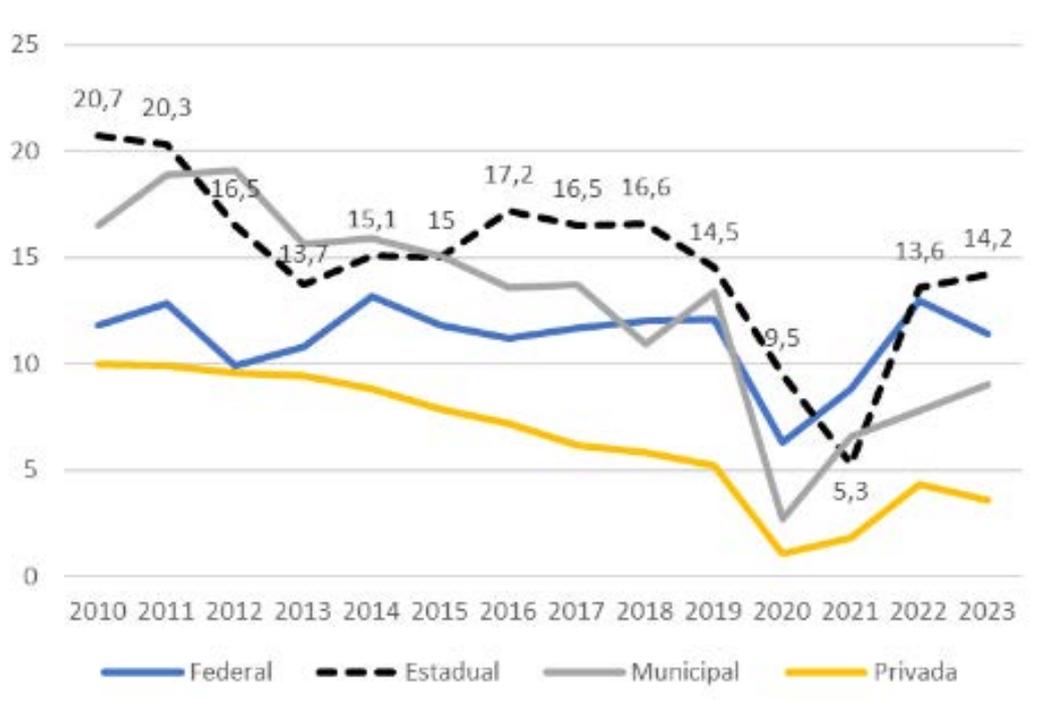
Tabela 2.6: Taxa de reprovação escolar no Ensino Médio, por dependência administrativa no estado do Rio de Janeiro - 2010-2023

Ano	Estabelecimentos de ensino, por dependência administrativa				
	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
2010	18,9	11,8	20,7	16,5	10
2011	18,5	12,8	20,3	18,9	9,9
2012	14,9	9,9	16,5	19,1	9,6
2013	12,7	10,8	13,7	15,6	9,4
2014	13,7	13,2	15,1	15,9	8,8
2015	13,4	11,8	15	15,1	7,9
2016	14,9	11,2	17,2	13,6	7,2
2017	14,1	11,7	16,5	13,7	6,2
2018	14,1	12	16,6	10,9	5,8
2019	12,5	12,1	14,5	13,4	5,2
2020	7,8	6,3	9,5	2,7	1,1
2021	4,7	8,8	5,3	6,6	1,8
2022	11,7	13	13,6	7,8	4,3
2023	11,8	11,4	14,2	9	3,6

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

A análise do Gráfico 2.4 revela uma tendência geral de queda da taxa de reprovação no Ensino Médio até 2020, com exceção da rede federal, que se manteve relativamente estável, variando entre 9,9% e 13,2% ao longo do período analisado. Entretanto, o aumento da taxa de reprovação nos anos seguintes reflete a retomada dos critérios de avaliação tradicionais e as dificuldades dos alunos em se readaptar ao ensino presencial. O período de ensino remoto pode ter gerado um déficit de aprendizagem, contribuindo para esse cenário. Portanto, é essencial que políticas educacionais considerem esses desafios, investindo em recuperação de aprendizagem e apoio psicopedagógico para garantir que os alunos superem os impactos negativos da pandemia na educação.

Gráfico 2.4: Taxa de reprovação no Ensino Médio, por dependência administrativa no estado do Rio de Janeiro - 2010-2023



Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

2.5 Média de alunos por turma na Educação Básica

De acordo com o INEP, o indicador da média de alunos por turma corresponde à divisão do número de matrículas pelo número de turmas informadas na data de referência do censo escolar, permitindo avaliar o tamanho médio delas.

A Tabela 2.7 demonstra que, ao longo dos anos de 2010 a 2023, a quantidade de alunos por turma⁹ variou em todas as redes de ensino e etapas educacionais. O Ensino Médio se mantém como a etapa com mais alunos por sala, apresentando uma média geral de 26,0 em 2023. Já a Educação Infantil possui a menor média, com 13,7 alunos por sala, enquanto o Ensino Fundamental registra uma média intermediária de 25,2 alunos por turma.

Comparando com anos anteriores, observa-se uma leve redução na quantidade de alunos por sala em algumas redes, especialmente na Educação Infantil. No entanto, o Ensino Médio e o Ensino Fundamental ainda concentram um número elevado de estudantes por turma, o que pode impactar as condições de ensino e aprendizagem.

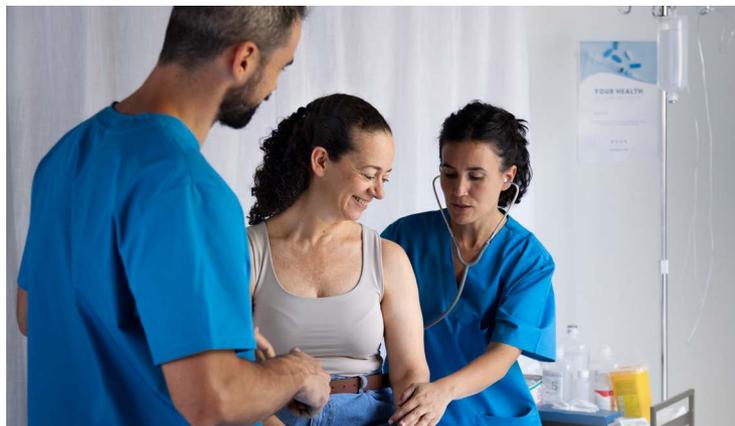
9 Notas: 1) - Inclusive turmas Unificadas. 2) - Indicador calculado para as turmas Multietapa, Multi ou Correção de Fluxo.

Tabela 2.7: Média de alunos por turma da Educação Básica, por dependência administrativa e etapa de ensino no estado do Rio de Janeiro - 2010-2023

Ano	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2010	14,7	15,3	19,5	13,5	29	31,4	27,1	21	31,6	33,8	28,7	27,7
2011	15,7	14,7	19,4	13,4	28,3	31,1	26,8	20,6	30,4	32,2	28,1	28
2012	15,7	14,2	19,3	13,4	27,5	30	26,7	20,4	30	30,8	28,6	28,4
2013	15,8	13,8	19,1	13,4	27,1	28,7	26,4	19,9	29,3	30,2	28,6	27,6
2014	16,5	15,1	19	13,7	26,7	27,8	26,2	20	28	29,6	28,1	27,7
2015	17,3	14,8	18,8	13,7	26,5	26,7	25,8	20	27,6	28,5	28	27,1
2016	17,3	15,3	18,8	13,5	26,3	27,2	25,9	19,9	28,1	29	28,9	27
2017	17,2	9,7	19	13,2	25,8	28,8	26,1	19,9	28,7	28,9	28,5	27
2018	16,6	11,9	19	13,1	25,7	29,8	26,3	19,5	28,4	30,3	26,8	25,8
2019	16,7	12,8	19	12,9	26	29	26,1	19,2	28,4	30,4	27,5	25,6
2020	16,3	13	18,8	12,1	26,3	30,6	26,2	18,7	28,1	31,8	27,2	25,1
2021	12,9	11,8	18,6	10,9	24,2	29,4	26,8	17,9	26,1	29,9	27,7	25,6
2022	14,0	12,0	18,2	12,5	26,0	29,9	26,1	18,4	27,4	30,5	26,8	25,2
2023	13,3	10,6	18,2	12,8	26,6	29,6	25,9	18,5	25,5	29,1	24,6	24,9

Fonte: Censo da Educação Básica 2022/INEP.

03



SAÚDE

De acordo com as orientações da Rede Interagencial de Informações para a Saúde (Ripsa), que definiu os principais indicadores de saúde no Brasil, a avaliação da saúde abrange uma variedade de temas organizados em conjuntos de dados, incluindo:

- Demografia;
- Aspectos socioeconômicos;
- Taxas de mortalidade;
- Morbidade e fatores de risco;
- Recursos disponíveis; e
- Cobertura de serviços.

Dentro do contexto mais amplo da qualidade de vida no estado, esses indicadores estão organizados em seções específicas deste relatório. Esta parte do documento aborda os recursos físicos e humanos, além da morbidade hospitalar no Rio de Janeiro. Portanto, este capítulo oferece uma visão integrada da situação sanitária local, especialmente em relação aos impactos diretos e indiretos da pandemia da Covid-19 na saúde da população. Os dados apresentados a seguir – sobre ‘estabelecimentos’, ‘leitos hospitalares’, ‘perfil dos profissionais de saúde’ e ‘morbidade hospitalar’ – foram coletados do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio do banco de dados do DATASUS, em dezembro de 2023, abrangendo o período de janeiro de 2017 a dezembro de 2022.

3.1 Estabelecimentos de saúde

O Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) tem como função central compilar dados completos sobre os serviços de saúde em todo o país. Essas informações abrangem diversos aspectos, como o número e os tipos de equipamentos presentes, a instituição responsável pela gestão do estabelecimento e a sua integração com o Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com a Tabela 3.1, a seguir, é possível observar que no ano de 2023 pouco mais da metade dos estabelecimentos de saúde no estado do Rio de Janeiro estavam juridicamente vinculados a entidades empresariais, cerca de 50,63%. Além disso, 32,70% estavam vinculados a pessoas físicas, 15,20% ligados à administração pública (federal, estadual, municipal, ou outros) e 1,48% associados a entidades sem fins lucrativos.

Ao analisar a série histórica, é possível concluir que a tendência de aumento na média de estabelecimentos de saúde da administração pública no Estado, iniciada em 2021, se manteve. Em 2023, essa média atingiu seu pico, totalizando 4.325 estabelecimentos, um aumento de aproximadamente 6% comparado ao ano de 2022.

Tabela 3.1: Quantidade média anual de estabelecimentos de saúde segundo as esferas jurídicas no estado do Rio de Janeiro - 2017-2023

Esfera Jurídica	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Administração Pública	3793	3850	3879	3948	4119	4235	4326
Federal	73	77	82	66	74	84	87
Estadual ou Distrito Federal	192	195	172	158	205	220	212
Municipal	3527	3576	3598	3723	3839	3927	4023
Outros	1	1	2	2	2	3	4
Entidades Empresariais	9445	10683	11998	9138	10984	13157	14411
Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista	7	12	12	8	12	15	17
Demais Entidades Empresariais	9438	10671	11986	9130	10972	13142	14394
Entidades sem Fins Lucrativos	376	386	392	358	383	404	421
Pessoas Físicas	8624	9663	10566	8022	8129	9039	9307
Total	22237	24582	26834	21465	23614	26834	28464

Elaboração própria | Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

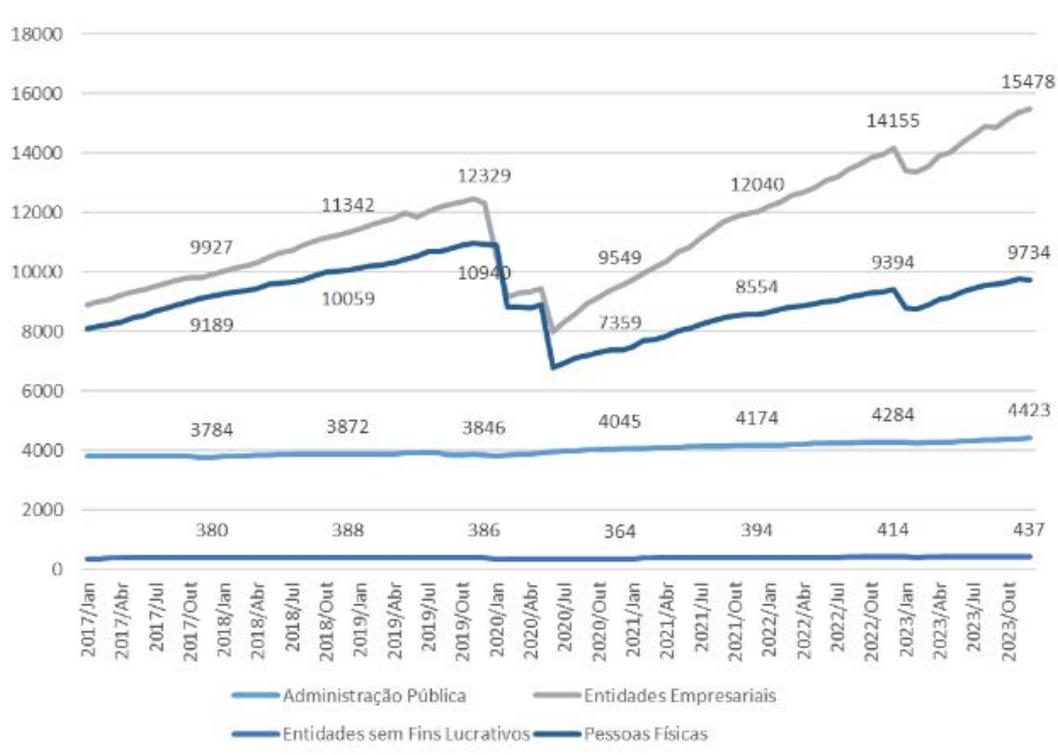
O Gráfico 3.1 apresenta a evolução quantitativa dos estabelecimentos de saúde ao longo do tempo, categorizados por tipo de gestão.

No ano de 2023, observa-se que as entidades empresariais e as pessoas físicas seguem sendo as categorias com maior número de estabelecimentos, – em dezembro atingiu cerca de 15.478 e 9.734 estabelecimentos, respectivamente – mantendo uma trajetória de crescimento, apesar de oscilações ao longo do período. As entidades empresariais, em especial, apresentam uma recuperação contínua, refletindo um aumento que em junho de 2020 ,comparado ao mesmo período de 2023, representava cerca de 79%.

As pessoas físicas também mostram um crescimento progressivo, embora com menor intensidade quando comparado às entidades empresariais. Já a administração pública apresenta um crescimento mais estável e moderado, sem grandes variações, indicando uma expansão constante, mas sem acompanhar a mesma velocidade das demais categorias.

As entidades sem fins lucrativos mantém um volume reduzido de estabelecimentos e apresentam pouca variação ao longo do tempo, demonstrando uma estabilidade no setor.

Gráfico 3.1: Evolução da quantidade de estabelecimentos de saúde segundo a esfera jurídica no estado do Rio de Janeiro - 2017 a 2023



Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

O Gráfico 3.2 mostra a evolução da quantidade dos estabelecimentos de saúde sob administração pública estadual no Rio de Janeiro entre 2017 e 2023. Em 2023, observa-se uma recuperação no número de estabelecimentos, com um aumento a partir do segundo semestre do ano. O número de estabelecimentos, que estava em 196 no início do ano, sobe para 199 em julho e atinge um pico em dezembro, alcançando os 255.

Essa retomada acompanha a tendência de crescimento já observada nos anos anteriores, especialmente após a queda drástica registrada entre 2019 e 2020. A recuperação que começou em 2020 continuou ao longo dos anos seguintes, e em 2023 o número de estabelecimentos voltou a se expandir, o que indica o fortalecimento da rede estadual de saúde.

Gráfico 3.2: Evolução da quantidade de estabelecimentos de saúde segundo a esfera jurídica da administração pública estadual no estado do Rio de Janeiro - 2017 a 2023

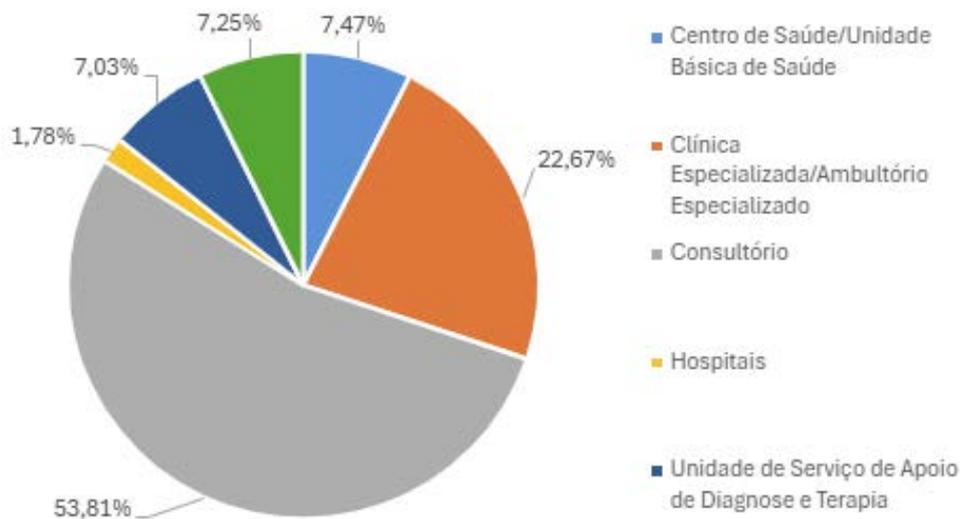


Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

3.1.1 Tipos de estabelecimento

O Gráfico 3.3 apresenta a distribuição dos tipos de estabelecimentos citados abaixo, com predominância de consultórios médicos (53,8%), em 2023, seguido de clínicas especializadas/ambulatórios especializados (22,7%) e, em terceiro lugar, os Centros de Saúde/Unidade Básica de Saúde (7,5%). A classificação dos setores com maior alcance percentual permaneceu como a de 2022, com um aumento no percentual dos dois primeiros setores — 6,45% e 2,7%, respectivamente — e uma redução de 2,3% nos Centros de Saúde/ Unidades Básicas de Saúde.

Gráfico 3.3: Percentual de estabelecimentos de saúde, por tipo de estabelecimento, no estado do Rio de Janeiro (dez/2023)



Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

3.2 Leitos hospitalares

Esta parte examina o levantamento da quantidade de leitos hospitalares, tanto em instituições públicas quanto privadas, no estado do Rio de Janeiro, sem considerar se estão ou não associados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Esses leitos são destinados a internações em diversas áreas médicas. A análise, portanto, revela a capacidade de atendimento disponível à população na região.

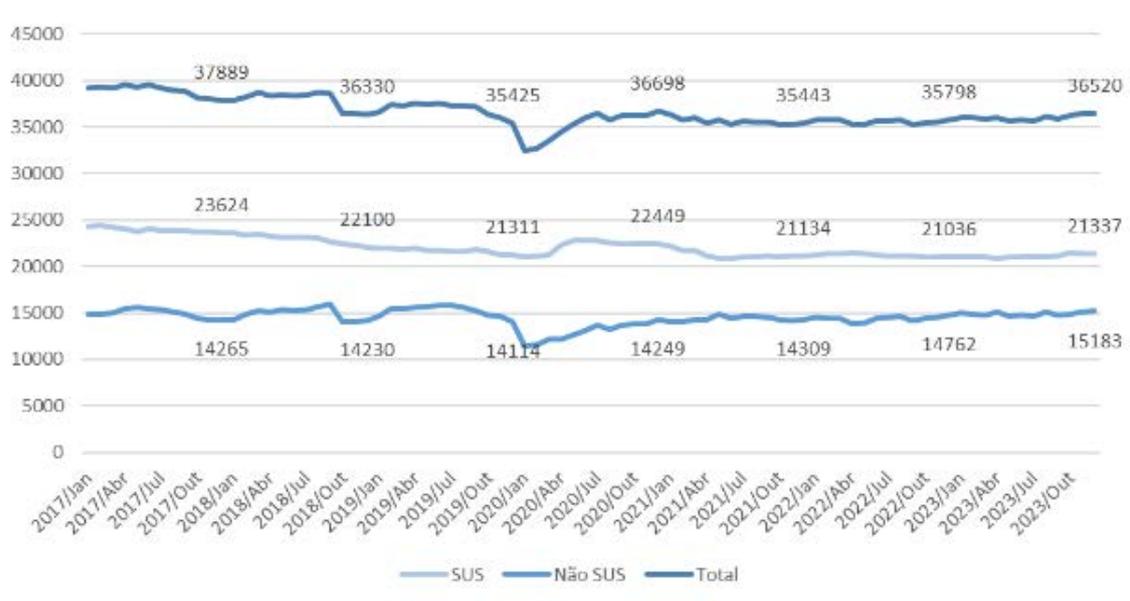
O Gráfico 3.4 indica, que em 2023, houve uma estabilização e até uma leve recuperação na quantidade de leitos hospitalares no estado do Rio de Janeiro, tanto no SUS quanto no setor não SUS.

A linha azul clara (do meio), que representa os leitos do SUS, mostra uma tendência de alta, foram acrescidos 267 leitos, considerando o intervalo de janeiro a dezembro, contrastando com a queda observada nos anos anteriores. Esse crescimento, embora moderado, sugere uma recuperação parcial da oferta de leitos públicos.

No setor não SUS, representado pela linha inferior, observa-se um crescimento contínuo ao longo de 2023, cerca de 212 leitos, mantendo a tendência de alta já vista desde 2020. Isso reforça a expansão da rede hospitalar privada.

No total, a soma dos leitos hospitalares no estado, linha superior, também apresenta um leve crescimento em 2023, diferente das oscilações e quedas mais expressivas registradas em anos anteriores. Em dezembro, observamos um aumento de 479 leitos comparado a janeiro do mesmo ano.

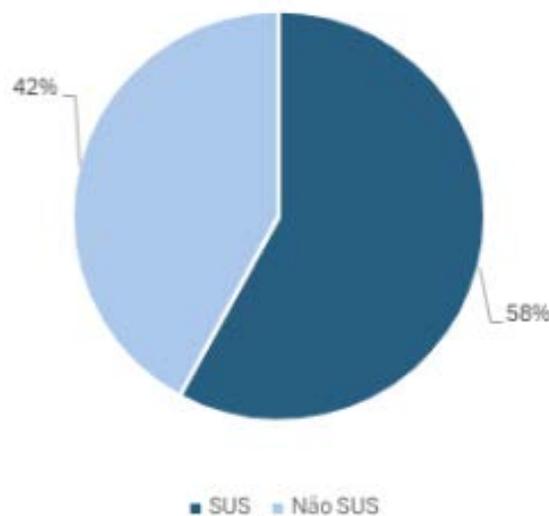
Gráfico 3.4: Evolução da quantidade de leitos hospitalares segundo a integração ao SUS no estado do Rio de Janeiro - 2017 a 2023



Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Como é possível observar no Gráfico 3.5, que mostra a porcentagem de leitos hospitalares segundo a integração ao SUS em 2023, o estado do Rio de Janeiro apresentou pequenas alterações comparado ao ano de 2022. O SUS representa cerca de 58% de todos os leitos disponíveis, o que corresponde a 21.337 leitos e o “não SUS” equivale a 42% com 15.183 leitos, que em números totais passou de 35.798 em dezembro de 2022 para 36.520 em 2023, um acréscimo de 722 leitos disponíveis para internação, sendo 301 leitos SUS e 421 leitos não SUS.

Gráfico 3.5: Leitos hospitalares segundo a integração ao SUS no estado do Rio de Janeiro (dez/2023)



Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

A Tabela 3.2 a seguir expõe dados sobre a disponibilidade de leitos hospitalares entre 2017 e 2023, considerando a série histórica para internação em diferentes esferas jurídicas. Observa-se que houve variações na quantidade média de leitos disponíveis.

Diferentemente da tendência de queda observada nos anos anteriores, em 2023 nota-se um leve crescimento no número total de leitos disponíveis, cerca de 20. A administração pública, que já possuía a maior quantidade de leitos em 2017, após leves oscilações, manteve uma trajetória estável, com uma redução discreta em 2023 comparado ao ano anterior, mas que ultrapassa os valores de todo restante da série histórica. A esfera municipal, em especial, apresentou uma redução em relação ao ano de 2022, foram cerca de 31 leitos, mas ainda representa a maior participação na oferta de leitos no que diz respeito às jurisdições da administração pública.

Além disso, as entidades empresariais, que já haviam registrado a maior perda de leitos ao longo dos anos, mantiveram uma participação reduzida em 2023, refletindo a continuidade do declínio observado anteriormente.

Tabela 3.2: Média de leitos disponíveis para internação por esfera jurídica no estado do Rio de Janeiro - 2017 a 2023

Esfera Jurídica	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Administração Pública	16304	16210	15783	16547	15986	17885	17833
Federal	3402	3393	3324	3255	3202	4066	4049
Estadual ou Distrito Federal	3459	3466	3264	3218	3079	3380	3376
Municipal	9444	9351	9162	10074	9705	10439	10408
Entidades Empresariais	3425	2745	2084	1849	1588	12763	12767
Demais Entidades Empresariais	3425	2745	2084	1849	1588	12576	12580
Entidades sem Fins Lucrativos	4228	4019	3835	3806	3678	5847	5920
Total	23957	22974	21703	22202	21253	36495	36520

Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

3.3 Perfil dos profissionais de saúde de nível superior

Nesta parte, é discutido o perfil dos profissionais de saúde com formação superior, considerando a quantidade de especialistas em diversas áreas, como médicos, enfermeiros e outras categorias específicas. Além disso, são analisados dados sobre a distribuição dos médicos de acordo com suas especialidades.

Ao analisar a Tabela 3.3, é possível notar que em 2023 a quantidade de profissionais de saúde de nível superior apresentou um aumento de 2.812, dando continuidade a tendência de crescimento observada em toda série histórica, com exceção do ano de 2020. As categorias que mais aumentaram em relação ao ano de 2022 foram de enfermeiros, psicólogos e odontólogos. O que reflete a crescente demanda por esses profissionais. Em termos absolutos os enfermeiros seguem sendo o grupo mais numeroso, somando cerca de 33.421 profissionais, seguidos por clínicos gerais com mais de 12.400 especialistas.

Apesar do crescimento geral, a categoria de profissionais sanitaristas apresentou queda. Já entre os médicos, a maioria das especialidades cresceu, com destaque para o grupo de médicos de família e pediatras.

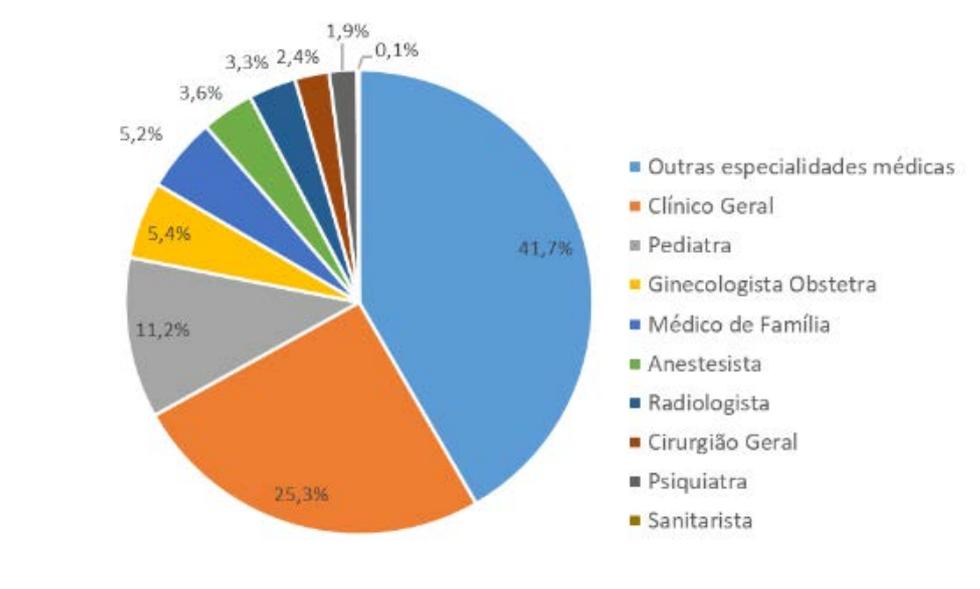
Tabela 3.3: Quantidade de profissionais de saúde de nível superior segundo as categorias profissionais do Código Brasileiro de Ocupações no estado do Rio de Janeiro (mês de referência: setembro) - 2017 a 2023

Ocupações de Nível Superior	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Anestesiista	1 583	1 599	1 640	1 618	1 554	1 684	1 786
Assistente Social	2 788	2 830	2 945	3 068	3 281	3 494	3 670
Bioquímico/Farmacêutico	2 608	2 800	2 886	3 161	3 678	4 135	4 281
Cirurgião Geral	1 093	1 090	1 107	1 093	985	1 099	1 173
Clínico Geral	9 460	9 383	9 597	9 962	12 023	11 945	12 424
Enfermeiro	22 902	24 186	24 359	26 754	30 044	31 505	33 421
Fisioterapeuta	7 151	7 514	7 892	7 605	8 531	9 097	9 572
Fonoaudiólogo	1 965	2 043	2 110	1 935	2 132	2 284	2 390
Ginecologista Obstetra	2 592	2 680	2 718	2 407	2 460	2 603	2 644
Médico de Família	2 436	2 418	2 046	2 021	1 889	2 190	2 545
Nutricionista	2 911	3 102	3 237	3 287	3 773	4 144	4 426
Odontólogo	9 351	9 642	10 049	8 429	9 175	10 043	10 570
Pediatra	4 858	4 905	4 953	4 871	5 012	5 175	5 508
Psicólogo	4 644	4 943	5 309	4 883	5 559	6 309	6 908
Psiquiatra	839	826	847	812	867	926	938
Radiologista	1 356	1 417	1 473	1 476	1 496	1 548	1 617
Sanitarista	84	77	76	67	64	71	68
Outras especialidades médicas	18 148	18 311	18 801	17 458	18 751	19 579	20 498
Outras ocupações de nível superior relacionadas à saúde	2 877	3 046	3 159	3 129	3 496	3 728	3 932
Total	99 646	102 812	105 204	104 036	114 770	121 559	128 371

Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

No Gráfico 3.6, é possível observar que dentre as especialidades médicas definidas levadas em consideração, exclusive “outras especialidades médicas”, o grupo de clínicos gerais (25,3%) representa a maior fatia, seguidos de pediatras (11,2%).

Gráfico 3.6: Perfil dos médicos segundo as especialidades médicas do estado do Rio de Janeiro (set/2023)



Fonte: DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

3.4 Morbidade hospitalar

O acompanhamento da morbidade hospitalar é essencial para identificar as principais doenças ou complicações médicas em uma população e em uma área geográfica determinada. Esta seção foca na análise dos óbitos classificados por tipo de morbidade, conforme a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), incluindo as causas externas. O estudo detalha os óbitos relacionados a diversas condições de saúde, diferenciando entre os sexos biológicos feminino e masculino.

De acordo com a Tabela 3.4, das 56.658 mortes hospitalares classificadas pelo CID-10 no estado do Rio de Janeiro em 2023, os homens seguem como o grupo mais atingido (50,15%). As principais causas de óbito entre ambos os gêneros continuam as mesmas dos anos anteriores. As doenças infecciosas e parasitárias foram responsáveis por 13.174 mortes (23,27%), seguidas pelas doenças do aparelho circulatório, com 10.410 óbitos (18,37%), e pelas doenças do aparelho respiratório, que causaram 9.318 mortes (16,45%). Esses dados mostram que, embora o número total de óbitos hospitalares tenha reduzido 3,6% em relação a 2022, as principais causas de morte continuam com proporções semelhantes, indicando a persistência desses grupos de doenças como os mais letais.

Tabela 3.4: Óbitos por morbidade hospitalar segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) no estado do Rio de Janeiro (2023)

Código	Morbidades CID-10	Masc.	Fem.	Total
I	01 Algumas doenças infecciosas e parasitárias	6429	6745	13174
II	02 Neoplasias (tumores)	3095	4028	7123
III	03 Doenças do sangue e dos órgãos hematopéticos e alguns transtornos imunitórios	497	565	1062
IV	04 Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	558	586	1144
V	05 Transtornos mentais e comportamentais	52	53	105
VI	06 Doenças do sistema nervoso	467	384	851
VII	07 Doenças do olho e anexos	5	2	7
VIII	08 Doenças do ouvido e da apófise mastóide	2	3	5
IX	09 Doenças do aparelho circulatório	5360	5050	10410
X	10 Doenças do aparelho respiratório	4697	4621	9318
XI	11 Doenças do aparelho digestivo	1541	1383	2924
XII	12 Doenças da pele e do tecido subcutâneo	193	219	412
XIII	13 Doenças sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	58	70	128
XIV	14 Doenças do aparelho geniturinário	1870	1842	3712
XV	15 Gravidez, parto e puerpério	--	51	51
XVI	16 Algumas afecções originadas no período perinatal	368	343	711
XVII	17 Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	52	59	111
XVIII	18 Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	1382	1304	2686
XIX	19 Lesões envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas	1739	893	2632
XX	20 Causas externas de morbidade e de mortalidade	--	--	--
XXI	21 Contatos com serviços de saúde	47	45	92
Total		28412	28246	56658

Fonte: Datasus

Ao analisar a Tabela 3.5, observa-se que, dos 13.008 óbitos por causas externas, a maioria ocorreu entre homens (71,63%) e estava relacionada a agressões, reforçando a tendência histórica de maior vulnerabilidade do público masculino a esse tipo de morte. Considerando homens e mulheres as principais causas externas foram agressões, que totalizaram 3.784, seguido de outras causas externas de lesões acidentais (3.709) e em terceiro acidentes de transporte com 1.971 óbitos.

Vale ressaltar que as lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídios) também representaram um número significativo, totalizando 906 óbitos. Eventos de intenção indeterminada somaram 1.448 mortes, enquanto complicações de assistência médica e cirúrgica resultaram em 701 óbitos.

Tabela 3.5: Óbitos por morbidade hospitalar segundo grande grupo de causas externas no estado do Rio de Janeiro (2023)

Código	Grande Grupo de Causas Externas	Masc.	Fem.	Total
V01-V99	Acidentes de transporte	1595	376	1971
W00-X59	Outras causas externas de lesões acidentais	2298	1411	3709
X60-X84	Lesões autoprovocadas voluntariamente	626	280	906
X85-Y09	Agressões	3451	333	3784
Y10-Y34	Eventos cuja intenção é indeterminada	693	755	1448
Y35-Y36	Intervenções legais e operações de guerra	469	4	473
Y40-Y84	Complicações assistência médica e cirúrgica	175	526	701
Y85-Y89	Sequelas de causas externas	10	6	16
Total		9317	3691	13008

Fonte: Datasus

Embora a quantidade total de óbitos por causas externas tenha se mantido elevada, algumas mudanças chamam atenção. A diferença entre homens e mulheres se reduziu levemente em relação aos anos anteriores, sugerindo que fatores de risco podem estar se distribuindo com padrões diferentes. Ademais, os acidentes de transporte continuam sendo um problema de saúde pública significativo, enquanto as agressões reforçam a persistência da violência urbana.

Além disso, o número expressivo de mortes por lesões autoprovocadas e eventos de intenção indeterminada aponta para a necessidade de políticas de saúde mental mais eficazes.



SEGURANÇA PÚBLICA

O objetivo deste módulo é apresentar os indicadores mais recentes relacionados à segurança pública no estado do Rio de Janeiro, com foco naqueles que têm maior impacto na percepção de (in)segurança da população. Esses indicadores são monitorados por meio de dados estatísticos baseados em registros criminais e atividades policiais, disponibilizados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP)¹⁰, uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil. A divulgação desses dados segue diretrizes legais, como o Decreto nº 36.872/2005 e a Resolução Seseg nº 1.278/2018.

Os registros de ocorrências criminais e administrativas são organizados em aproximadamente 50 títulos, distribuídos em diferentes níveis geográficos: estadual, municipal, Região Integrada de Segurança Pública (RISP), Área Integrada de Segurança Pública (AISP) e Circunscrição Integrada de Segurança Pública (CISP). Essa estrutura permite uma análise detalhada da criminalidade em diversas escalas, auxiliando na formulação de políticas públicas mais eficazes.

¹⁰ Nota Técnica: Todos os dados divulgados pelo ISP DADOS são elaborados com base nos microdados das informações disponíveis no momento da lavratura dos registros de ocorrência

(RO) nas Delegacias de Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro (DP), fornecidos por sistemas desenvolvidos e gerenciados pelo Departamento Geral de Tecnologia da Informação e Telecomunicações da Secretaria de Estado de Polícia Civil (DGTIT/SEPOL), auditados pela Corregedoria Interna da Polícia Civil, e divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP).

Os dados são disponibilizados mensalmente e agregam os delitos e títulos administrativos publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ). A partir do agrupamento e comparação das informações é possível gerar análises pelas diversas divisões do estado e categorias de apreensão. Desta forma, os dados são apresentados por regiões do estado (Capital, Baixada Fluminense, Grande Niterói - Niterói, Maricá e São Gonçalo - e Interior), Região Integrada de Segurança Pública (RISP), Área Integrada de Segurança Pública (AISP) e Circunscrição Integrada de Segurança Pública (CISP).

A pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo nos indicadores de segurança pública. As medidas de distanciamento social e restrição de circulação alteraram os padrões de criminalidade, com as pessoas passando mais tempo em suas residências. Esse cenário trouxe mudanças nos dados, reforçando a necessidade de análises contextualizadas.

Entre os indicadores estratégicos monitorados pelo ISP, destacam-se a letalidade violenta, que reflete a gravidade da violência no estado; o roubo de rua, um dos crimes que mais afetam a sensação de segurança da população; e os roubos de veículos e cargas, que têm impacto econômico e social relevante. Além desses, são apresentados indicadores que também atravessam o cotidiano da população, como o total de roubos, furtos e, principalmente, os crimes que atingem as mulheres, como feminicídios e estupro.

Em resumo, o módulo reforça a importância do monitoramento contínuo dos indicadores de segurança pública para entender as dinâmicas da criminalidade e orientar políticas públicas eficazes. O ISP desempenha um papel central nesse processo, garantindo a transparência e a disponibilidade dos dados para a sociedade e os gestores públicos.

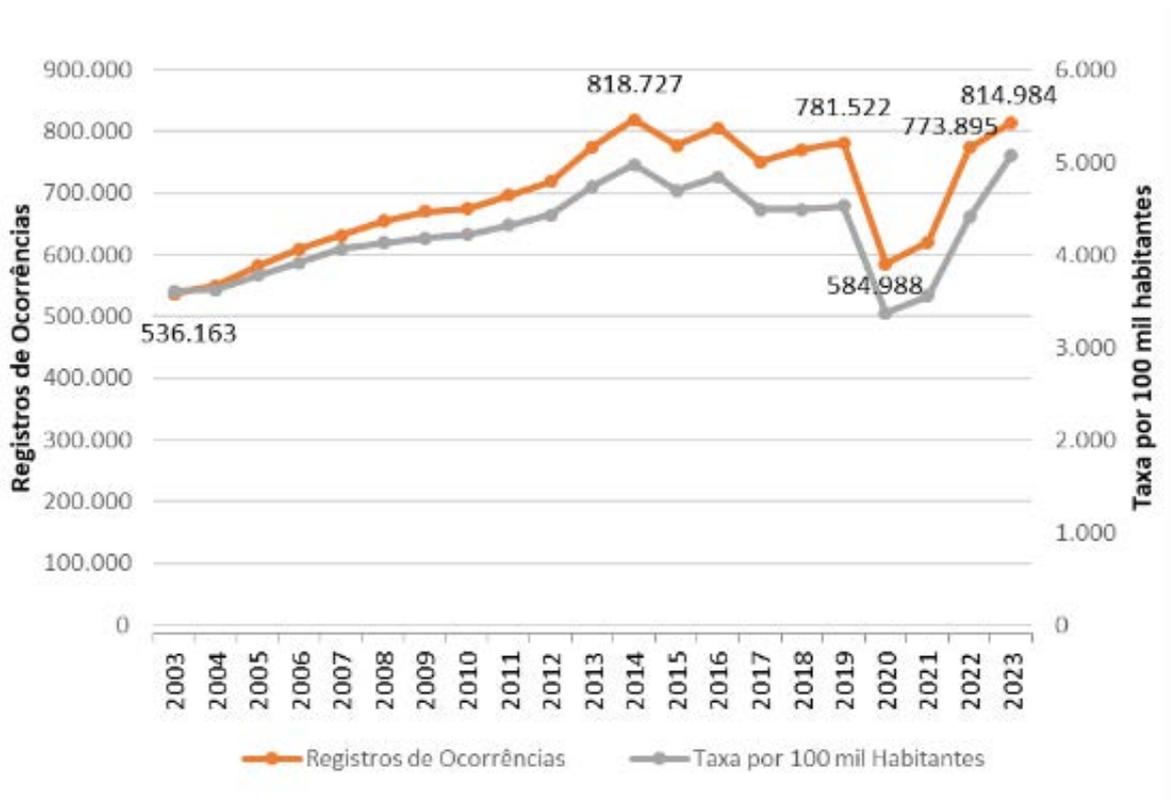
4.1 Registro de Ocorrência

Os Registros de Ocorrência (ROs) no estado do Rio de Janeiro sistematizam crimes e contravenções, compondo as estatísticas oficiais divulgadas pelo Instituto de Segurança Pública (ISP). Essas informações são obtidas nas delegacias e complementadas por órgãos da segurança pública, passando por controle de qualidade da Corregedoria Geral de Polícia.

O Gráfico 4.1 mostra um crescimento de 52% dos registros entre 2003 e 2023, o pico da série histórica foi em 2014 quando atingiu 818.727 registros de ocorrências. A partir de 2019, houve uma queda brusca, intensificada em 2020, quando os registros recuaram 28,55% em relação ao ápice, refletindo os impactos da pandemia de COVID-19, que reduziu a circulação de pessoas e alterou a dinâmica criminal.

Desde 2021, observa-se uma recuperação progressiva dos registros, que cresceram 31,33% até 2023, retomando níveis próximos aos anteriores à pandemia. A taxa por 100 mil habitantes segue essa tendência, mas com menor variação, indicando que além do crescimento populacional, outros fatores, como mudanças nas políticas de segurança e na economia, também influenciam os dados.

Gráfico 4.1: Total anual e taxa por 100 mil habitantes do registro de ocorrência no estado do Rio de Janeiro - 2003-2023



Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP DADOS) do Estado do Rio de Janeiro.

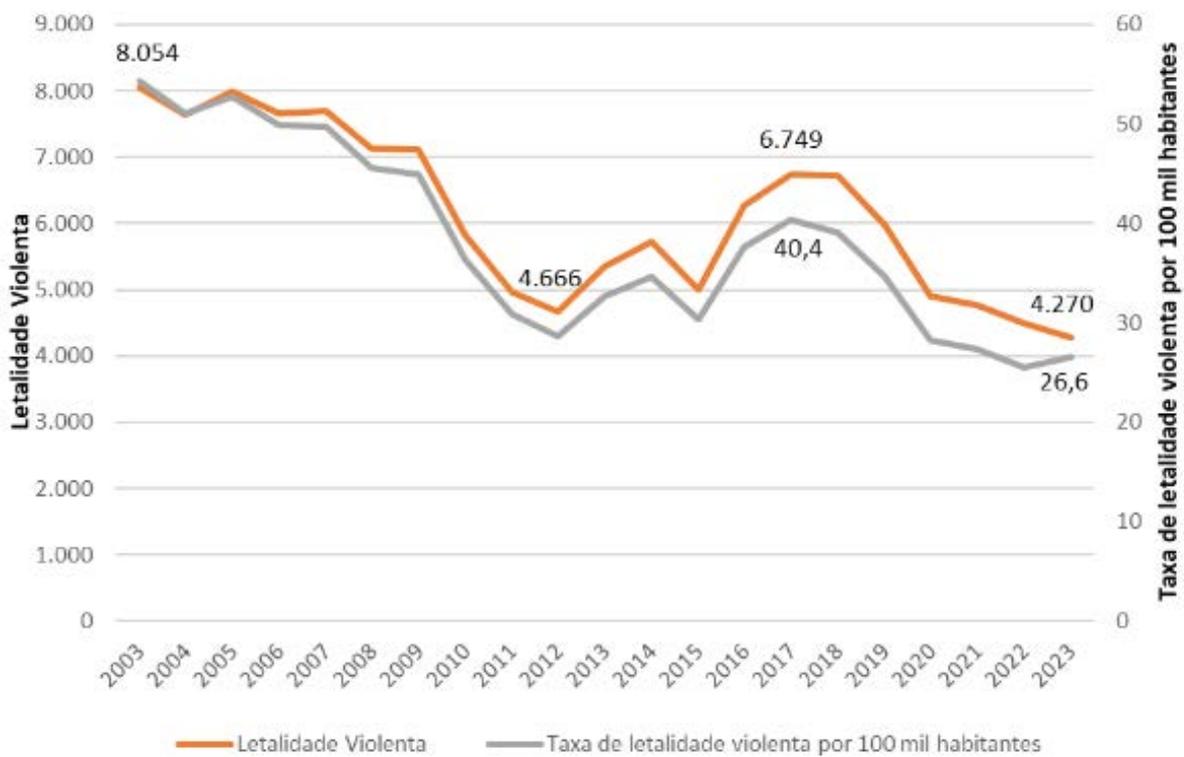
4.2 Letalidade Violenta

O indicador de letalidade violenta é formado pela soma dos casos de homicídio doloso (quando há intenção de matar), latrocínio (roubo seguido de morte), lesão corporal seguido de morte e homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial, conhecidos como “autos de resistência”. Esse indicador diz respeito a infrações penais que culminaram em óbito e afeta significativamente a percepção de segurança da população.

É importante salientar que a classificação dos procedimentos é organizada em categorias como ‘elucidados’, ‘não elucidados’ e ‘em andamento’. Além do mais, a taxa se refere ao número de registros de letalidade, e não ao número de vítimas de letalidade. Neste estudo, a soma dos registros de todas as categorias de classificação é utilizada para compor esse indicador.

O Gráfico 4.2, apresenta uma redução expressiva na letalidade violenta ao longo do período analisado, evidenciando uma queda de 46,98%, passando de 8.054 óbitos em 2003 para 4.270 em 2023. A taxa de letalidade violenta por 100 mil habitantes também acompanhou essa tendência, reduzindo-se em 50,98%, de 54,25 para 26,6. A análise do comportamento da curva permite identificar três momentos distintos: uma queda acentuada de 42,07% entre 2003 e 2012; um aumento de 44,64% até 2017, quando atingiu 6.749 óbitos; e, posteriormente, uma nova redução de 36,73% até 2023.

Gráfico 4.2: Total anual e taxa por 100 mil habitantes de casos de letalidade violenta no estado do Rio de Janeiro - 2003 a 2023



Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP DADOS) do Estado do Rio de Janeiro.

4.3 Roubos de Rua

Os roubos de rua são um dos principais indicadores de criminalidade urbana, pois refletem diretamente a sensação de insegurança da população. Esse tipo de crime inclui assaltos contra pedestres, roubos de celulares, bolsas e outros bens pessoais. O monitoramento desse indicador é fundamental para avaliar a eficácia das políticas de segurança pública e entender os impactos socioeconômicos que influenciam a variação nos registros ao longo dos anos.

Conforme o Gráfico 4.3, observa-se um aumento de 40,64% no número total de roubos de rua no período analisado, passando de 36.669 registros em 2003 para 51.573 em 2023. A taxa por 100 mil habitantes também apresentou crescimento, subindo 29,96% de 247 para 321. No entanto, ao analisar o comportamento da curva, é possível identificar quatro momentos distintos: um aumento significativo de 141,33% entre 2003 e 2009, alcançando 88.495 casos; uma redução de 33,6% até 2012; um novo crescimento de 122,18% até o pico de 130.620 casos em 2018 e, por fim, uma queda considerável de 60,51% até 2023, possivelmente impactada pelas restrições da pandemia.

Gráfico 4.3: Total anual e taxa por 100 mil habitantes de casos de roubos de rua no estado do Rio de Janeiro - 2003 a 2023



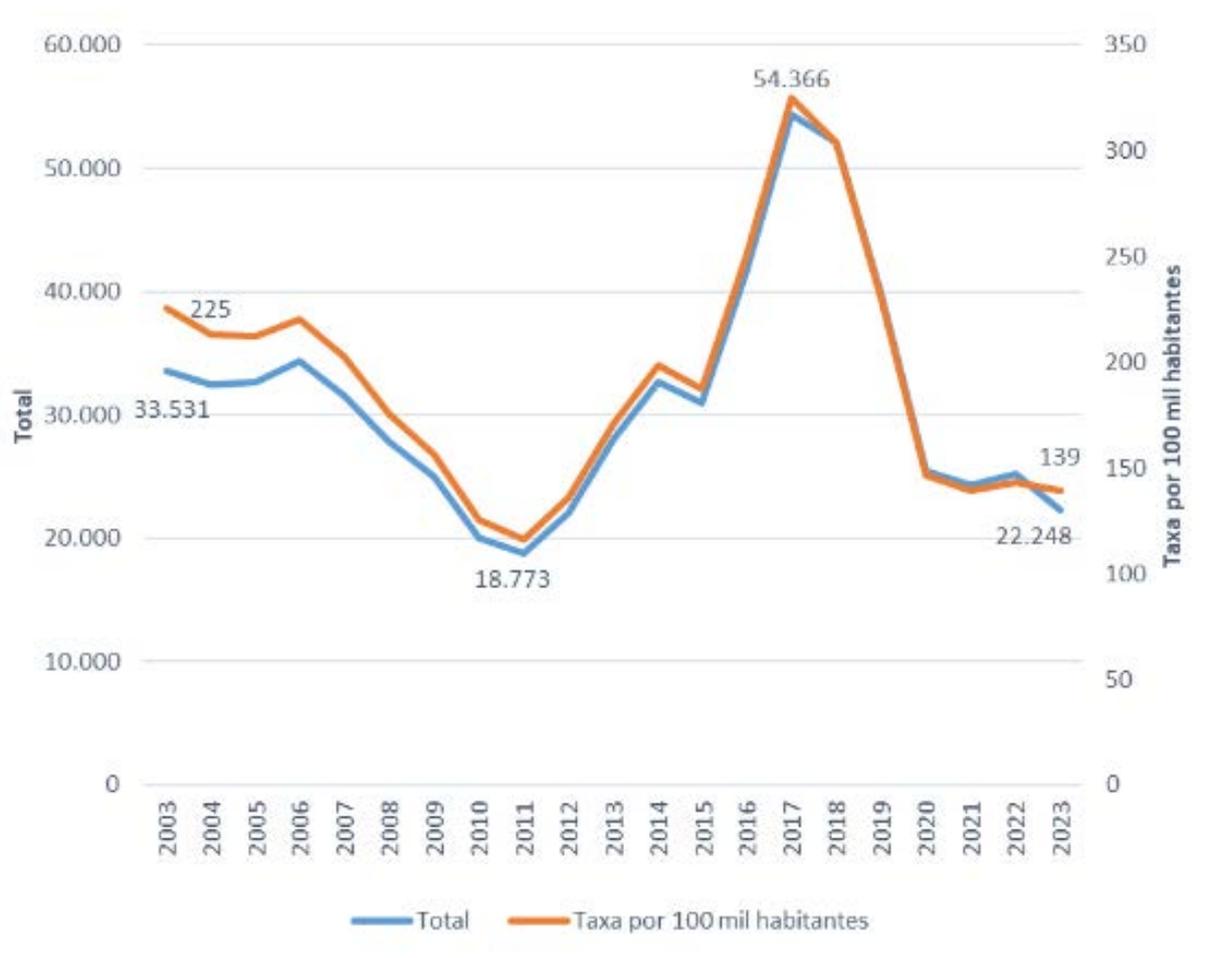
Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP DADOS) do Estado do Rio de Janeiro.

4.4 Roubo de Veículos

Os roubos de veículos no Rio de Janeiro apresentaram três tendências diferentes ao longo do período analisado. Entre 2003 e 2011, houve uma redução de 44,01%, chegando ao menor patamar da série. De 2011 a 2017, os números cresceram 189,6%, atingindo o pico de ocorrências. A partir de então, a curva voltou a cair 59,08% até 2023, registrando 22.248 casos.

Essas variações refletem mudanças na dinâmica da criminalidade e na atuação das forças de segurança, destacando a importância do monitoramento contínuo para a formulação de políticas eficazes.

Gráfico 4.4: Total anual e taxa por 100 mil habitantes¹¹ de casos de roubos de veículos no estado do Rio de Janeiro - 2003-2023



Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP DADOS) do Estado do Rio de Janeiro.

11 As taxas por 100 mil habitantes foram recalculadas com base nos dados populacionais do Censo IBGE e projeções oficiais.

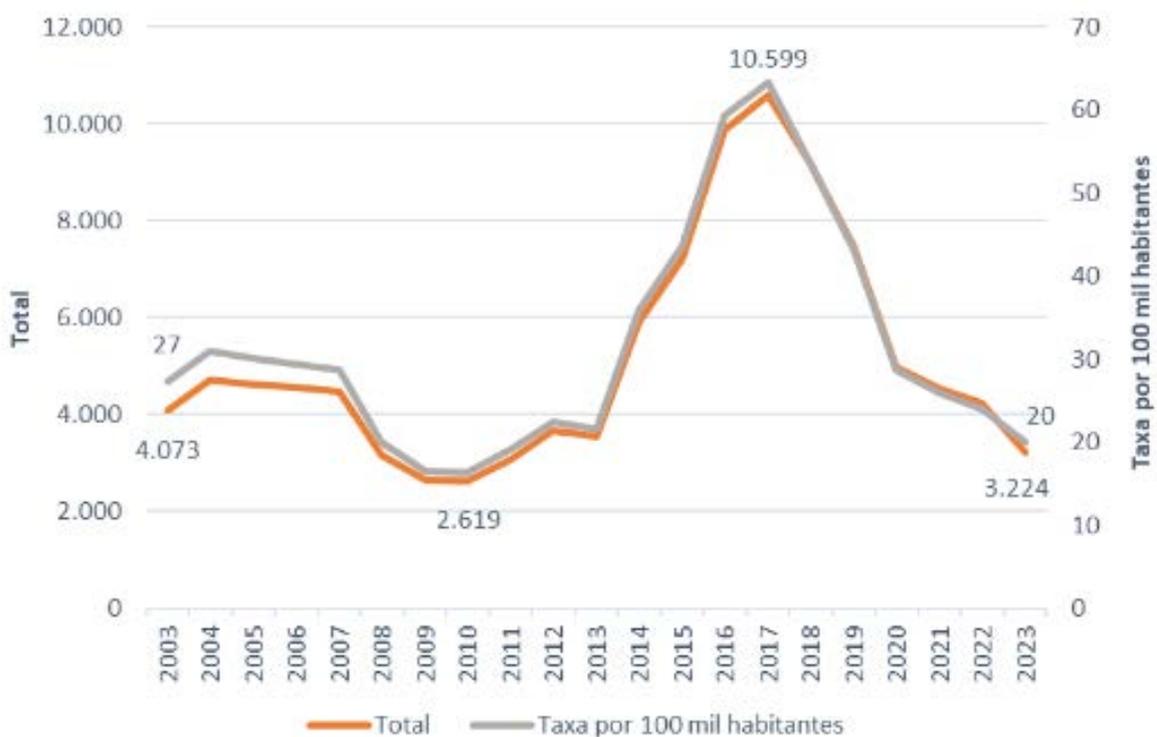
4.5 Roubo de Carga

Os roubos de carga no Rio de Janeiro variaram de forma notável ao longo dos anos, demonstrando mudanças no comportamento das ocorrências e na resposta das autoridades. A curva apresenta três momentos diversos:

1. 2003 a 2010 teve uma queda de 35,70%, atingindo 2.619 ocorrências.
2. 2010 a 2017 houve um crescimento expressivo de 304,7% chegando ao pico de 10.599 roubos.
3. Por fim, até 2023 houve uma queda de 69,58% com 3.224 casos registrados.

A análise do Gráfico 4.5 conclui que as políticas adotadas no âmbito da segurança pública tiveram um papel importante para os resultados dos indicadores apresentados em 2023, dado que obteve um dos menores índices da série histórica.

Gráfico 4.5: Total anual e taxa por 100 mil habitantes de casos de roubos de carga no estado do Rio de Janeiro - 2003-2023



Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP DADOS) do Estado do Rio de Janeiro.

4.6 Total de Roubos

O gráfico abaixo evidencia uma redução no total de roubos, atingindo 91.398 ocorrências em 2023, com uma taxa de 569 roubos por 100 mil habitantes. A análise da série histórica permite identificar quatro períodos diferentes no total de roubos:

1. 2003 a 2008 - aumento de 18,8%;
2. 2008 a 2013 - queda de 10,61%;
3. 2013 a 2018 - aumento de 83,54% alcançando o pico de 231.606 roubos em 2018;
4. 2018 a 2023 - queda de 60,54% marcando a maior redução da série histórica.

O período entre 2013 e 2018 registrou o maior crescimento, refletindo o agravamento da criminalidade nesse intervalo. No entanto, a partir de 2018, a tendência mudou, resultando em uma queda brusca até 2023. A continuidade desse declínio dependerá da compreensão das razões que levaram à queda.

Gráfico 4.6: Total anual e taxa por 100 mil habitantes do total de roubos no estado do Rio de Janeiro - 2003-2023



Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP DADOS) do Estado do Rio de Janeiro.

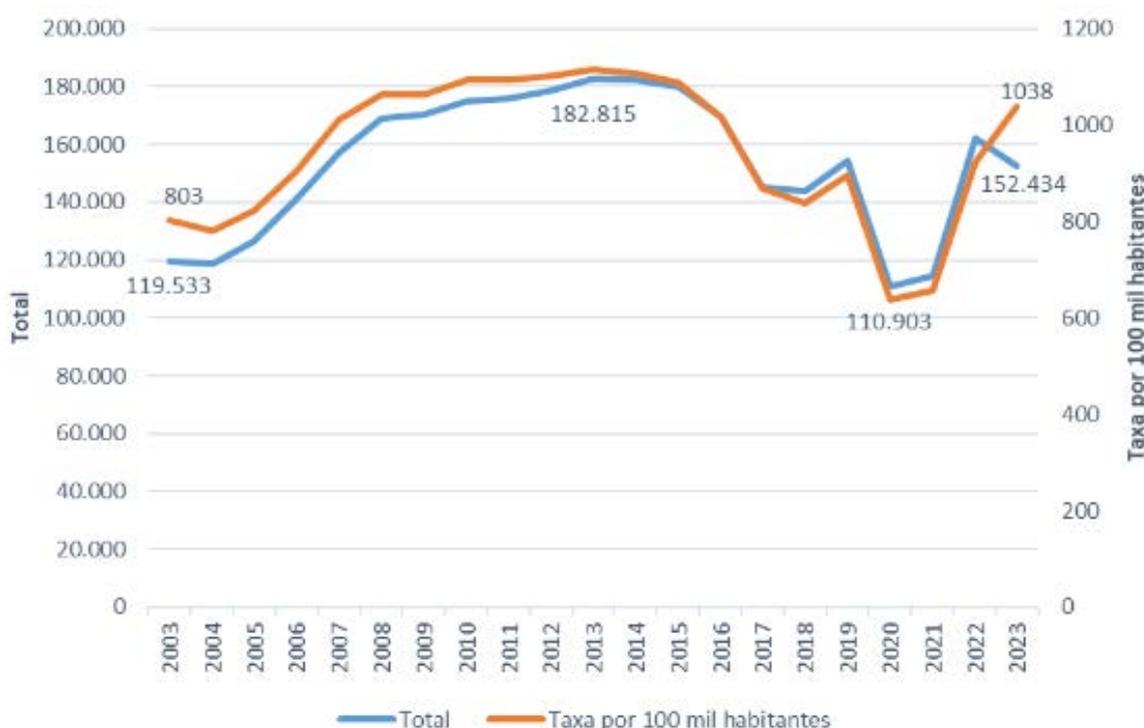
4.7 Total de Furtos

O Gráfico 4.7 indica que, no decorrer de 20 anos a quantidade de furtos aumentou em 39,41% chegando a 166.643 ocorrências em 2023, com uma taxa de 1.038 furtos por 100 mil habitantes. É possível descrever a evolução da curva em três momentos:

1. 2003 a 2013: Aumento de 52,94% chegando ao pico de 182.815 furtos em 2013;
2. 2013 a 2020: Queda de 39,34%, alcançando o menor valor da série em 2020, com 110.903 ocorrências. Entretanto, vale destacar que em 2019 houve um aumento nos furtos com 154.522 ocorrências, interrompendo temporariamente a tendência de queda antes do declínio acentuado em 2020.
3. 2020 a 2023: Aumento de 50,26%, revertendo a tendência de queda.

Essa retomada do crescimento a partir de 2020 pode estar relacionada aos impactos econômicos e sociais da pandemia de COVID-19, que podem ter influenciado o aumento dos furtos. No entanto, é importante considerar outros fatores para uma compreensão mais abrangente desse fenômeno, incluindo o aumento observado em 2019.

Gráfico 4.7: Total anual e taxa por 100 mil habitantes do total de furtos no estado do Rio de Janeiro - 2003-2023



Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP DADOS) do Estado do Rio de Janeiro.

4.8 Violência contra a mulher

4.8.1 Femicídio

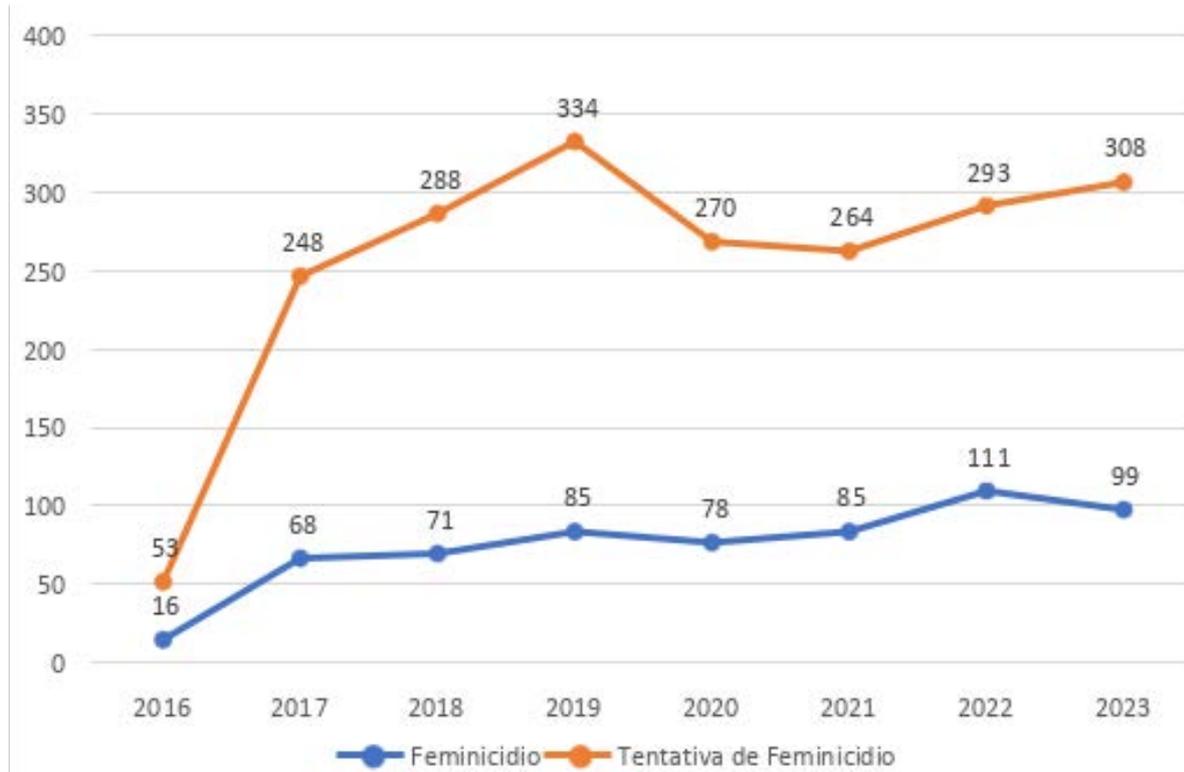
A Lei Federal nº 13.104, de 9 de março de 2015, representou um marco na luta contra a violência de gênero no Brasil ao reconhecer o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e incluí-lo no rol de crimes hediondos. A lei define o feminicídio como o assassinato de mulheres em razão do sexo feminino, caracterizado por violência doméstica e familiar e/ou menosprezo à condição de gênero.

Em outubro de 2016, o Instituto de Segurança Pública (ISP) passou a divulgar estatísticas sobre tentativas e casos consumados de feminicídio, conforme a Lei Estadual nº 7.448. Os dados revelam que esse crime atinge principalmente mulheres negras (67,81%), sendo 57% delas na faixa etária de 30 a 59 anos e 33,17% entre 18 e 29 anos. Quanto ao estado civil, 46,68% eram solteiras, enquanto 26,78% viviam em união estável ou eram casadas – o que demonstra que a violência ocorre tanto dentro quanto fora de relacionamentos formais.

A análise dos casos indica que os agressores eram, em sua maioria, parceiros íntimos: 44,96% eram companheiros e 33,17%, ex-companheiros. O cenário mais frequente desses crimes é a residência das vítimas (62,41% dos registros), seguindo por vias públicas (22,36%). Conforme dados do Dossiê Mulher 2024 (referente a 2023), em 22,4% dos casos de feminicídios contra mulheres mães no estado do Rio de Janeiro, os filhos testemunharam o crime. Essa exposição gera impactos psicológicos graves e duradouros que podem persistir por toda vida.

O Gráfico 4.8, que abrange tanto os feminicídios consumados quanto tentativas, evidencia a gravidade do problema e reforça a urgência de medidas eficazes para combater a violência contra as mulheres. No período analisado, observa-se um crescimento exponencial dos casos, que aumentaram de 68 em 2017 para 99 em 2023, com um pico de 111 mortes em 2022. Essa tendência de progressão indica que o feminicídio permanece como um desafio estrutural e persistente na sociedade brasileira.

Gráfico 4.8: Total anual e taxa por 100 mil habitantes de casos de feminicídio e tentativa de feminicídio no Estado do Rio de Janeiro - 2016-2023



Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP DADOS) do Estado do Rio de Janeiro.

Os dados referentes às tentativas de feminicídio revelam um aumento significativo entre 2017 e 2019, quando os casos passaram de 248 para 334 – o maior índice já registrado. A partir de 2019, houve uma redução nos anos seguintes, com registro de 264 tentativas em 2021. Entretanto, os números voltaram a crescer em 2022 e 2023, atingindo 308 tentativas no último ano.

A tendência de crescimento dos feminicídios, combinada com a oscilação das tentativas, indica que muitas agressões letais estão sendo praticadas, o que destaca a necessidade de reforçar a proteção às vítimas e a aplicação de medidas preventivas. Esse cenário exige uma resposta ágil e eficiente por parte das instituições, incluindo: o fortalecimento das redes de apoio às mulheres em situação de violência e às famílias afetadas, especialmente às crianças expostas; O aprimoramento da fiscalização das medidas protetivas; a ampliação de políticas públicas e a intensificação de campanhas de conscientização sobre violência de gênero.

4.8.2 Estupro

Embora existam registros de estupro desde 2003, apenas em 2020 três novos delitos foram incorporados ao Dossiê Mulher: divulgação de cena de estupro ou de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia; importunação sexual; e descumprimento de medidas protetivas de urgência – todas em vigor desde 2018. Os dados foram compilados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) com base nos registros de ocorrência das delegacias da Secretaria de Estado de Polícia Civil.

Os números revelam um cenário alarmante. Em 2023, registraram-se 4.759 estupros de vítimas do sexo feminino no estado do Rio de Janeiro, representando 86,10% do total de casos. Conforme o Dossiê Mulher 2024, (referente ao ano de 2023 e produzido anualmente pelo ISP), 67% das vítimas tinham até 17 anos, o que demonstra que a maioria dos casos envolve crianças e adolescentes. Ademais, 68,23% dos crimes ocorreram em residências, evidenciando a proximidade entre agressor e vítima.

Em comparação com os homens, as mulheres são as principais vítimas de crimes que violam a integridade corporal. Segundo o Dossiê Mulher 2024, a importunação sexual atingiu 91,20% das vítimas do sexo feminino, seguida por assédio sexual (89,50%), registro não autorizado de intimidade sexual (92,10%), tentativa de estupro (89,30%), divulgação de cena de estupro (91,50%) e o estupro (86,10%).

Quanto a relação entre agressor e vítima, os dados indicam que 47,80% dos autores tinham ou tiveram algum vínculo de proximidade – como companheiros, ex-companheiros, pais, padrastos, parentes ou conhecidos –, enquanto aproximadamente 27% não possuíam qualquer relação. Outros tipos de vínculo ou casos sem informação somaram 25,22% dos registros. Nos crimes de estupro de vulnerável, pais e padrastos foram responsáveis por 19,2% das ocorrências. Essa proximidade é um fator crítico para a subnotificação, pois muitas vítimas temem denunciar agressores conhecidos.

Gráfico 4.9: Total anual e taxa por 100 mil habitantes de casos de estupro no estado do Rio de Janeiro - 2003-2023



Fonte: Instituto de Segurança Pública (ISP DADOS) do Estado do Rio de Janeiro.

Crianças e adolescentes de até 14 anos representaram 67,26% das vítimas do sexo feminino. Em mais de 70% dos casos de estupro de vulnerável, os agressores eram pessoas do convívio próximo, reforçando os riscos presentes no ambiente doméstico. Diante desse cenário, torna-se incontestável a necessidade de ações urgentes para combater a cultura do estupro e a violência de gênero.

A implementação de políticas públicas mais rigorosas, o fortalecimento das redes de proteção às vítimas, o incentivo à denúncia e a ampliação de campanhas de conscientização sobre equidade de gênero são medidas essenciais para romper esse ciclo de violência. É imperativo que o poder público, a sociedade civil e as instituições atuem conjuntamente na desconstrução do machismo estrutural que normaliza e perpetua essas violações, assegurando um futuro mais seguro para mulheres e meninas do Brasil.



POBREZA, DESIGUALDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O presente módulo aborda aspectos sociais da qualidade de vida dos cidadãos fluminenses, com base na renda. São quatro os temas centrais determinados para fornecer informações abrangentes da realidade socioeconômica do estado do Rio de Janeiro, são eles: Renda per capita, Pobreza, Desigualdade e Assistência Social.

Ao longo dos últimos 10 anos, o Brasil experienciou transformações econômicas e sociais significativas, e o estado do Rio de Janeiro também foi impactado com essas mudanças, ainda que em um ritmo próprio, diferente do observado em outras regiões do país. Evidentemente, as discrepâncias no território estadual se mantêm, o que revela um cenário de desigualdade social. Ainda que a renda domiciliar per capita do estado do Rio de Janeiro figure entre as maiores do país, a pobreza afeta uma proporção da população maior que a média de todos os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Nessa circunstância, apresenta-se indicadores e conceitos relacionados aos temas propostos, que inclui rendimento per capita, coeficiente de Gini, além de uma análise da pobreza, extrema pobreza e a amplitude dos programas de transferência de renda do estado. Tais dados foram obtidos da PNAD Contínua (IBGE) e da base de dados do Ministério da Cidadania (VISDATA).

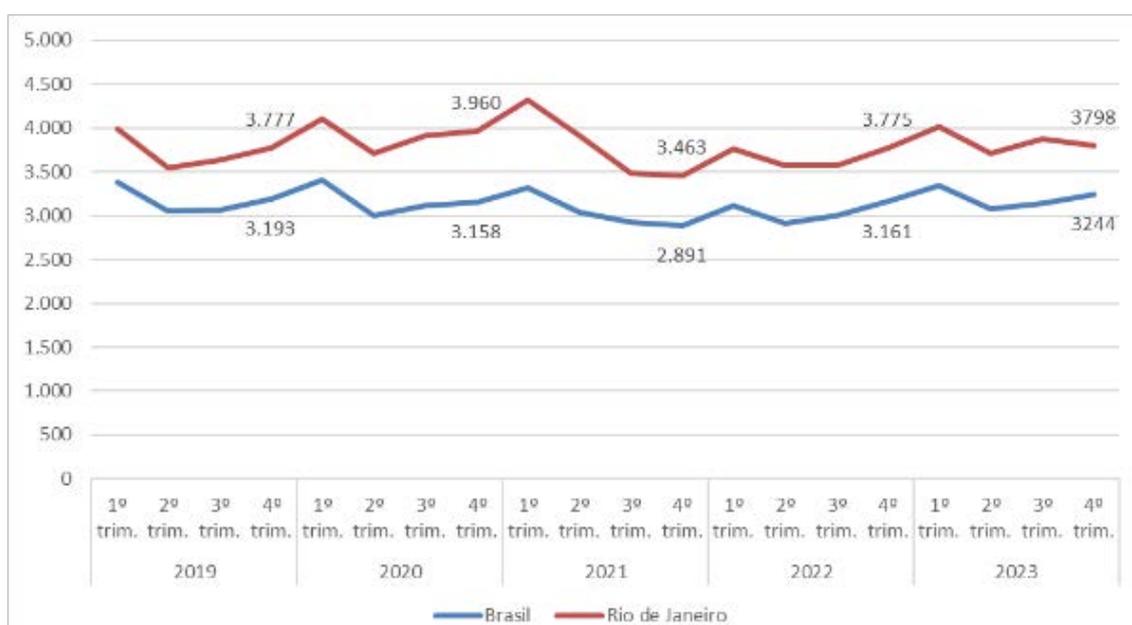
5.1 Rendimento médio (R\$)

O rendimento per capita médio é uma métrica amplamente utilizada para avaliar o bem-estar de uma população. Como indicador de tendência central, a média proporciona uma visão equilibrada entre os valores mais altos e os mais baixos dentro do conjunto de rendimentos. É importante ressaltar que o rendimento per capita tem um impacto direto na qualidade de vida da população, pois influencia o acesso a bens, serviços e produtos que um indivíduo pode consumir ao longo de determinado período. Em termos simples, essa medida oferece insights sobre o padrão de consumo dos lares e o poder aquisitivo das famílias. Assim, o rendimento per capita médio se configura como um indicador essencial para analisar o padrão de vida e o desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade.

Observa-se no gráfico 5.1 que o rendimento médio mensal real seguiu a tendência dos anos anteriores. No primeiro trimestre de 2023, houve um aumento nos salários médios tanto no estado quanto no país. No entanto, como visto em anos anteriores, ocorreu uma redução no segundo trimestre.

No decorrer do ano, o estado manteve um rendimento médio superior ao do país, consolidando a diferença já observada nos anos anteriores. No último trimestre de 2023, o estado encerrou o ano com um valor médio de R\$3.798, enquanto a média nacional foi de R\$3.244, um aumento de 2,63% em relação ao final de 2022. O que reforça a tendência cíclica do rendimento médio mensal real, com aumentos no início do ano e ajustes nos trimestres seguintes. Além disso, diferentemente de 2021 e 2022, não houve uma queda prolongada, o que indica uma estabilidade maior no rendimento médio real.

Gráfico 5.1: Rendimento médio real, de todos os trabalhos, efetivamente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho - 2019 a 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

5.2 População em situação de pobreza e extrema pobreza, segundo o PPC

Neste tópico, foi analisada a pobreza e extrema pobreza no estado do Rio de Janeiro, utilizando o fator de conversão de PPC (Paridade do Poder de Compra). Esse fator indica a quantidade de moeda local necessária para adquirir a mesma quantidade de bens e serviços que um dólar compraria nos Estados Unidos. Os valores desse fator são revisados periodicamente, com a última atualização disponível datada de 2017. A taxa de conversão da PPC para consumo privado, calculada pelo Programa de Comparação Internacional (PCI), foi de R\$ 2,10 para cada US\$ 1,00 em 2017. O Banco Mundial define três faixas de referência para classificar a pobreza e extrema pobreza, que variam conforme a Renda Nacional Bruta (RNB) per capita do país. Essas faixas são: (i) US\$ 2,15 PPC para países de baixa renda; (ii) US\$ 3,65 PPC para países de renda média-baixa; e (iii) US\$ 6,85 PPC para países de renda média-alta, categoria em que o Brasil se encaixa. A linha de US\$ 6,85 PPC por dia corresponde a uma renda mensal domiciliar per capita de R\$ 596,00 considerando os preços de 2023, para classificar os indivíduos como em situação de pobreza.

Na tabela 5.1, é possível verificar que em 2023, no estado do Rio de Janeiro, 21% das pessoas possuíam renda domiciliar per capita de R\$657,20, considerando o critério de US\$6,85 do fator PPC 2017. É esperado que até 2030 apenas 3% da população viva com renda abaixo de US\$6,85, o que exigirá um grande esforço do Estado para redução da pobreza e concretização dessa meta. Ainda que tenha ocorrido uma redução na pobreza em relação aos anos anteriores, os números atuais demonstram que a desigualdade de renda permanece um desafio.

Tabela 5.1: Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 2,15, US\$ 3,65 PPC e US\$ 6,85 PPC diários, as linhas de corte do Banco Mundial e a linha mensal referente de cada classe de rendimento (em reais), no estado do Rio de Janeiro - 2012 a 2023

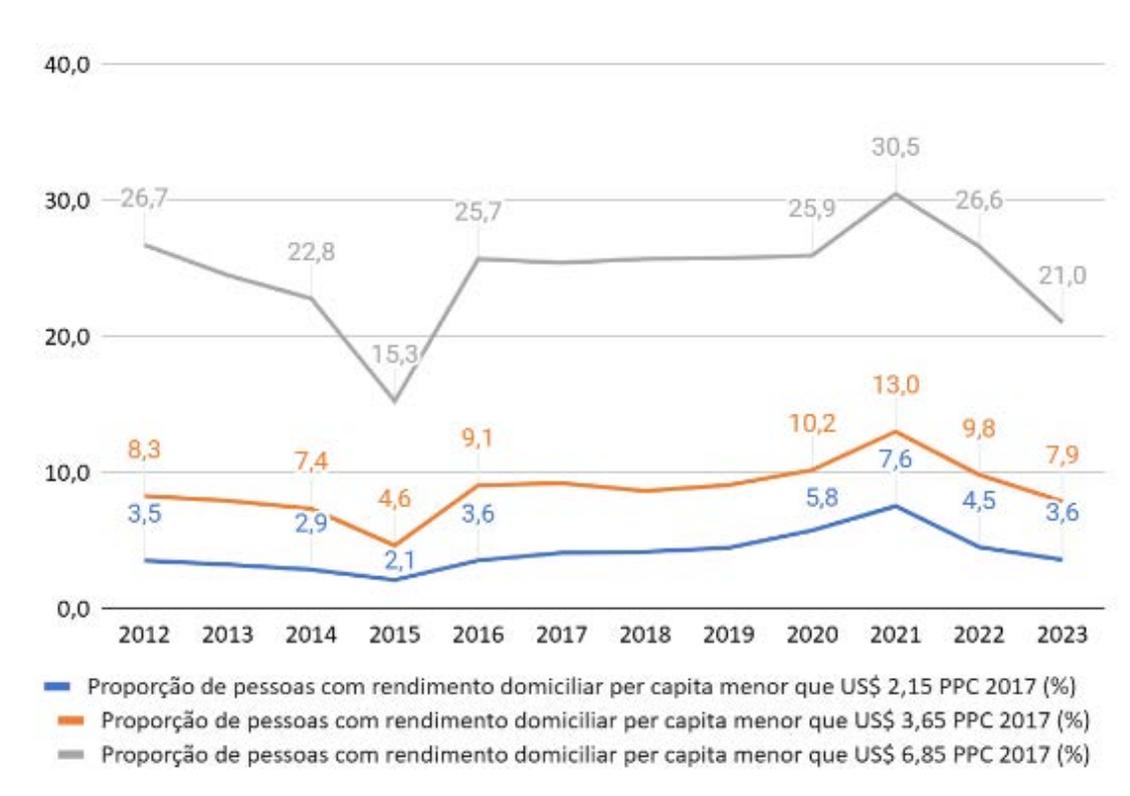
Ano	Valor da linha mensal referente a US\$ 2,15 PPC 2017 (R\$)	Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita menor que US\$ 2,15 PPC 2017 (%)	Valor da linha mensal referente a US\$ 3,65 PPC 2017 (R\$)	Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita menor que US\$ 3,65 PPC 2017 (%)	Valor da linha mensal referente a US\$ 6,85 PPC 2017 (R\$)	Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita menor que US\$ 6,85 PPC 2017 (%)
2012	107,6	3,5	182,7	8,3	342,9	26,7
2013	114,6	3,3	194,5	7,9	365	24,5
2014	123	2,9	208,9	7,4	392	22,8
2015	135	2,1	229,1	4,6	430	15,3
2016	146,9	3,6	249,3	9,1	467,9	25,7
2017	152,2	4,1	258,4	9,2	484,9	25,4
2018	158	4,2	268,3	8,7	503,5	25,7
2019	164,1	4,5	278,6	9,1	522,9	25,8
2020	168,8	5,8	286,5	10,2	537,7	25,9
2021	180,6	7,6	306,7	13	575,5	30,5
2022	198	4,5	336,1	9,8	630,8	26,6
2023	206,3	3,6	350,2	7,9	657,2	21

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023, acumulado de quintas visitas.

Observa-se no Gráfico 5.2, que no ano de 2023 a tendência de redução na proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior às linhas de corte do Banco Mundial, iniciada em 2022, se manteve em todas as faixas analisadas. A linha referente a US\$ 6,85 PPC diários, que havia registrado queda significativa em 2022 após o pico em 2021, permaneceu em queda em 2023, passando de 26,6% para 21%, consolidando a recuperação observada no período pós-pandemia. Da mesma forma, a proporção de pessoas com renda abaixo de US\$ 3,65 PPC e a proporção de pessoas com renda abaixo de US\$ 2,15 PPC permaneceu em tendência de queda. A redução observada de 2022 para 2023 se mostra menor em comparação ao período pandêmico em 2021 e o ano de 2023.

Em geral, esses dados indicam que, apesar da recuperação da renda no estado do Rio de Janeiro após os impactos da pandemia, ainda há oscilações nas faixas de menor rendimento, especialmente nas camadas mais vulneráveis da população.

Gráfico 5.2: Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 2,15, US\$ 3,65 PPC e US\$ 6,85 PPC diários, as linhas de corte do Banco Mundial, no estado do Rio de Janeiro - 2012 a 2023



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022, acumulado de quintas visitas

5.3 Desigualdade de renda

5.3.1 Coeficiente de Gini

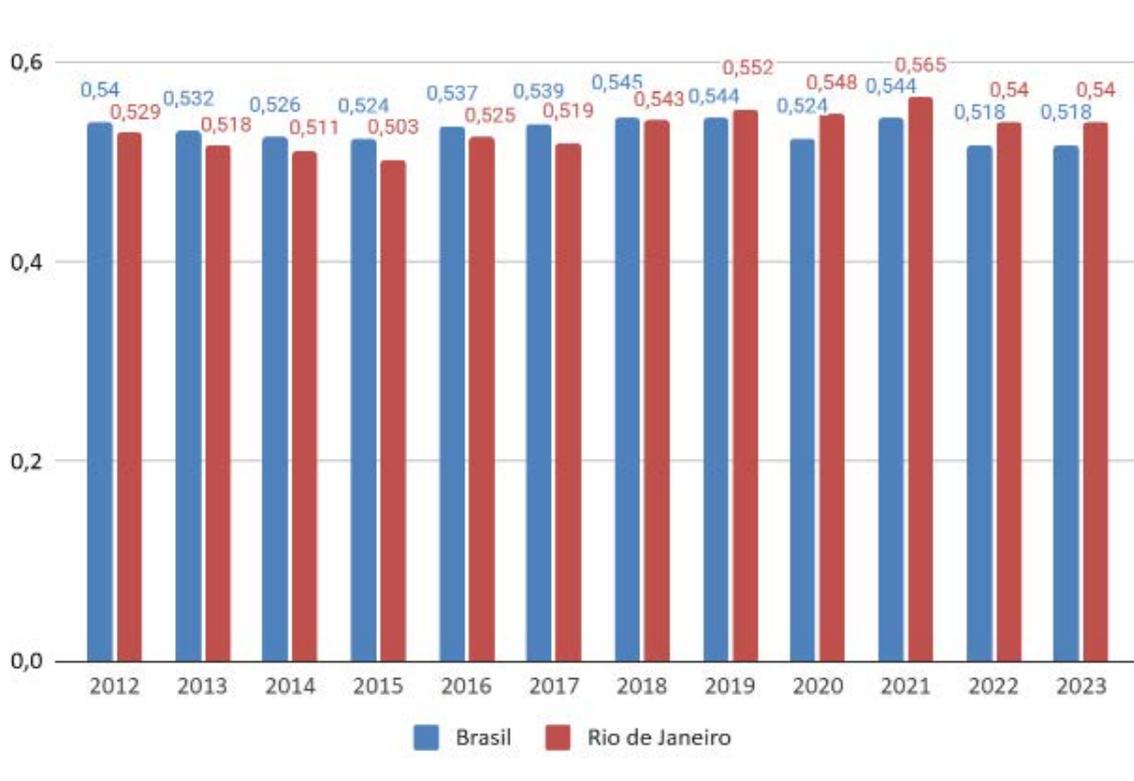
O coeficiente de Gini é uma métrica amplamente utilizada para medir a concentração de renda dentro de um grupo social ou população, neste caso, no estado do Rio de Janeiro, ao longo de um período específico. Esse coeficiente varia de 0 a 1, onde 0 representa a perfeita igualdade na distribuição de renda (todos os indivíduos no estado teriam a mesma renda domiciliar per capita, como por exemplo, R\$900), e 1 indica a total desigualdade (uma pessoa ou um pequeno grupo concentra toda a renda, enquanto os outros não possuem nada). Em resumo, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade de renda, e quanto mais próximo de 0, mais equitativa é a distribuição da renda.

Observando o Gráfico 5.3, é possível notar que o Rio de Janeiro apresentou um aumento significativo da desigualdade nos últimos anos, superando a média nacional, que em 2019 era 0,544. O menor índice estadual foi registrado em 2015 (0,503), seguido de um crescimento constante até atingir o pico em 2021 (0,565), um aumento de aproximadamente 12,33%. Esse crescimento foi mais acentuado do que a variação nacional, evidenciando um agravamento da desigualdade no estado.

Nos anos seguintes, houve uma redução no índice tanto para o Brasil quanto para o Rio de Janeiro. No entanto, a desigualdade no estado permaneceu superior à média nacional. Em 2023, o índice estadual foi de 0,540, enquanto o Brasil registrou 0,518, uma diferença de 0,022 pontos. Em suma, o gráfico reforça que o Rio de Janeiro tem apresentado uma desigualdade de renda superior à média nacional nos últimos anos.

Excluindo os anos atípicos da pandemia, ambos os índices apresentaram uma leve queda após 2019. No Rio de Janeiro, a redução foi de 2,17%, enquanto a queda nacional foi mais expressiva, de 4,78%. Esse comportamento pode indicar uma retomada na redução da desigualdade, embora os valores ainda estejam acima dos níveis observados antes de 2019.

Gráfico 5.3: Coeficiente de Gini da distribuição do rendimento real efetivo domiciliar per capita no estado do Rio de Janeiro - 2012 a 2023



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012-2019 (acumulado de primeiras visitas), a partir de 2020 (acumulado de quintas visitas).

5.4 Assistência social

A análise sobre Assistência Social será embasada em dados fornecidos pelo Ministério da Cidadania, utilizando as informações disponíveis no sistema de gerenciamento e visualização de programas, ações e serviços, denominado VIS DATA, relacionadas ao estado do Rio de Janeiro.

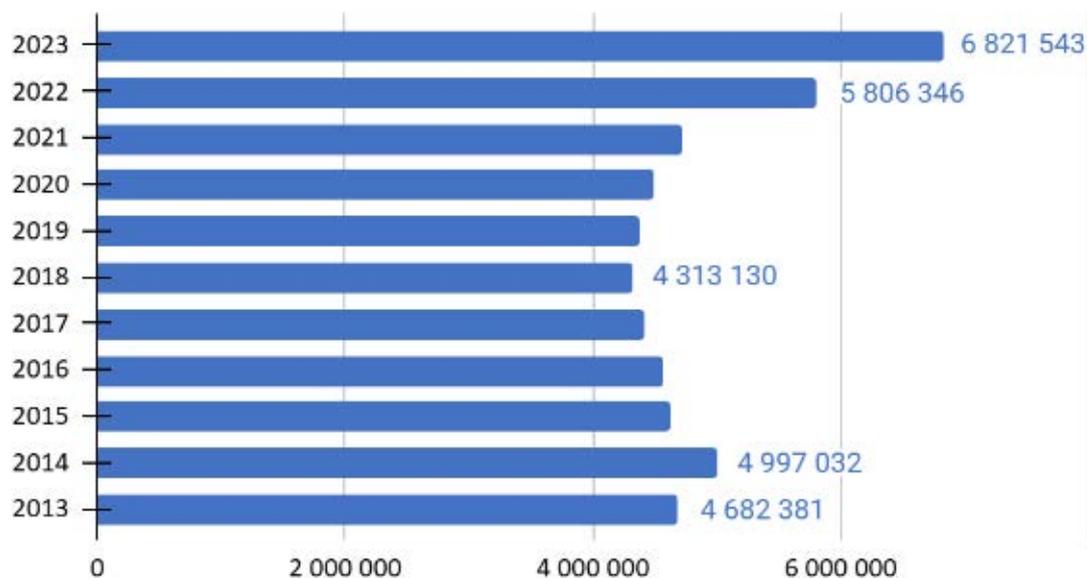
5.4.1 Pessoas inscritas no Cadastro Único

O Cadastro Único é uma ferramenta do Governo Federal para a execução de programas sociais, como o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial. Ao coletar dados sobre a residência, informações dos membros da família, níveis de escolaridade, situação de emprego e renda, o governo consegue mapear a realidade socioeconômica das famílias de baixa renda, permitindo sua inclusão em programas federais, estaduais e municipais.

Ao analisar o Gráfico 5.4, percebe-se que o movimento de crescimento iniciado em 2019 segue ainda mais acentuado. A média anual de pessoas inscritas no Cadastro único no estado do Rio de Janeiro atingiu, em 2023, aproximadamente 6,82 milhões, superando o valor de 2022 (5,80 milhões) e configura o maior patamar de toda

Esse aumento de cerca de 1 milhão de pessoas entre 2022 e 2023 representa um salto de 17,48%. Com isso, a trajetória de crescimento observada entre 2019 e 2022 (32,64%) se mantém em 2023, ainda que em níveis menores, reforçando a tendência de expansão do número de inscritos no Cadastro Único no estado.

Gráfico 5.4: Média anual de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza + Baixa renda) no estado do Rio de Janeiro - 2013 a 2023



Fonte: VISDATA. Ministério da Cidadania.

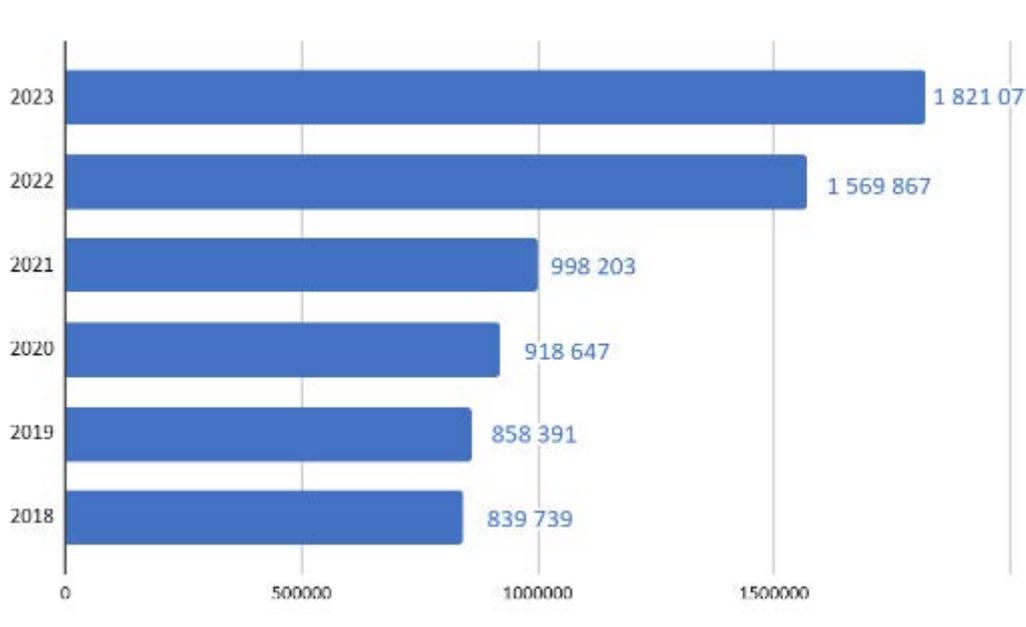
5.4.2 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é uma ação de transferência de recursos voltada para famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza no Brasil. Seu principal objetivo é garantir o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e alimentação, com o intuito de ajudar essas famílias a superar a vulnerabilidade social. Podem participar do Bolsa Família as famílias que possuem cadastro atualizado nos últimos 24 meses e uma renda mensal per capita de até R\$218,00.

O gráfico 5.5 mostra a evolução da média anual de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família entre 2018 e 2023. Até 2021, o número de famílias atendidas se manteve abaixo de 1 milhão, com crescimento moderado ao longo dos anos. Em 2022, no entanto, houve um aumento de 57,27% em relação ao ano anterior, elevando o número para 1.569.867 famílias, um acréscimo de 571.664 famílias.

Essa tendência de alta continuou em 2023, quando o número de beneficiários atingiu 1.821.077 famílias, consolidando um crescimento ainda maior no programa de transferência de renda. Comparado com 2018, quando o número de beneficiários era de 839.739, observa-se que a quantidade de famílias atendidas mais que dobrou em cinco anos, o que está relacionado a políticas de ampliação do programa.

Gráfico 5.5: Média Anual das Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família no estado do Rio de Janeiro - 2018 a 2023



Fonte: VISDATA. Ministério da Cidadania.

De acordo com o Gráfico 5.6¹², em 2023 a alta continuou, chegando a 1.909.288 famílias em janeiro, maior número de toda a série histórica.

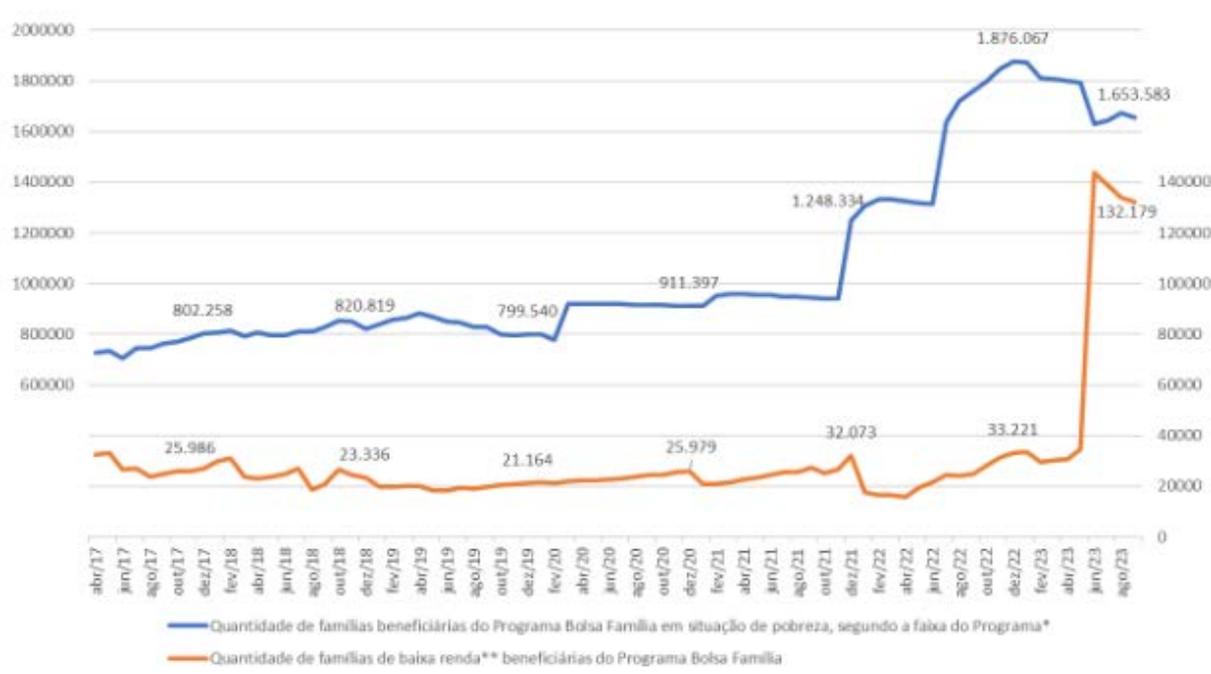
A maioria das famílias beneficiárias estava em situação de pobreza, com renda per capita de até R\$210,00.

Em janeiro de 2023, esse grupo somava 1.873.451 famílias, enquanto apenas 33.616 pertenciam à faixa de baixa renda, com renda entre R\$ 210,01¹³ e meio salário mínimo.

¹² Nota técnica: o cálculo da média de pessoas inscritas no Cadastro Único compreende os meses de janeiro a novembro de 2023

¹³ Nota técnica: em março de 2013 este valor foi atualizado para R\$218, a análise considera janeiro, por isso expõe o valor vigente na época citada

Gráfico 5.6: Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em situação de pobreza e baixa renda, segundo a faixa do Programa no estado do Rio de Janeiro - abr/2017 a set/2023



Fonte: VISDATA. Ministério da Cidadania.

06



MERCADO DE TRABALHO

Este capítulo analisa os aspectos sociais do mercado de trabalho no estado do Rio de Janeiro. Serão abordados conceitos como força de trabalho, desemprego (desocupação), posição ocupacional, informalidade e rendimento médio, com o objetivo de oferecer uma visão ampla da realidade laboral no estado e avaliar as possibilidades de melhoria na qualidade de vida da população fluminense. A análise será realizada com base nas variáveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que é divulgada pelo IBGE desde o primeiro trimestre de 2012. Essa pesquisa oferece dados trimestrais e mensais sobre a participação da população no mercado de trabalho brasileiro, incluindo variáveis como idade, sexo, escolaridade, renda, raça/cor, etnia, entre outras. A PNAD Contínua considera para a investigação do mercado de trabalho pessoas com 14 anos ou mais. De acordo com os critérios do IBGE, são consideradas parte da força de trabalho as pessoas com 14 anos ou mais, tanto as que estão ocupadas na semana de referência quanto as desocupadas, ou seja, aquelas que estão em busca de emprego. Por outro lado, são classificadas fora da força de trabalho as pessoas com 14 anos ou mais que não estavam ocupadas e não estavam procurando trabalho.

6.1 Condição em relação à força de trabalho

Uma das pesquisas mais relevantes conduzidas pela PNAD Contínua trata da força de trabalho, um conceito fundamental para entender e orientar políticas voltadas à melhoria dos indicadores do mercado de trabalho. De acordo com o IBGE, a força de trabalho é composta por pessoas com 14 anos ou mais que estavam ocupadas na semana de referência ou que, mesmo sem emprego, estavam buscando uma oportunidade. Já aqueles que não estavam trabalhando nem procurando emprego são classificados como fora da força de trabalho. A análise desse grupo fornece dados essenciais sobre a população economicamente ativa, abrangendo aspectos como ocupação, desemprego e participação no mercado, elementos indispensáveis para a formulação de políticas públicas e para impulsionar avanços nas condições de trabalho e renda.

O gráfico 6.1 mostra um crescimento contínuo da força de trabalho, com uma interrupção temporária em 2020, seguida de recuperação, atingindo 9.058 mil pessoas no último trimestre de 2023, maior nível dos últimos 11 anos. Já o número de pessoas fora da força de trabalho mantém uma tendência estável, mas apresenta um pico significativo em 2020, que em 2023 se aproxima dos níveis mais baixos dos últimos anos. As alterações observadas no ano de 2020 estão relacionadas com a pandemia de covid-19, que levou muitas pessoas a deixarem o mercado de trabalho. De modo geral, a tendência de sobreposição entre a força de trabalho e pessoas fora dela, que se observa ao longo de toda a série histórica, permanece em 2023, com respectivas participações de 61,53% e 38,47%.

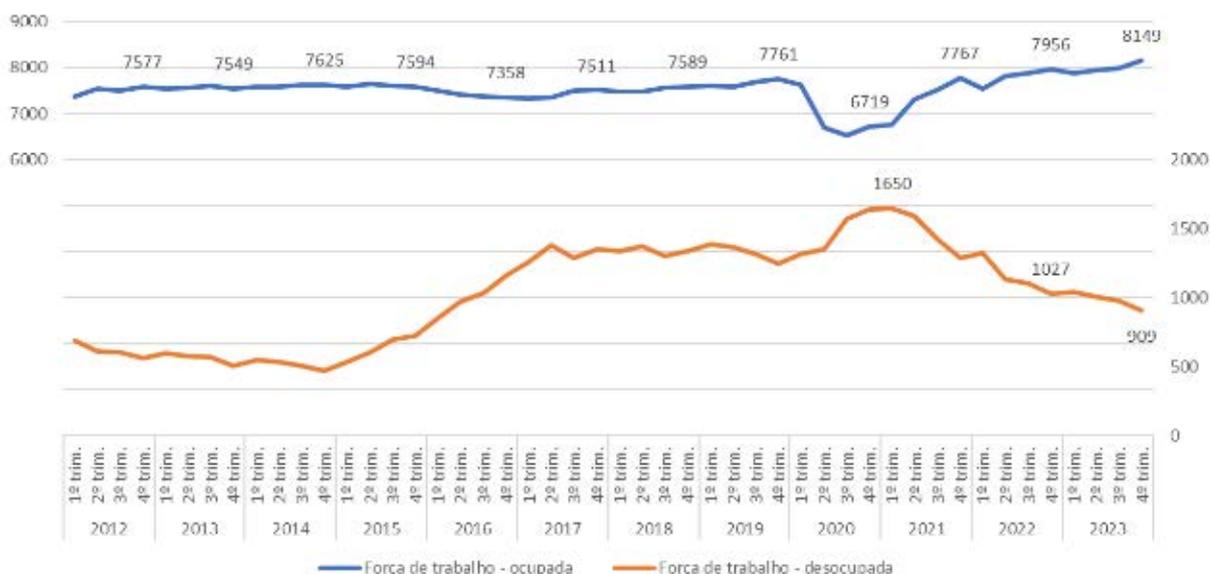
Gráfico 6.1: Condição em relação à força de trabalho de pessoas de 14 anos ou mais de idade (mil pessoas) no estado do Rio de Janeiro - 2012 a 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Como observado no Gráfico 6.2 a seguir, em 2023, o mercado de trabalho mostrou sinais de recuperação, com um aumento no número de pessoas ocupadas e uma redução no contingente de desocupados. No início de 2023, a população ocupada era de aproximadamente 7.875 mil pessoas, chegando a 8.149 mil no final do período, indicando um crescimento na empregabilidade. Paralelamente, o número de desocupados, que estava em torno de 1.038 mil pessoas no início do ano de 2023, apresentou uma trajetória de queda, chegando a 909 mil no final de 2023. Essa redução é ainda mais significativa quando comparada a períodos anteriores, como o pico de 1.650 mil pessoas em 2021, influenciado pelos impactos da pandemia.

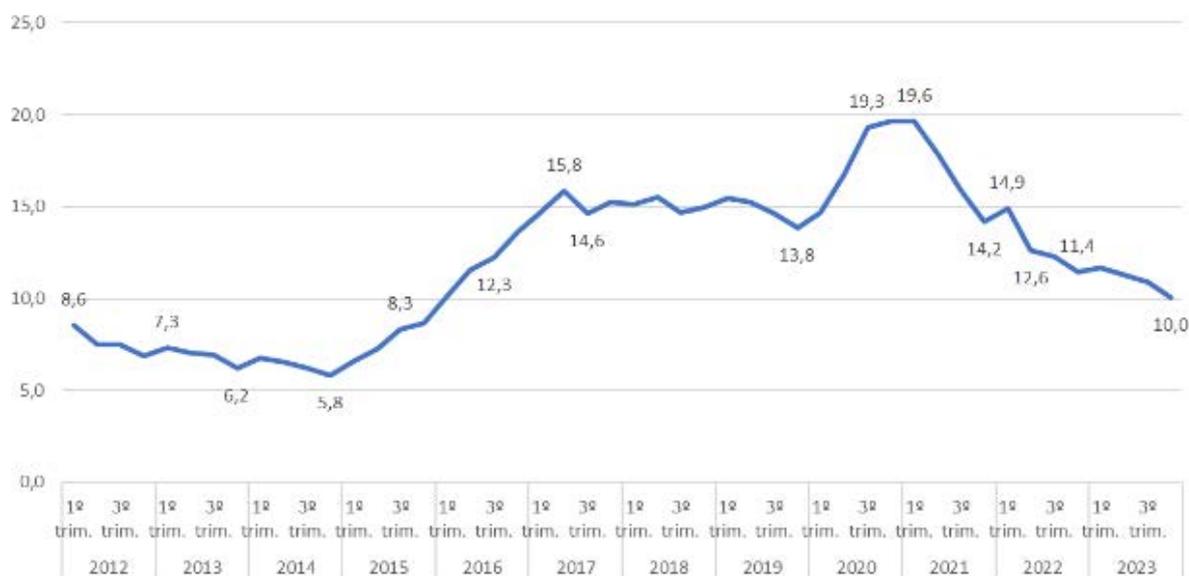
Gráfico 6.2: Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas e pessoas desocupadas (mil pessoas) no estado do Rio de Janeiro - 2012 a 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

No gráfico 6.3, é possível verificar que, em 2023, a taxa de desocupação seguiu uma tendência de queda, consolidando a recuperação do mercado de trabalho observada nos últimos anos. O gráfico 6.3 mostra que, após atingir um pico próximo de 20% entre 2020 e 2021, reflexo dos impactos da pandemia, a taxa começou a cair de forma consistente. Durante o ano de 2023, essa redução se manteve próxima dos menores níveis registrados na série histórica recente, o que em números representa 10% no último período analisado.

Gráfico 6.3: Taxa de desocupação¹⁴ das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas e pessoas desocupadas (mil pessoas) no estado do Rio de Janeiro - 2012 a 2023



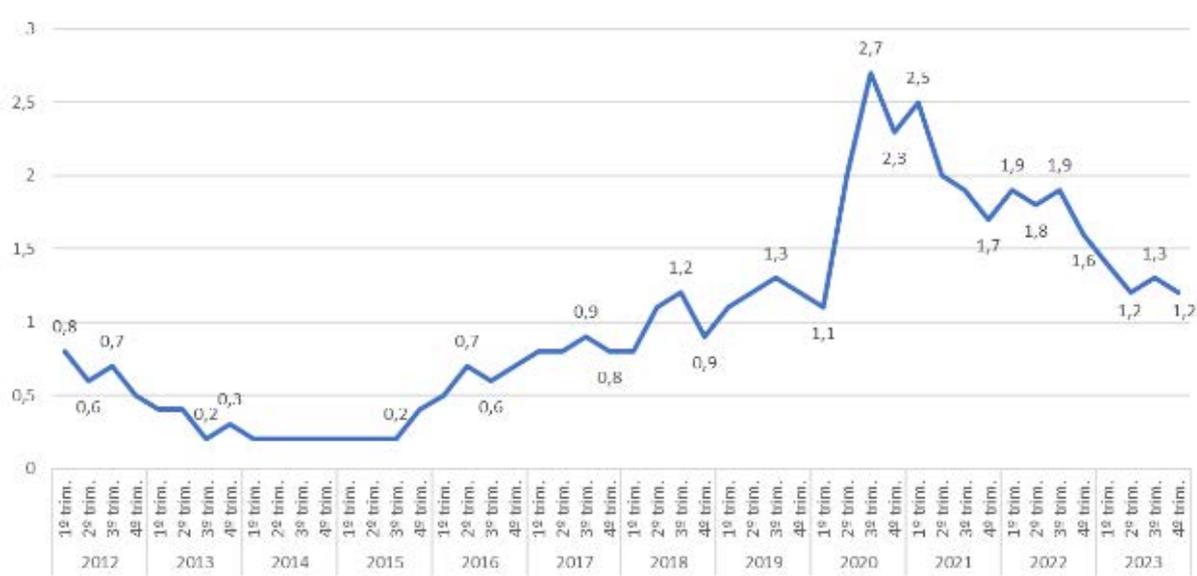
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

O gráfico 6.4 indica que o percentual de pessoas desalentadas seguiu em queda, mantendo a tendência de recuperação iniciada após o pico registrado entre 2020 e 2021. Apesar das leves oscilações observadas ao longo de 2023, no segundo trimestre, os dados indicam uma redução de aproximadamente 33,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo a retomada gradual do mercado de trabalho.

A comparação entre o terceiro trimestre de 2023 e o mesmo trimestre de 2020, período mais crítico da pandemia, mostra uma queda expressiva de cerca de 51%, sinalizando que mais pessoas voltaram a buscar emprego. No entanto, os níveis ainda estão acima dos patamares anteriores a 2018.

14 Nota técnica: Em termos precisos, a taxa de desocupação é obtida através da fórmula [variável ‘pessoas desocupadas’ / variável ‘pessoas na força de trabalho’] x100.

Gráfico 6.4: Percentual de pessoas desalentadas na população de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho ou desalentada, na semana de referência (%) no estado do Rio de Janeiro - 2012 a 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

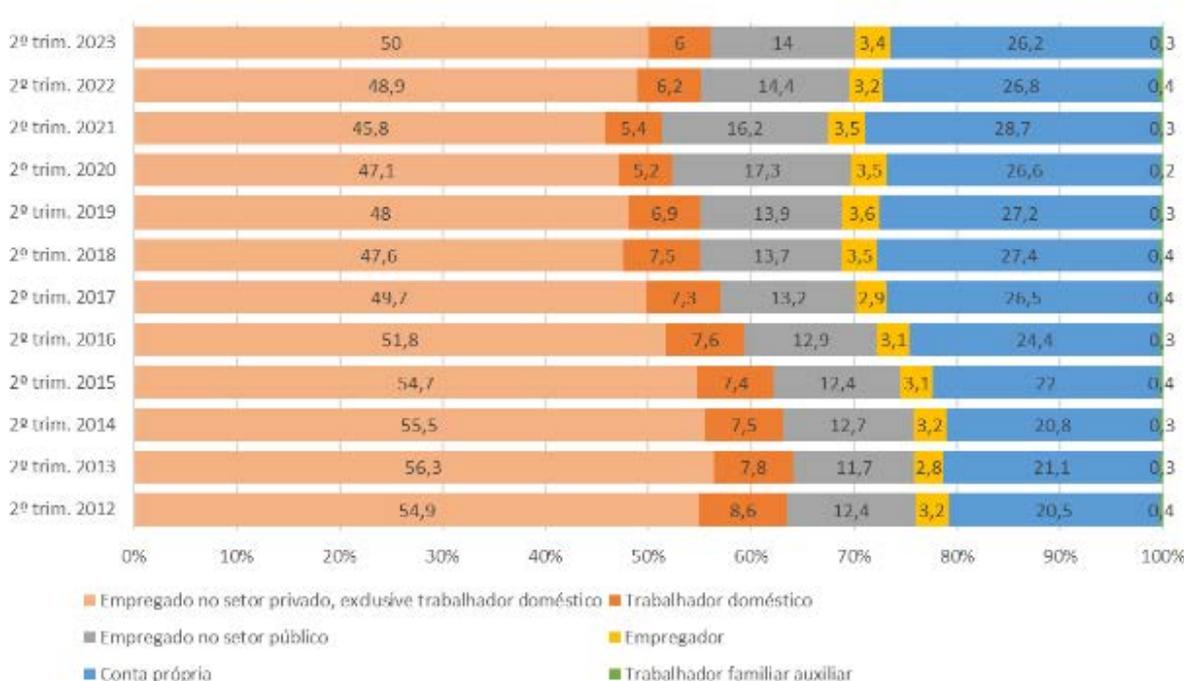
6.2 Condição na ocupação

A posição ocupacional e a classificação das atividades são duas variáveis essenciais na PNAD Contínua. Juntas, elas permitem:

- Analisar a distribuição de diferentes tipos de ocupações no mercado de trabalho, como empregados no setor privado, servidores públicos, trabalhadores domésticos, autônomos e empregadores, no contexto do mercado de trabalho do estado do Rio de Janeiro.
- Identificar os principais setores da economia no estado, possibilitando a avaliação dos ramos mais significativos em termos de empregos e contribuição para a economia local. Essas informações são fundamentais para entender a estrutura econômica do estado e apoiar a formulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento.

O Gráfico 6.5 mostra que, apesar das mudanças ao longo da última década, o grupo de empregados no setor privado, excluindo trabalhadores domésticos, continua predominante. Entre 2012 e 2021, essa categoria perdeu participação, atingindo o menor nível em 2021 (45,8%), reflexo direto da pandemia de COVID-19. No entanto, a partir de 2022, observa-se uma recuperação, chegando a 50% no segundo trimestre de 2023, seguido de “conta própria” (26,2%) e “empregado do setor público” (14%), que são as categorias de maior destaque, respectivamente.

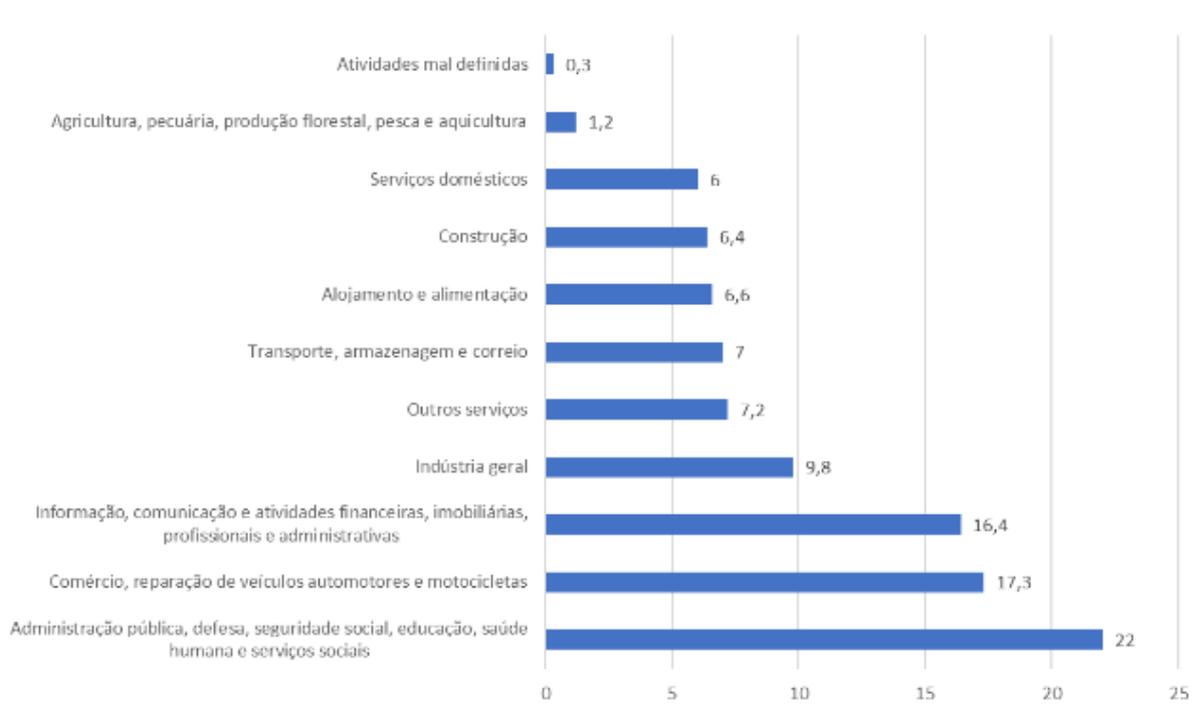
Gráfico 6.5: Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal (%) em relação ao 2º trimestre de cada ano entre 2012 e 2023 no Estado do Rio de Janeiro - 2ºtrim./2012 - 2ºtrim./2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Observando o Gráfico 6.6 é possível notar que os grupos de atividades com maior contingente seguem a tendência dos últimos anos e se mantêm nos setores de administração pública (22%), Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (17,3%) e Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (16,4%), respectivamente.

Gráfico 6.6: Grupamento de atividades no trabalho principal (%) no estado do Rio de Janeiro (4º trimestre - 2023)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

6.3 Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal

O percentual de informalidade no mercado de trabalho do setor privado é, conceitualmente, calculado pela proporção entre os trabalhadores sem carteira assinada e o total de trabalhadores no setor. A informalidade é uma característica persistente não apenas no Brasil, mas também em vários países da América Latina. Quando comparados aos empregos formais, os trabalhadores informais geralmente têm uma remuneração inferior, não contribuem para a arrecadação de impostos (afetando a receita pública) e estão mais expostos a riscos sociais, já que não possuem direitos como férias remuneradas, décimo terceiro salário e contribuição para a previdência social, entre outros benefícios. Essa realidade impõe grandes desafios, como a falta de proteção social e direitos trabalhistas básicos, o que agrava a desigualdade econômica e social. A informalidade também compromete a arrecadação de impostos e contribuições previdenciárias, impactando diretamente a capacidade do estado de oferecer serviços e programas sociais para a população.

O gráfico 6.7 indica que, em 2023, a informalidade no setor privado se manteve em um patamar elevado, seguindo a tendência observada nos anos anteriores. É possível observar que, após atingir o pico no terceiro trimestre de 2022, cerca de 54%, a taxa de informalidade continuou oscilando dentro de um

intervalo próximo a esse e permaneceu acima dos 50% ao longo de todo ano de 2023, tendo como ápice o último trimestre do ano, que atingiu a taxa de 52,6%. O que indica que a recuperação do mercado de trabalho formal ainda não foi suficiente para reverter essa tendência.

Gráfico 6.7: Informalidade do setor privado (%) no estado do Rio de Janeiro - 2012 a 2023

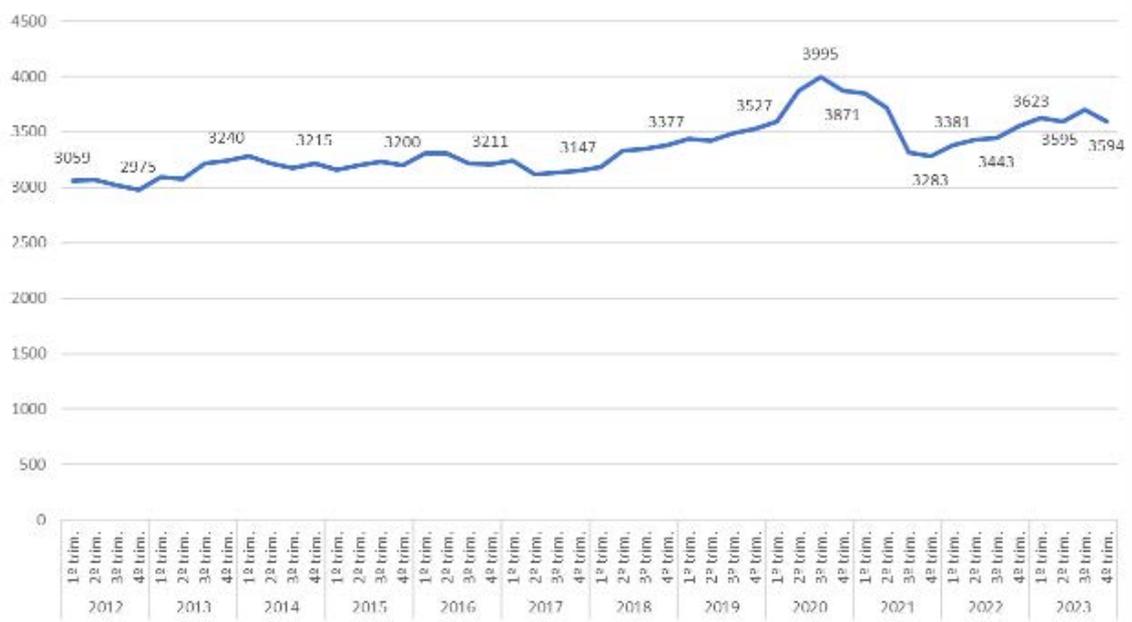


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

É possível observar no Gráfico 6.8 que no ano de 2023 o rendimento médio mensal real apresentou estabilidade, com pequenas oscilações ao longo dos trimestres. O gráfico mostra que, após a forte recuperação observada em 2022, os salários continuaram em um patamar elevado em comparação aos anos anteriores. Apesar de não haver um crescimento expressivo, o rendimento médio permaneceu acima dos níveis registrados antes da pandemia de COVID-19.

Essa estabilidade sugere que o mercado de trabalho conseguiu manter ganhos salariais. No entanto, a ausência de um crescimento mais robusto pode indicar limitações na expansão do poder de compra dos trabalhadores.

Gráfico 6.8: Rendimento médio real do trabalho principal no estado do Rio de Janeiro - 2012 a 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral



HABITAÇÃO/ CONDIÇÕES DE MORADIA

O direito à moradia adequada é essencial para a dignidade humana e para a melhoria da qualidade de vida. Esta seção analisa as condições habitacionais da população no estado do Rio de Janeiro, considerando fatores que influenciam o bem-estar e a segurança dos moradores.

O relatório baseia-se em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), ambos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abordando aspectos como:

- Formas de abastecimento de água;
- Formas de saneamento básico;
- Formas de coleta de resíduos sólidos; e
- Tipos de iluminação.

7.1 Abastecimento de água

O acesso à água potável é um direito básico e determinante para garantir condições adequadas de moradia, impactando diretamente a qualidade de vida das pessoas. A cobertura da rede geral de distribuição reflete a infraestrutura disponível e a capacidade do Estado em fornecer um abastecimento adequado e seguro a todos os segmentos da população, uma vez que a deficiência no fornecimento afeta diretamente a saúde pública e o desenvolvimento socioeconômico.

No estado do Rio de Janeiro, a rede geral de distribuição continua sendo a principal fonte de abastecimento. No entanto, conforme apresentado na Tabela 7.1, observa-se uma estagnação na cobertura desse serviço, o que indica a carência de novos investimentos para expandir e modernizar o fornecimento hídrico. Essa estagnação sugere desafios na gestão e no financiamento da infraestrutura hídrica, comprometendo a universalização do acesso. Em 2023, 86,7% dos domicílios fluminenses eram atendidos pela rede pública de distribuição, um pequeno decréscimo em relação a 2022 (87,6%), mas ainda acima da média nacional (85,53%).

Embora a predominância da rede geral de distribuição seja um ponto positivo, o aumento no uso de poços profundos ou artesianos, que atingiram 10% dos domicílios, e os 2% que utilizam fontes superficiais evidenciam a persistência de desigualdades no acesso à água. Em face do agravamento das ondas de calor e das mudanças climáticas, a falta de fontes seguras de abastecimento em regiões vulneráveis torna-se ainda mais alarmante, reforçando a urgência de políticas públicas efetivas.

Tabela 7.1: Domicílios e Moradores, por situação do domicílio e principal fonte de abastecimento de água no estado do Rio de Janeiro - 2016 a 2023

Principal fonte de abastecimento de água dos domicílios	2016		2017		2018		2019		2022		2023	
	Quantidade (Mil)	%										
Rede geral de distribuição	5377	87,8	5434	88,2	5547	89,1	5552	87,8	5751	87,6	5833	86,7
Poço profundo ou artesiano	577	9,4	552	9	519	8,3	619	9,8	604	9,2	673	10
Poço raso, freático ou cacimba	64	1	54	0,9	47	0,8	68	1,1	71	1,1	43	0,6
Fonte ou nascente	73	1,2	98	1,6	84	1,4	69	1,1	84	1,3	140	2,1
Outra	30	0,5	24	0,4	29	0,5	19	0,3	56	0,8	36	0,5

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 1ª visita¹⁵

15 A partir de 22 de julho de 2022, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Consequentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada.

7.2 Escoamento sanitário

Os diferentes tipos de escoamento sanitário refletem as condições socioeconômicas de uma região e o acesso aos serviços de tratamento de esgoto. Esses dados são fundamentais para identificar desigualdades e orientar a formulação de políticas públicas que priorizem o saneamento básico, visando melhorar a qualidade de vida, prevenir doenças e reduzir disparidades sociais. A análise das tendências ao longo dos anos permite avaliar os avanços e os desafios que ainda persistem nessa área essencial para o desenvolvimento sustentável.

Em 2023, 82% dos domicílios tinham acesso à rede geral ou rede pluvial de esgoto, um leve aumento em relação a 2022 (81,5%). No entanto, a cobertura permanece praticamente estagnada nos últimos anos, indicando a necessidade de investimentos para ampliar e modernizar o sistema. O uso de fossas sépticas ligadas à rede caiu de 7,4% (2022) para 7,3% em (2023), enquanto as fossas sépticas não ligadas à rede aumentaram de 5,9% para 6,1%. Outro dado relevante é a redução de domicílios que utilizam outras formas de escoamento sanitário, como valas ou descarte direto no ambiente, que passou de 5,1% em 2022 para 4,6% em 2023, sugerindo uma migração gradual para soluções mais estruturadas.

Tabela 7.2: Tipo de esgotamento sanitário¹⁶ (%) no estado do Rio de Janeiro

Tipo de esgotamento sanitário	2019		2022		2023	
	Quantidade (Mil)	%	Quantidade (Mil)	%	Quantidade (Mil)	%
Rede geral ou rede pluvial	5351	84,6	5352	81,5	5513	82
Fossa séptica ligada à rede	350	5,5	487	7,4	488	7,3
Fossa séptica não ligada à rede	400	6,3	390	5,9	410	6,1
Outro tipo	224	3,5	337	5,1	313	4,6
Total	6325	100	6565	100	6723	100

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 1ª visita

Esses dados reforçam a importância de priorizar o saneamento básico em políticas públicas, garantindo condições de vida dignas, prevenindo doenças e promovendo o bem-estar da população. Investimentos contínuos e ações governamentais estratégicas são essenciais para assegurar o acesso universal a serviços de esgoto tratado, contribuindo para a redução das desigualdades sociais.

¹⁶ A categoria Outro tipo para “Tipo de esgotamento sanitário” inclui fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar e outras formas de escoamento.

7.3 Coleta de lixo

As diferentes formas de coleta de lixo refletem as condições socioeconômicas de uma região e a extensão dos serviços regulares de coleta domiciliar. Em 2023, a coleta direta por serviços de limpeza atendeu a 91,4% dos domicílios do estado do Rio de Janeiro, mantendo-se acima da média nacional (86%), embora com uma leve redução em relação a 2022 (94,8%). Esse desempenho reforça a eficácia das políticas locais de saneamento básico.

Tabela 7.3: Tipo de destinação do lixo (%) no estado do Rio de Janeiro - 2016 a 2023

Destino do lixo	2016		2017		2018		2019		2022		2023	
	Quantidade (Mil)	%										
Coletado diretamente por serviço de limpeza	5564	90,9	5585	90,7	5560	89,3	5780	91,4	6223	94,8	6145	91,4
Coletado em caçamba de serviço de limpeza	435	7,1	491	8	596	9,6	500	7,9	294	4,5	505	7,5
Queimado (na propriedade)	66	1,1	50	0,8	44	0,7	31	0,5	34	0,5	38	0,6
Outro destino	56	0,9	35	0,6	26	0,4	16	0,3	15	0,2	37	0,6

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 1ª visita

Outros métodos de destinação, como a coleta em caçambas, representaram 7,5% em 2023, com um aumento em relação ao ano anterior. Já práticas inadequadas, como a queima de lixo na propriedade e outros destinos, somaram 1,2%, mantendo-se em patamares baixos, mas ainda demandando atenção para sua completa eliminação. Comparativamente, o Estado registrou avanços mais expressivos na redução dessas práticas do que a média nacional, destacando a eficiência das ações locais.

Esses resultados reforçam a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura e serviços de limpeza urbana, além da conscientização da população sobre o descarte adequado de resíduos. A universalização do acesso a serviços regulares e eficazes de coleta e destinação de lixo é essencial para garantir condições ambientais adequadas, prevenir doenças e promover o bem-estar geral da população.

7.4 Energia elétrica

Em 2023, 100% dos domicílios do estado do Rio de Janeiro tinham acesso à rede geral ou a fontes alternativas de energia elétrica, mantendo a cobertura total observada desde 2016. A rede geral foi a principal fonte, atendendo a 99,9% dos domicílios no mesmo ano, refletindo a eficácia das políticas de universalização do acesso à energia.

Comparativamente, o Estado superou a média nacional em diversos anos, com um crescimento de 9,79% no acesso à rede geral entre 2016 e 2023. Esse avanço destaca os investimentos contínuos em infraestrutura energética, garantindo acesso universal a um serviço essencial para o desenvolvimento socioeconômico.

Tabela 7.4: Domicílios e Moradores com energia elétrica, por situação do domicílio e fonte de energia elétrica - Rio de Janeiro e Brasil - 2016 a 2023

Domicílios com energia elétrica - fonte de energia elétrica	2016		2017		2018		2019		2022		2023	
	Quantidade (Mil)	%	Quantidade (Mil)	%								
Rede geral	6120	100	6159	100	6225	100	6326	100	6560	99,9	6723	100
Coletado em caçamba de serviço de limpeza	6120	100	6159	100	6225	100	6325	100	6557	99,9	6719	99,9

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 1ª visita

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a abordagem teórica apresentada na introdução do Relatório de Qualidade de Vida, a análise do conceito de qualidade de vida foi estruturada a partir de um conjunto de variáveis organizadas em sete eixos temáticos centrais: 1) Aspectos Demográficos; 2) Educação Básica; 3) Saúde; 4) Segurança Pública; 5) Pobreza, Desigualdade e Assistência Social; 6) Mercado de Trabalho; e, por fim, 7) Habitação/Condições de Moradia. Essas dimensões permitiram identificar as transformações e persistências observadas nos principais indicadores socioeconômicos do estado do Rio de Janeiro. A proposta foi identificar tanto avanços quanto retrocessos, mapeando tendências históricas e delineando padrões que impactam diretamente a qualidade de vida da população fluminense. A coleta e análise dos dados se basearam principalmente em microdados, registros administrativos, estatísticas governamentais e bancos públicos de dados.

Aspectos Demográficos

O primeiro capítulo deste relatório apresentou os aspectos demográficos no estado do Rio de Janeiro nos últimos 13 anos. Nele pretendeu-se reunir as principais variáveis e indicadores relacionados ao comportamento demográfico fluminense, abrangendo a taxa de crescimento populacional, a taxa de fecundidade, o índice de envelhecimento, entre outros.

As principais conclusões se referem ao processo de envelhecimento da população do estado somado à diminuição da fecundidade. O envelhecimento da população é notado por meio do índice de envelhecimento elevado, a análise da distribuição populacional por faixas etárias, a participação dos grandes grupos etários na população e a razão de dependência. Tais indicadores atestam o aumento significativo da população idosa no estado do Rio de Janeiro, transparecendo na modificação da estrutura da pirâmide etária, que teve o estreitamento de sua base e alargamento do seu topo.

Dois indicativos positivos de melhorias na qualidade de vida da população fluminense são o

aumento da projeção da esperança de vida ao nascer, que atingiu 78,40 anos em 2023, e a redução da taxa de mortalidade e números de óbitos que decaiu para 4.887 em comparação com o ano de 2022.

Educação

Em relação aos indicadores educacionais no estado do Rio de Janeiro, no período de 2009 a 2023, foram consideradas as variadas dependências administrativas que compõem a oferta de Educação Básica: federal, estadual, municipal e privada. Do mesmo modo, os dados foram analisados de acordo com as etapas de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, incluindo também Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial.

Os principais indicadores investigados foram: Estabelecimentos Escolares e Matrículas, Taxa de Distorção Idade-Série, Taxa de abandono Escolar, Taxa de Reprovação Escolar e a Média de Alunos por Turma.

Quanto ao número de estabelecimentos e matrículas na Educação Básica, houve um aumento de 10,45% no número de estabelecimentos em 2023 em comparação com o ano de 2008. Entretanto, o número de matrículas decaiu 1,58% em relação a 2022.

No âmbito da distorção idade-série, foi constatado de maneira geral, uma queda de 6,44% em relação ao ano anterior em todas as escolas, sendo o maior destaque para as escolas de ensino fundamental e para as escolas estaduais, indicando uma tendência positiva para os próximos anos.

As taxas de abandono evidenciam uma leve recuperação após o aumento significativo das taxas nas redes municipais e estaduais em 2021 e 2022, possivelmente devido a pandemia de COVID-19. Referente à taxa de reprovação, observa-se uma tendência geral de estabilidade após o declínio em 2020 e 2021, compreendendo essa estabilidade como um retorno à “normalidade”.

De 2010 a 2023, o estado do Rio de Janeiro registrou uma redução na média de alunos por turma em todas as etapas de ensino e dependências administrativas. O Ensino Médio liderou essa diminuição, refletindo melhorias na dinâmica educacional resultando em turmas com menor número de alunos.

Saúde

No campo da saúde, o relatório aborda três aspectos principais: infraestrutura física, recursos humanos e óbitos. Os dados analisam a natureza jurídica dos estabelecimentos de saúde, a quantidade e a distribuição de leitos hospitalares, o perfil dos profissionais atuantes e as estatísticas de óbitos por morbidades hospitalares e causas externas.

Em 2023, a maioria das unidades de saúde (83%) estava ligada a entidades empresariais e a pessoas físicas. As instituições sob gestão estadual foram as únicas a apresentar queda, com redução de aproximadamente 3,6% em relação ao ano anterior. O número de leitos do SUS teve um acréscimo de 267 unidades, representando 58% do total estadual. Quanto aos profissionais de saúde, houve crescimento na maioria das ocupações, com destaque para a categoria de enfermeiros, a mais numerosa. Por fim, os dados de morbidade apontam predominância de óbitos masculinos, sobretudo associados a doenças infecciosas e respiratórias.

Segurança Pública

No capítulo dedicado à segurança pública no estado do Rio de Janeiro, o relatório abordou as principais variáveis e indicadores essenciais, como registros de roubos, letalidade violenta e violência contra mulher, buscando destacar as tendências ao longo dos últimos anos. Os resultados mostram que entre 2023 e o ano anterior houve aumento do número de Registros de Ocorrência e redução da letalidade violenta. Assim como queda do total de roubos e aumento dos furtos. Em relação à violência contra mulher, os casos de feminicídio diminuíram em comparação ao ano anterior, entretanto as tentativas de feminicídio aumentaram para 308 casos e 99 mulheres mortas no estado.

Pobreza, desigualdade e assistência social

Neste capítulo, foram analisados indicadores como a renda domiciliar per capita, o coeficiente de Gini e outros dados ligados à vulnerabilidade social. As variações observadas refletem a influência de políticas públicas, flutuações do mercado de trabalho e a atuação de programas de transferência de renda.

Em 2023, o rendimento médio seguiu a tendência dos anos anteriores: elevação no primeiro trimestre seguida de queda no segundo. Verificou-se aumento da vulnerabilidade social, com manutenção do nível de desigualdade, que permaneceu o mesmo. O número de pessoas em situação de pobreza ou baixa renda inscritas no CadÚnico e beneficiadas pelo Bolsa Família também cresceu, alcançando os maiores níveis dos últimos anos.

Mercado de Trabalho

A análise do mercado de trabalho foi dividida em dois blocos: participação na força de trabalho e condição da ocupação. Os dados consolidam os sinais de recuperação em relação ao cenário da pandemia, especialmente pela redução da taxa de desocupação.

O setor privado continua sendo o principal empregador no estado, enquanto o setor público mantém trajetória de retração. Em relação à remuneração, após a queda observada durante o período pandêmico, houve uma leve recuperação na média salarial, indicando uma lenta estabilização do mercado de trabalho fluminense.

Habitação/Condições de Moradia

O capítulo sobre habitação do Relatório abordou as condições de moradia no estado do Rio de Janeiro nos últimos seis anos, destacando a importância do acesso a serviços públicos como saneamento básico e iluminação para a dignidade humana e a saúde. Pode-se concluir que houve ampliação da garantia de acesso à rede de água e à rede de esgoto, principalmente de fossas sépticas ligadas à rede, também à coleta de lixo direta de serviço de limpeza e à energia elétrica.

